Relatório e Contas 2017

VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

GRUPO VICTORIA EM PORTUGAL

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Capital Social

54.500

Milhões de Euros

VICTORIA - SEGUROS, S.A.

Capital Social

34.850

Milhões de Euros

VICTORIA -SEGUROS DE VIDA, S.A.

Capital Social

8.500

Milhões de Euros

Relatório e contas aprovado em AG a 28 de Março de 2018.
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

A VICTORIA EM NÚMEROS

	2017
Prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços	**115.530.294**
Prémios Brutos Emitidos	**113.920.737**
Rendimentos de Investimentos	**5.945.344**
Custos com Sinistros	**82.215.740**
Provisão para participação no resultados	**3.590.259**
Participação nos Resultados atribuída	**1.158.341**
Provisões Técnicas e Provisões para Outros Riscos e Encargos	**252.083.900**
Volume Total do Balanço	**381.529.574**

ÍNDICE

1

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

33 | Balanço
37 | Demonstração dos Resultados
40 | Demonstração do Rendimento Integral
41 | Demonstração dos Fluxos de Caixa
43 | Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios
44 | Notas às Demonstrações Financeiras

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

162 | Certificação Legal de Contas
166 | Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Mesa da Assembleia Geral

José António Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade Advogados (representada por Marcos Sousa Guedes)
Secretário

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Santiago Gil de Biedma
Vogal

António Vilar
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Conselho de Administração

Didier Ridoret
Presidente

Pierre Esparbès
Vogal

Bernard Milléquant [1]
Vogal

Hubert Rodarie
Vogal

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados - S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178) (representada por Ana Salcedas (ROC nº 1230)
Efetivo

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Suplente

[1] O Senhor Bernard Milléquant apresentou a sua resignação ao cargo de Vogal do Conselho de Administração em 23 de março de 2018.

Conselho Executivo

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho
Diretor Geral Adjunto

ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

Diretores de Departamento [1]

João Ferreira da Fonseca
Dep. Canal de Corretores e Empresas

Júlio Gonçalves
Dep. Financeiro

Tiago Monteiro
Dep. de Gestão de Riscos e Planeamento

João Borbinha
Dep. de Informática

Carlos Ribeiro
Dep. de Operações

Alberto Bento
Dep. de Recursos Humanos e Logística

Euclides Carvalho
Dep. Rede de Agentes

Frederico Pereira
Dep. Rede Pessoais

Ana Aragão
Dep. Técnico Pessoais

Miguel Roque
Dep. Técnico Reais

[1] Estrutura em vigor a 1 de janeiro de 2018

1

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório Consolidado do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 508º-A do Código das Sociedades Comerciais, do disposto no Decreto-Lei n.º 147/94 de 25 de maio e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017. Estes elementos referem-se às seguintes sociedades:

VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.
VICTORIA - Seguros, S.A.
VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

1.1 Situação económica

Durante o ano de 2017, o esperado abrandamento do ciclo económico nos Estados Unidos (EUA) acabou por não ocorrer. Verificou-se, pelo contrário, a difusão de um crescimento em ritmo moderado e regular a todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim, e de acordo com a última estimativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o crescimento económico mundial deverá ser de 3,6% em 2017, correspondendo a mais 0,5 pontos percentuais (p.p.) relativamente ao que se verificou em 2016, antes de acelerar para 3,7% em 2018 e depois estabilizar em cerca de 3,6% em 2019.

A recuperação da situação económica foi acompanhada por uma aceleração significativa do comércio mundial em cerca de mais 3,9% anuais, em volume, no final de Outubro. Esta conjuntura favorável é sustentada por uma política monetária acomodatícia: os balanços do Banco Central do Japão (BoJ) e do Banco Central Europeu (BCE) continuam a crescer, aumentando a liquidez global e provavelmente limitando a subida da taxa dos 10 anos nos EUA assim como o impacto do aperto da política monetária da Reserva Federal Americana (Fed). A manutenção de políticas monetárias muito acomodatícias, apesar do consequente efeito no crescimento económico, é justificada pelo nível muito moderado da inflação, que se encontra abaixo da zona de conforto dos principais bancos centrais. Nos EUA, a taxa de inflação é de 1,8%.

Na Zona do Euro e na média dos países da OCDE, a taxa de inflação é de 1,5% e 2,2%, respetivamente.

Uma das contrapartidas desta abundante liquidez verifica-se na aceleração do crescimento do preço dos ativos imobiliários e financeiros e numa forte procura de crédito em países desenvolvidos e em desenvolvimento, como a China. Este excesso de liquidez também provavelmente não será neutro relativamente ao crescimento do fenómeno das cripto-moedas.

Para 2018, o Fed mantém o objetivo de três aumentos de taxa de juro. Mantendo a sua preocupação com a estabilidade financeira, irá prosseguir ao aperto monetário numa conjuntura estável. No entanto, o Fed baixou gradualmente o objetivo da taxa de longo prazo para 3% (3,75% em 2014).

O BCE continua confiante de que o crescimento continuará acima do potencial em 2018 e 2019, tendo revisto em alta as suas previsões para 2,3% (+ 0,5%) e 1,9% (+0,2%) respetivamente. Por outro lado, a recente apreciação do Euro deverá manter a taxa de inflação abaixo do objetivo máximo de 2% no futuro próximo. Com efeito, o BCE estima que a taxa de inflação deverá ser 1,5% em 2019.

O nível de atividade da economia dos EUA estabilizou nos últimos anos (2,1% em média desde 2010) perto do seu nível potencial de 2% de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Durante o terceiro trimestre, ocorreu uma ligeira aceleração. A atividade cresceu 3,2% numa base anualizada com um bom desempenho do consumo (+ 2,2%) e do investimento não residencial (+ 4,7). A extensão do ciclo em 2018 poderia ser facilitada pela recente fraqueza do dólar e pela implementação de parte do estímulo e cortes de impostos anunciados pela nova Administração. Para 2017, de acordo com a última estimativa de outubro (previsão do FMI), o Produto Interno Bruto (PIB) aumentaria 2,2% e em 2018 cerca de 2,3%.

A economia japonesa parece estar num caminho de crescimento menos errático, tendo o PIB crescido nos últimos sete trimestres a uma taxa média de 1,9%. No terceiro trimestre de 2017 o crescimento foi de 2,5% anualizado, apoiado pelo comércio externo e pelo investimento tendo o consumo diminuído (-1,9% anualizado no terceiro trimestre). Para 2017, o crescimento no Japão deverá ser de 1,5% (previsões do FMI) e em 2018 cerca de 0,7%.

Nas economias em desenvolvimento, a atividade económica está a arrancar na Ásia com o bom desempenho do comércio global, e na América Latina com o aumento dos preços das matérias-primas. No Brasil, após dois anos de recessão profunda, espera-se que o PIB cresça 0,7% em 2017.

Esta recuperação continua frágil devido à instabilidade política do país e à falta de consenso para realizar reformas estruturais, permanecendo o défice orçamental num nível muito alto de -9% em setembro de 2017.

A continuação do movimento de flexibilização monetária, que permite uma queda das taxas de juros reais, poderia ser um impulso adicional para a recuperação nos próximos trimestres, compensando parcialmente as restrições externas e orçamentais. A China, como as economias desenvolvidas, tem de lidar não só com a aceleração acentuada do seu endividamento (empresas, famílias e administração pública) desde 2009, e que está estimado em 268% do PIB (incluindo 210% para o setor privado), mas também com o excesso de capacidade da sua indústria e o aumento do crédito mal parado. A transição da China para um modelo de crescimento impulsionado pelo consumo será muito gradual. De um nível de 38% em 2015, o peso do consumo no PIB poderá chegar a 42% até 2020. Para o conjunto das economias em desenvolvimento, o crescimento deverá ser de 4,6% em 2017 (previsão do FMI) e de 4, 9% em 2018. Em 2017, a economia chinesa deverá registar um crescimento de 6,8% e a América Latina uma recuperação de 1,2% (após ter registado -1% em 2016). Na Zona Euro, a recuperação acima do potencial é confirmada pelo crescimento de 2,4% anualizado no terceiro trimestre de 2017, após o um aumento de 2,8% no segundo trimestre. O crescimento é suportado pelo consumo (+ 1,3%), pelo investimento (+ 4,3%) e pelo comércio externo. O crescimento alemão foi de 3,3%, estimulado pelo comércio e pelo investimento estrangeiros (+ 1,6%). A economia espanhola cresceu 3,1%, apoiada pelo desempenho do investimento (+ 4,2%) e pelo do consumo privado (+ 2,9%). Em França, o PIB cresceu 2,3% numa base anualizada, com um desempenho de + 3,7% para o investimento, + 2,3% para a despesa pública e para o consumo, mas com uma contribuição ainda negativa do comércio externo. No conjunto da Zona Euro, a tendência de aumento de preços permanece controlada (+ 1,5% no final de novembro) justificando a extensão do programa de *quantitative easing* do BCE. O PIB deverá registar um crescimento de 2,4% em 2017, estando previsto para 2018 uma evolução de 2,2%.

Em Portugal, o crescimento do PIB situou-se em 2,6% (2016: 1,5%) tendo-se deste modo verificado pela primeira vez desde o início do século XXI um crescimento acima da média da Zona Euro. As perspetivas para 2018 apontam para uma evolução de cerca de 2,2%, perspetivando assim um ligeiro arrefecimento da economia. Num enquadramento internacional mais favorável, o consumo privado registou um crescimento de 2,2% (2016: 2,1%), tendo-se observado um forte aumento do investimento de 8,3% (2016: 1,6%) e um contributo das exportações que cresceram 7,7% (2016: 4,1%). Com um défice público de 1,2% do PIB (2016: 2,0%), prevê-se para a evolução da dívida pública um valor no final do ano na ordem dos 126,2% do PIB (2016:130,1%). A taxa anual de inflação ficou nos 1,6%, em alta comparativamente aos 0,9% registados em 2016. O desemprego, por seu turno, manteve a trajetória descendente tendo a respetiva taxa sido de 7,8% (2016: 10,2%), um valor que não se verificava desde 2004.

A economia portuguesa criou emprego em 2017 (174.000 postos de trabalho) como consequência do dinamismo dos setores associados aos serviços, nomeadamente o turismo e o imobiliário, mas também aos projetos de multinacionais que nos últimos meses escolheram Portugal para instalarem os seus centros de serviços partilhados.

1.2 Mercados Financeiros

Em 2017, de acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a atividade seguradora apresentou um aumento de 4,1% (2016: redução de 14,6%) da produção do seguro direto que se situou em 10,7 mil milhões de euros (2016: 10,2 mil milhões de euros). Ao contrário do que se verificou nos anos anteriores, o incremento registou-se quer no ramo Vida quer no Não Vida.

A produção do ramo Vida aumentou 3,2% (2016: quebra de 23,7%) situando-se em 6,6 mil milhões de euros (2016: 6,4 mil milhões de euros). Para esta evolução contribuiu a evolução positiva dos contratos de investimento ligados que passaram a representar 30,8% (2016: 25,4%) do ramo Vida, assim como o aumento de 30% dos Planos Poupança reforma (PPR) que passaram a representar 33% do ramo. Os contratos de seguro não ligados registaram novamente uma quebra para 36% (2016: 37,1%). Apesar desta evolução do Ramo Vida, registou-se uma ligeira redução do peso deste ramo no total da carteira de mercado para 61,9% (2016: 62,9%).

Com efeito nos Ramos Não Vida, registou-se em 2017 um crescimento de 5,6% (2016: 7,2%) situando-se em 4,0 mil milhões de Euros (2016: 3,8 mil milhões de Euros), e mantendo assim a tendência verificada nos dois últimos anos de acompanhamento da evolução mais favorável de alguns dos principais indicadores macroeconómicos do país, nomeadamente o crescimento do PIB e do próprio nível de desemprego. O ramo Saúde registou novamente um crescimento de 8,8% (2016: 10%) mantendo assim o dinamismo desta linha de negócio que, em volume de prémios, manteve o terceiro lugar no ranking relativamente ao universo dos ramos Não Vida. Mantendo a inversão da tendência de queda que se começou a sentir em 2014, o ramo de Acidentes de Trabalho registou novamente em 2017 um aumento significativo de 16,2% (2016: 13,2%) refletindo as condições de emprego da economia a par da manutenção da procura de equilíbrio técnico do ramo. O ramo de Incendio e Outros Danos registou um crescimento ligeiro de 0,4% (2016: decréscimo de 2,6%) para o que contribuiu a evolução positiva da modalidade de Multirriscos Habitação, que representa cerca de 61,0% do ramo. O ramo Automóvel, por seu lado, registou também um crescimento de 3,9% (2016: 6,5%) refletindo também a evolução da conjuntura económica.

Em 2017, a atividade Não Vida registou um aumento da sinistralidade que se traduziu num rácio global de 72,6% (2016: 69,6%).

O ano foi muito afetado pelos dois eventos de enormes proporções ligados a incêndios florestais

que ocorreram em junho, com particular incidência nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos, e em outubro nas regiões centro e norte do país. O evento de outubro é considerado o maior sinistro na história da atividade seguradora no nosso país, tendo representado um aumento de cerca de 46,8% no volume de custos com sinistros do ramo Incêndio e Outros Danos (IOD) no último trimestre do ano, tendo o rácio de sinistralidade registado um acréscimo de 24,2 pontos percentuais, atingindo um valor no final do ano de 76,7% (2016: 42,4%). O desempenho do ramo de Acidentes de Trabalho manteve-se deficitário registando-se no entanto uma melhoria face a 2016, uma vez que o rácio de sinistralidade do ramo apresentou um decréscimo de 11,6 pontos percentuais, situando-se em 97,2% (2016: 108,8%). No ramo Automóvel, o indicador em referência situou-se nos 74,1%, o que significou uma redução ligeira face a 2016. No ramo Saúde registou -se novamente uma melhoria face ao ano anterior devendo a sinistralidade fixar-se em cerca de 72,0% (2016: 73,3%).

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar, o ano de 2017 foi marcado pelo processo de regulamentação do novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício à Atividade Seguradora e Resseguradora, ainda que não completado, tendo sido endereçados os temas de registo das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções chave, bem como o dos atuários responsáveis, o tema de certificação da informação num ambiente de Solvência II, assim com temas relacionados com reportes de informação. Foram entretanto publicados ou preparados um conjunto de peças regulatórias com enorme impacto na atividade e cuja implementação ocorrerá sobretudo ao longo do ano de 2018. Salientamos desse conjunto a Diretiva de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo transposta pela Lei nº 83/2017 de 18 de Agosto, o Regulamento dos *Packaged Retail and Insurance based Investment Products* (PRIIPs) que entrou em vigor no início de 2018, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) que entra em vigor a 25 de Maio de 2018, a Diretiva da Distribuição cuja transposição deverá ocorrer até Outubro de 2018, e as Normas Internacionais de Reporte Financeiro IFRS9 e IFRS17 cujo ano de implementação conjunta deverá ocorrer em 2021 mas que requerem, pelo impacto que terão, uma preparação atempada.

2. Atividade da VICTORIA em 2017

2.1 Atividade da empresa

O ano de 2017 representou o último exercício dos definidos no plano do triénio 2015-2017, corporizando, pelo terceiro ano consecutivo, um novo crescimento dos Prémios Brutos Emitidos (PBE) praticamente na totalidade das linhas de negócio da VICTORIA-Seguros, S.A. e resultando numa evolução de 8,5% no período e o regresso aos valores da produção de 2012. Por outro lado, continuou-se a observar o princípio diretor da rentabilidade alicerçada no equilíbrio técnico, o que

permitiu, pelo quarto ano consecutivo, apresentar um resultado líquido positivo.

Por sua vez – e em consonância com a sua estratégia de comercialização e perfil de carteira durante os últimos anos – a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. manteve-se em níveis similares de PBE nos produtos associados à componente de risco e reduziu a receita nos produtos de capitalização. Já no tocante ao resultado, e continuando fiel ao referido princípio da rentabilidade alicerçada no equilíbrio técnico, a Companhia conseguiu, mais um ano, registar um resultado líquido positivo.

Reforçando as medidas adotadas no plano de ação iniciado em 2015, e em linha com a melhoria da eficácia do processo comercial, a VICTORIA aprofundou o trabalho de identificação de negócio rentável em todas suas vertentes – captação, defesa, retenção e recuperação – através de operadores profissionais. Ao mesmo tempo, insistiu no princípio do recrutamento e alargamento seletivos da base de distribuidores como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável a prazo, apresentando a sua proposta de valor em termos de pro-atividade comercial, acompanhamento e apoio de proximidade, formação e disponibilização de soluções à medida. Por outro lado, avançou-se no estabelecimento de parcerias institucionais estruturantes e duradouras, tendentes à apresentação de soluções de nicho inovadoras ou de valor acrescentado.

Ao nível de projetos transversais, a VICTORIA avançou na consolidação do ambiente Solvência II, nomeadamente no respeitante às obrigações de reporte e o risco operacional, o sistema de recebimentos e pagamentos e a solução de tratamento e armazenamento de dados, especificamente no seu âmbito de aplicação comercial. Por outro lado, garantiu a entrada em produção, no portal de agentes, do simulador-emissor de acidentes pessoais, o reforço tecnológico do centro de contactos e o avanço notável na análise dum simulador destinado aos pequenos riscos de Engenharia.

Ainda em termos de produtos, apresentou ao mercado a nova gama de Saúde, quer para os riscos individuais quer para as empresas de pequena e média dimensão.

Finalmente, ao nível organizacional, a VICTORIA continuou a investir na cultura de gestão por projeto, baseada na análise de custo-benefício e na monitorização de resultados, afinando o modelo de gestão de riscos, organização e implementação de projetos e apostando na procura contínua de ganhos de eficiência.

2.2 Prémios e entregas

Em 2017, registou-se um aumento do volume de PBE face ao ano anterior, atingindo EUR 113.920.737 (2016: EUR 112.289.853). Este aumento traduz-se em termos relativos num crescimento de 1,5% dos PBE face ao registado em 2016, invertendo a tendência do ano anterior (queda de 2,0 % em 2016 face a 2015).

Considerando o volume global de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento, verificamos que face ao ano transato, a evolução registada foi idêntica. Os prémios estatutários perfizeram o total de EUR 115.530.294, o que compara com os EUR 113.665.751 registados em 2016, ou seja, registou-se um aumento de 1,6% face ao exercício anterior. No quadro seguinte, podemos analisar mais detalhadamente a evolução por ramo:

Prémios e entregas	2017	%	%	2016	%	%	Var 17/16
VIDA	**34.871.990**	**100,0%**	**30,2%**	**36.089.008**	**100,0%**	**31,8%**	**-3,4%**
Contratos de seguro	33.262.434	95,4%	28,8%	34.713.111	96,2%	30,5%	-4,2%
Contratos de investimento	1.609.556	4,6%	1,4%	1.375.897	3,8%	1,2%	17,0%
NÃO VIDA	**80.658.303**	**100,0%**	**100,0%**	**77.576.742**	**100,0%**	**68,2%**	**4,0%**
Acidentes de trabalho	7.041.890	8,7%	6,1%	6.594.878	8,5%	5,8%	6,8%
Acidentes pessoais	4.961.596	6,2%	4,3%	4.369.949	5,6%	3,8%	13,5%
Saúde	30.479.633	37,8%	26,4%	29.882.062	38,5%	26,3%	2,0%
Incêndio	14.875.739	18,4%	12,9%	15.197.708	19,6%	13,4%	-2,1%
Automóvel	14.876.039	18,4%	12,9%	13.522.755	17,4%	11,9%	10,0%
Transportes	5.955.946	7,4%	5,2%	5.624.705	7,3%	4,9%	5,9%
Responsabilidade Civil	2.380.575	3,0%	2,1%	2.286.678	2,9%	2,0%	4,1%
Diversos	86.885	0,1%	0,1%	98.008	0,1%	0,1%	-11,3%
TOTAL	**115.530.294**		**100,0%**	**113.665.751**		**100,0%**	**1,6%**

No ramo Vida, registou-se em 2017 uma quebra de 4,2% na receita proveniente de contratos de seguro (2017: EUR 33.262.434 vs 2016: EUR 34.713.111). Evolução inversa verificou-se na produção de contratos de investimento. Neste caso, enquanto em 2016 o volume de prémios se situara nos EUR 1.375.897, em 2017 o valor registado foi de EUR 1.609.556. Em termos relativos, observamos assim, um aumento de 17,0% com origem na comercialização de contratos de investimento. Contrariando a tendência de 2016, a receita de prémios com origem em contratos de Empresas apresentou um aumento, 6,6%, assumindo o volume total de prémios o valor de EUR 14.355.452 (2016: EUR 14.096.491), dos quais EUR 268.893 (2016: EUR 633.283) correspondem a contratos de seguros em Livre Prestação de Serviços. Em sentido oposto, evoluiu a receita obtida através de contratos celebrados com Particulares que decresceu 8,3%, atingindo os EUR 18.906.982 (2016: EUR 20.616.620).

No seu conjunto, a produção Vida decresceu 3,4%, mantendo a tendência registada no ano anterior (2016: 15,2%).

Nos ramos Não Vida, confirmando a tendência do ano anterior, a VICTORIA registou um crescimento global de 4,0% (2016: 4,3%).

No ramo de Saúde, mantendo o registo do ano anterior, a produção cresceu 2.0% (2016: 3,7%), para um total de EUR 30.479.663 (2016: EUR 29.882.062).

Em Incêndio e Outros Danos, mantendo a tendência registada em 2016, a VICTORIA registou uma quebra de produção de 2,1% (2016:-2,9%).

O ramo Automóvel manteve a tendência de crescimento de produção que se registara em 2016. A variação relativa do volume de prémios registado em 2017 face a 2016, traduz um aumento de 10,0% (2016: 8,7% face a 2016).

No ramo Transportes, mais uma vez, a VICTORIA consolidou a sua posição como empresa de referência no mercado. Face a 2016, verifica-se um aumento nos Prémios Brutos Emitidos (PBE) de 5,9% (2016: 5,4%), ao qual corresponde um volume de prémios de EUR 5.955.946 (2016: EUR 5.624.705). Este ramo confirmou a sua importância crescente para a companhia, registando em 2017 uma quota na carteira correspondente a 5,2% do total de prémios emitidos, face a 4,9% no ano transato.

Acidentes de Trabalho continua a ser um ramo no qual a subscrição de riscos exige um acrescido rigor e prudência, sendo inclusivamente um ramo que tem sido objeto de ações específicas de controlo por parte da autoridade de supervisão. Fruto das medidas tomadas em anos anteriores, em 2017 nesta linha de negócio, a VICTORIA registou, mais uma vez, um aumento na produção. A variação de receita registada foi de 6,8%, à qual correspondeu uma receita de prémios de EUR 7.041.890, o que compara com o aumento de 8,6% no ano anterior (2016: EUR 6.594.878).

O ramo de Acidentes Pessoais, forte aposta da VICTORIA, registou uma evolução bastante positiva. O volume de prémios apresentou em 2017 um crescimento de 13,5 % (2016: 19,9%), para EUR 4.961.596 (2016: EUR 4.369.949).

Em Responsabilidade Civil Geral, confirmando a tendência do ano anterior, a VICTORIA registou um acréscimo de produção de 4,1% (2016: de 1,2%), ao qual correspondeu um nível de produção de EUR 2.380.575 (2016: EUR 2.286.678).

A receita gerada nos ramos Diversos apresentou um decréscimo de 11,3% (2016: -26,3%). O volume de prémios neste ramo foi de EUR 86.885 (2016: EUR 98.008), representando apenas 0,1% do total de prémios.

2.3 Sinistralidade e Participação nos Resultados

Invertendo a tendência registada no ano anterior, o valor global não consolidado registado em custos com sinistros de contratos de seguro no exercício de 2017, ascendeu a EUR 82.215.740 (2016: EUR 80.460.295) traduzindo um agravamento de 2,2% face ao verificado no período homólogo (2016: diminuição de 5,4%).

Custos com sinistros	2017	2016	Var 17/16
VIDA	**32.294.461**	**32.551.857**	**-0,8%**
NÃO VIDA	**49.921.279**	**47.908.439**	**4,2%**
Acidentes de trabalho	4.993.015	6.008.328	-16,9%
Acidentes pessoais	638.144	721.554	-11,6%
Saúde	22.147.491	21.699.222	2,1%
Incêndio e outros danos	8.252.620	6.527.627	26,4%
Automóvel	10.477.083	9.010.042	16,3%
Transportes	2.868.827	3.179.054	-9,8%
Responsabilidade Civil e Diversos	544.099	762.611	-28,7%
TOTAL	**82.215.740**	**80.460.295**	**2,2%**

No Ramo Vida, as indemnizações globais ascenderam a EUR 32.294.461 (2016: EUR 32.551.857), o que se traduz, num decréscimo de 0,8% relativamente ao período ao ano transato (2016: -11,9%). Os montantes pagos relativos a Vencimentos e Resgates sofreram no seu conjunto uma quebra de EUR 522.544 face a 2016, ou seja, menos 2,0%. Ainda no mesmo sentido evoluíram os custos de gestão imputados e as rendas, registando uma diminuição de 5,7% face a 2016 , ou seja menos EUR 221.096. De destacar o aumento de 17,4 % verificado em montantes pagos referentes a Capitais por morte ou invalidez e Outras rubricas, ou seja, mais EUR 486.244 que no ano anterior. As indemnizações no ramo Vida apresentaram a seguinte distribuição:

Custos com sinistros	2017	2016	Var 17/16
VIDA	**32.294.461**	**32.551.857**	**-0,8%**
Vencimentos	12.786.051	13.167.168	-2,9%
Capitais morte ou invalidez	3.117.543	2.655.605	17,4%
Rendas	2.546.281	2.658.135	-4,2%
Resgates	12.645.555	12.786.982	-1,1%
Outras	112.006	87.700	27,7%
Custos gestão imputados	1.087.025	1.196.267	-9,1%

A Provisão para Participação nos Resultados Atribuída, no final do exercício era de EUR 3.187.802 (2016: EUR 3.992.767), por força da seguinte movimentação: EUR 2.798.448 (2016: EUR 2.467.330) por força dos montantes pagos aos nossos segurados e EUR 83.331 (2016: EUR 40.345) utilizados para aumento dos benefícios, assim como uma dotação em função do resultado do ramo Vida, EUR 2.076.814 (2016: EUR 2.175.748).

As provisões matemáticas sofreram um decréscimo no montante de EUR 4.911.620 (2016: - EUR 4.895.479), considerando a variação de benefícios mencionada no parágrafo anterior.

Foram ainda efetuados testes de adequação das responsabilidades, à semelhança de anos anteriores.

As provisões matemáticas adicionais para garantia de resgate totalizaram EUR 3.327.034 (2016: 3.626.651).

No que respeita à provisão para compromissos de taxa, o valor de EUR 5.175.848 mantém-se inalterado.

A provisão para participação nos resultados a atribuir, sofreu uma redução face ao valor registado no ano anterior, totalizando em 2017 EUR 390.957 (2016: EUR 431.182).

Nos ramos Não Vida, verificou-se um aumento dos custos com sinistros, refletindo uma crescimento de 4,2% face a 2016 (2016: decréscimo de 0,4%). O valor total dos custos com sinistros registados nestes ramos foi de EUR 49.921.279 (2016: EUR 47.908.438). Nos ramos Não Vida a taxa de sinistralidade apresentou um desagravamento de 0,7% face ao ano anterior, situando-se nos 61,7% (2016: 62,5%). A sinistralidade do ano registou um ligeiro agravamento situando-se nos 63,4% (2016: 63,0%), tendo o contributo da sinistralidade de anos anteriores sido de -1,7% (2016: -0,5%).

Procedendo à análise detalhada por ramo:

Taxa de Sinistralidade	2017	2016	Var 17/16
NÃO VIDA	61,7%	62,5%	-0,7%
Acidentes de trabalho	70,5%	91,8%	-21,3%
Acidentes pessoais	12,6%	17,0%	-4,4%
Saúde	72,2%	73,0%	-0,9%
Incêndio e outros danos	55,1%	42,7%	12,4%
Automóvel	72,1%	68,7%	3,4%
Transportes	48,0%	59,1%	-11,1%
Responsabilidade Civil e Diversos	21,3%	31,3%	-10,0%

Relativamente à evolução registada no rácio de sinistralidade dos Ramos Reais, destacam-se os seguintes aspetos:

• Contrariando a evolução registada no ano anterior, verificou-se em 2017 relativamente a 2016, um agravamento na sinistralidade do ramo Automóvel de 3,4 p.p.. Situando-se nos 72,1% (2016: 68,7%), a sinistralidade do ano diminuiu 0,2 p.p., contudo, esse efeito foi mais que compensado pela evolução desfavorável da sinistralidade de anos anteriores que se situou em 0,6% (2016: -3,5%).

• Em Acidentes de Trabalho, registou-se novamente uma evolução bastante positiva no rácio de sinistralidade. O Rácio de Sinistralidade situou-se nos 70,5% (2016: 91,8%) o que representa uma de 21,3% p.p.. Como em 2016, tal ficou a dever-se fundamentalmente ao rigor da subscrição e à redução dos níveis de severidade da sinistralidade em consequência da redução do número de sinistros graves. O aumento da carteira contribuiu igualmente para a evolução registada. A sinistralidade do ano ficou assim nos 61,1% (2016: 59,1%) e por sua vez, a sinistralidade de anos anteriores situou-se nos 9,4% (2016: 32,7%).

• No ramo de Incêndio e Outros Danos, o rácio aumentou 12,4 p.p. para 55,1%, (2016: 42,7%). Este agravamento reflete, por um lado, a perda de carteira registada, expressa através da redução do prémio médio e do número de apólices em carteira, por outro lado e fundamentalmente, o impacto decorrente dos grandes incêndios de Outubro. A sinistralidade no ano ficou em 56,9% (2016: 44,6%) enquanto, a de sinistralidade de anos anteriores ficou nos -1.8% (2016: -1,9%).

• Em Saúde, o rácio de sinistralidade registou uma evolução favorável de -0,9%. A sinistralidade do ano foi de 74,4%, valor que compara com os 75,9% registados em 2016. Esta situação, à semelhança do que já se havia verificado em 2016, resulta não só da renegociação das condições da Rede de prestadores da Future Healthcare, bem como, da manutenção do rigor na seleção de riscos no momento da subscrição.

• Em Acidentes Pessoais, o rácio decresceu para 12,6%, (2016: 17,0%). O desagravamento registado reflete a diminuição da frequência da sinistralidade acompanhado de uma redução do custo médio dos montantes pagos. A sinistralidade registada no ano ficou em 14,6% (2016: 22,2%). A de sinistralidade de anos anteriores ficou nos -1,9% (2016: -5,2%).

• No ramo Marítimo e Transportes, a sinistralidade melhorou face ao valor registado em 2016 reforçando a tendência já registada no exercício anterior. Se no ano anterior o rácio era de 59,1% em 2016 esse mesmo indicador apresentou em 2017 o valor de 48,0%.

• Em Responsabilidade Civil e Diversos, tal como em 2016, atendendo à ausência de sinistros de ponta ou de severidade mais elevada, a taxa de sinistralidade foi de 21,3% (2016: 31,3%). Com base trimestral é efetuada a verificação da adequação global de provisões recorrendo à aplicação de modelos determinísticos.

Para além da atividade já referida, procede-se mensalmente ao acompanhamento das provisões registadas contabilisticamente. Sempre que necessário, os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são refletidos nos resultados da empresa. A aplicação facultativa, de modelos estocásticos para realização do teste à suficiência de provisões também é realizada. Da aplicação dos referidos modelos, não resulta a identificação de qualquer situação de provisionamento insuficiente.

O estudo efetuado no encerramento do exercício permite ainda constatar, que existe no encerramento dos sinistros libertação de provisão, reflexo da política de prudência seguida pela companhia, ao nível do provisionamento dos sinistros. Das análises efetuadas ao custo médio de sinistros e ao respetivo custo de encerramento, efetuadas no final de cada ano, regista-se na generalidade dos exercícios um *run off* positivo.

A VICTORIA manteve em 2017 a sua política de resseguro, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro

2.4 Resseguro cedido

adequados ao seu perfil de carteira. Foi deste modo consideravelmente mitigado o impacto dos incêndios de outubro.

A contratação e seleção da *pool* de resseguradoras é efetuada de uma forma criteriosa e de acordo com a sua capacidade financeira.

RESSEGURO CEDIDO NÃO VIDA	2017	2016	Var 2017/2016
Resultado	**-8.548.256**	**-7.358.248**	**16,17%**
Prémios adquiridos cedidos	-42.978.368	-41.177.828	4,37%
Comissões	13.117.155	12.926.748	1,47%
Custos com Sinistros	21.312.958	20.892.832	2,01%

RESSEGURO CEDIDO VIDA	2017	2016	Var 2017/2016
Resultado	**-444.580**	**-700.557**	**-36,54%**
Prémios adquiridos cedidos	-3.706.623	-3.092.684	19,85%
Comissões + Part. Resultados	3.088.222	1.912.061	61,51%
Custos com Sinistros	173.820	480.066	-63,79%

2.5 Custos por natureza a imputar

Os custos por natureza a imputar atingiram EUR 23.015.558 (2016: EUR 22.372.846) o que se traduz num aumento de 2,9% (2016: 4,6%).

Fruto de novas admissões para funções que exigem maiores competências, a companhia tem vindo a reforçar os seus quadros, tendo desta forma sido registado, tal como em 2016, um incremento no valor desta rubrica em 2017, uma evolução em linha com o plano da companhia. O valor registado em 2017 em custos com pessoal, foi de EUR 13.033.498 (2016: EUR 12.546.227), o que se traduz num aumento de 3,9% face ao registado no exercício anterior. Refletindo o esforço contínuo de racionalização de custos, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos manteve-se praticamente inalterada, tendo registado um ligeiro aumento de 0,5% (2016: 2,8%).

Este aumento, que elevou para EUR 7.890.254 (2016: EUR: 7.847.817)o custo com fornecimento e serviços externos ficou a dever-se fundamentalmente à necessidade, já prevista, de recorrer aos serviços de alguns prestadores externos, com o propósito de desenvolver trabalhos pontuais, porém fundamentais, para aumentar a qualidade de serviço oferecida pela VICTORIA. A rubrica amortizações do exercício registou um agravamento, tal como previsto no plano, 33,8% face ao registado no exercício anterior. Esta evolução, traduz como esperado, o impacto da entrada em produção de dois projetos informáticos de elevada dimensão. Tendo em consideração o aumento de produção, o rácio de Custos por Prémios brutos adquiridos praticamente não sofreu alteração face a 2016, passando de 19,8% em 2016 para 20,0% no final de 2017.

Custos por natureza a imputar	2017	2016	Var 17/16
Total	**23.015.558**	**22.372.846**	**2,9%**
Custos com pessoal	13.033.498	12.546.227	3,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	7.890.254	7.847.817	0,5%
Impostos e Taxas	435.888	661.528	-34,1%
Amortizações	1.352.901	1.010.815	33,8%
Juros e Comissões	303.017	306.458	-1,1%
% Prémios brutos adquiridos e entregas	**20,0%**	**19,8%**	**0,1%**

2.6 Rácio combinado Não Vida

O rácio combinado líquido de resseguro da atividade Não Vida, não sofreu qualquer alteração face ao registado em 2016, situando-se nos 99.9% (2016: 99,9%).

Rácio combinado liquido de resseguro	2017	2016	Var 17/16
NÃO VIDA	**99,9%**	**99,9%**	**0,0%**
Acidentes de trabalho	98,2%	117,9%	-19,7%
Acidentes pessoais	111,0%	105,0%	6,0%
Saúde	96,3%	96,4%	0,0%
Incêndio e outros danos	98,7%	86,4%	12,3%
Automóvel	109,7%	101,6%	8,1%
Transportes	68,9%	92,9%	-24,0%
Responsabilidade Civil e Diversos	47,9%	65,5%	-17,6%

Apesar de globalmente inalterado face a 2016, o rácio combinado líquido, registou alterações no seu desempenho ao nível das diferentes linhas de negócio que para o apuramento do mesmo contribuem. Registaram evolução positiva, os Ramos, Acidentes de trabalho (-19,7% comparativamente ao ano anterior), transportes com uma redução de 24,0% face a 2016 e Responsabilidade civil e Diversos (-17,6% por comparação com o exercício anterior). Em sentido contrário, evoluíram os Ramos Automóvel, registando um aumento de 8,1% relativamente a 2016, Acidentes Pessoais (+6,0% que em 2016), Incendio e Outros Danos (+ 12,3% que em 2016). O rácio combinado líquido do ramo saúde, manteve-se praticamente inalterado comparativamente a 2016. Tal como em 2016, mantiveram-se em 2017 as condições positivas que levaram a uma libertação de provisões para riscos em curso no montante global de EUR 15.722 (2016: EUR 358.188).

Nem todos os Ramos evoluíram de forma homogénea, tendo havido a necessidade de proceder ao reforço daquela provisão em Incendio e Outros Danos (EUR 246.025) e em Responsabilidade Civil e Diversos (EUR 451).

Em contrapartida, procedeu-se à libertação da provisão em análise nos ramos Saúde (EUR 105.499), Automóvel (EUR 154.231) e Acidentes Pessoais (EUR 2.469). Por seu lado, em Acidentes de trabalho, a provisão para riscos em curso manteve-se inalterada face a 2016.

2.7 Recursos Humanos

No final de 2017 a VICTORIA tinha um total de 272 empregados (94 Vida e 178 Seguros) (2016: 275). A média etária era de 43,88 (2016: 42,93) anos, a antiguidade média no Grupo era de 13,64 (2016: 12,61) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 54,4 % (2016: 54,5%). Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2017, 51,8% (2016: 52,0%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário.

Dando seguimento às normas constantes no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTORIA e os sindicatos STAS e SISEP publicado em 15/03/2016, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2017 contribuições no total de EUR 147.881,42 (2016: EUR 124.715,45) para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores.

O anterior Plano de Pensões de Beneficio Definido, mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Beneficio Definido, agora alterado.

2.8 Formação

A formação tem sido um dos eixos estratégicos de desenvolvimento da VICTORIA através da aposta sistemática e do investimento efetivo em ações que aumentam o potencial dos seus recursos, garantindo assim uma melhor capacidade de resposta da empresa aos desafios do mercado. Ao longo dos anos, o percurso e o investimento em formação na VICTORIA, tem sido expresso pelo desenho de planos de formação progressivamente mais estruturados que permitiram sistematizar uma série de conceitos ao nível do conhecimento e dos comportamentos. Até final do 3º trimestre todos estes conteúdos foram consubstanciados na Academia VICTORIA e em particular na sua Academia de Vendas. Esta Academia de formação teve em 2017 o seu 3º ano de atividade e reforçou o seu objetivo de dotar a área de distribuição de um conhecimento robusto e diferenciador dentro da atividade seguradora.

No último trimestre de 2017, fruto da vontade da VICTORIA em responder de forma eficiente e especializada aos desafios resultantes de uma envolvente marcada pela volatilidade, a complexidade, e a diversidade, surge o CAMPUS VICTORIA. Repensar a formação a partir de três eixos de desenvolvimento: dotar, ampliar e realizar foi o desafio e são estes os critérios que alicerçam o conceito, a estrutura e a operacionalização desse espaço de aprendizagem. A missão do CAMPUS é a de proporcionar uma abordagem de formação integrada e transversal que permita dotar todos os

Colaboradores da VICTORIA, de programas específicos e metodologias inovadoras de formação que garantam os seguintes objetivos:

• a passagem de conhecimento, fundamental para o desempenho das suas funções

• o desenvolvimento de competências e crescimento profissional de todos os Colaboradores

• a concretização dos objetivos da Empresa de acordo com os critérios de eficiência organizacional pretendidos

• a consolidação de uma cultura de formação na empresa, baseada num formato que sistematize, oriente e conduza os seus Colaboradores, numa lógica prática e pragmática, ao encontro de um enriquecimento formativo

O CAMPUS VICTORIA é gerado como um espaço virtual de aprendizagem permanente e partilha contínua que integra 4 Academias de Formação, com diferentes programas e ações que permitem proporcionar as ferramentas necessárias para uma resposta contínua e adequada aos crescentes desafios da nossa atividade:

• Academia de Conteúdos Técnicos

• Academia de Comportamentos

• Academia de Gestão e Liderança

• Academia de Vendas

Neste contexto, a formação na VICTORIA em 2017, caracterizou-se pelos seguintes indicadores globais:

TOTAL de ações	**54**
Carga horária total (em horas)	3.661
Nº de participações de colaboradores	917

Comercial e Marketing	32%
Suporte à atividade	3,9%
Sistemas de Informação (ferramentas tecnológicas, metodologias e administração de sistemas infor-	3,6%
Técnica de Negócio (ferramenta de gestão de processos de negócio, gestão e administração de portal de agentes, formação técnica de seguros e oferta de Produtos VICTO-	57,3%
Comportamental (valores VICTORIA)	3,2%

O quadro acima apresenta as diferentes áreas formativas em que de desenvolveram os programas de formação interna (58%) e externa (42%).

Através dos indicadores anteriormente referidos, destaca-se a formação no âmbito do Modelo de Governação - Anti-Fraude que contou com 3 ações, envolvendo 77 participações, com o objetivo de sensibilizar os intervenientes para o seu papel na identificação antecipada de possíveis situações de suspeita de Fraude. Também a formação sobre a Nova Oferta de Saúde, que envolveu 80 participações e a concretização de 12 ações, com vista a identificar as principais características diferenciadoras da Oferta e da marca VICTORIA em Saúde.

Da mesma forma, a Academia de Vendas, levou a cabo 16 ações, contemplando 585 participações, num total de 64 horas, reforçando o objetivo, já mencionado, de proporcionar as ferramentas e os conhecimentos técnicos de suporte ao processo de venda, para que os vendedores VICTORIA possam consolidar conhecimentos e desenvolver valências diferenciadoras e assim responder de forma contínua e adequada aos crescentes desafios da nossa atividade.

No âmbito do lançamento do CAMPUS VICTORIA - Academia de Comportamentos, iniciou-se o Programa transversal “Ser VICTORIA”, com a realização de 4 ações envolvendo 59 participantes. Este Programa visa envolver e sensibilizar todos os Colaboradores para os comportamentos que farão viver os Valores VICTORIA de forma impactante, através de uma dinâmica que possa ser facilmente traduzida para comportamentos a utilizar no dia-a-dia.

A Formação a Canais de Mediação desenvolveu ao longo do ano, o seu plano de formação que contemplou 95 ações nas diversas áreas de intervenção técnica, no total de 413 horas de formação, correspondendo a 560 participações a diferentes públicos-alvo (Empregados VICTORIA, Agentes de Seguros, Operadores do Centro de Contactos e Distribuição, Operadores da Gestão de Contactos, entre outros parceiros de negócio).

A VICTORIA valoriza assim a partilha do conhecimento através da formação como um dos seus ativos mais importantes, enquanto garante de uma *performance* elevada e com resultados, em que os conhecimentos técnicos e comerciais têm de funcionar em conjunto com competências de liderança, gestão e inteligência emocional.

O Programa de Responsabilidade Social desenvolveu, em 2017, diversas atividades e campanhas de cariz solidário. Destacaram-se a Operação Nariz Vermelho, a Venda Solidária para a Ajuda de Berço, a Páscoa na VICTORIA com a Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa, a Campanha Solidária dos Incêndios que assolaram Portugal e a Árvore de Natal solidária com a Quercus.

2.9 Investimentos

O grupo VICTORIA em Portugal está integrado no grupo SMA (desde finais de 2011), sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Vie.

No corrente ano manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos consolidada das empresas de seguros atingiu, no final de 2017, o montante de EUR 338.394.100 (2016: EUR 336.238.090) e que se concentrou maioritariamente na rubrica Títulos e Participações Financeiras. O investimento em Imóveis corresponde a 14,0% (2016: 13,7%) e as aplicações em títulos totalizam 85,8% (2016: 86,1%).A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2017	%	2016	%	Var. 17/16
Total	**338.394.100**	**100,0%**	**336.238.090**	**100,0%**	**0,6%**
Títulos e Participações Financeiras	290.340.361	85,8%	289.531.704	86,1%	0,3%
Imóveis	47.265.245	14,0%	45.918.385	13,7%	2,9%
Outros Ativos Financeiros	788.493	0,2%	788.001	0,2%	0,1%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 290.340.361 (2016: EUR 289.531.704) e a 31 de Dezembro de 2017 apresentava a seguinte distribuição:

Carteira de Titulos	2017	%	2016	%	Variação 17/16
Total	**290.340.361**	**100%**	**289.531.704**	**100%**	**0,3%**
Divida Publica	109.020.945	37,5%	110.630.986	38,2%	-1,5%
Obrigações Diversas	142.931.050	49,2%	131.488.509	45,4%	8,7%
Ações e Participações	3.058.172	1,1%	3.183.409	1,1%	-3,9%
Outros	35.330.194	12,2%	44.228.800	15,3%	-20,1%

O mercado de dívida registou em 2017 uma tendência de subida das taxas de juro de longo prazo no denominado segmento de ativos sem risco (i.e. dívida soberana de países de muito baixo risco de incumprimento).

Ainda assim, a redução dos prémios de risco para as emissões da generalidade das empresas e muitos Estados levou a bons desempenhos nos *benchmarks* desta classe de ativos. Neste contexto a gestão decidiu reduzir a exposição a investimento

em unidades de participação de fundos de tesouraria e reforçar o investimento em obrigações diversas. Desta forma, refira-se o decréscimo assinalável da classe de ativos "Outros" que passou a representar 12,2% (2016: 15,3%) da carteira de títulos.

No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos é de registar que 86,9% (2016: 88,4%) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating Carteira Obrigações	2017	2016
Total	**100,0%**	**100,0%**
AAA	12,0%	16,8%
AA	27,7%	26,6%
A	30,2%	32,0%
BBB	17,0%	13,1%
BB	7,4%	6,3%
B	0,0%	0,0%
NR	5,7%	5,3%

O resultado de investimentos subiu em 2017 cerca de 700 mil euros face a 2016, totalizando EUR 7.834.484 (2016: EUR 7.072.615). A rubrica de rendimentos devido ao reinvestimento dos vencimentos a taxas de rendimento inferiores registou uma quebra de 9,7%.

Do lado positivo os ganhos e perdas realizados registaram uma evolução bastante positiva tendo-se registado globalmente um incremento de 1,4 milhões de euros.

Proveitos de Investimentos	2017	2016	Variação 17/16
Total	**7.834.484**	**7.072.615**	**10,8%**
Rendimentos	5.945.344	6.581.535	-9,7%
Ganhos Realizados	2.078.169	1.050.299	97,9%
Perdas Provenientes de Alienação	-189.029	-559.219	-66,2%
Perdas por Imparidade	-	-	n.d.

2.10 Fundos de Pensões

No ano de 2017, os ativos relativos a Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA apresentaram um crescimento de 6,7% e totalizaram um montante de EUR 31.654.153 (2016: EUR 29.740.814), distribuídos por 6 fundos destintos.

2.11 Meio Ambiente

A VICTORIA sempre prestou uma atenção especial à proteção do meio ambiente. Neste contexto inserem-se medidas que visam a poupança de energia e a utilização de meios de trabalho que reduzam o mais possível os efeitos negativos em termos ambientais.

Assim verificámos que, para além dos impressos publicitários e de alguns outros formulários de menor volume, o nosso consumo de papel assenta primordialmente em folhas A4, cujo consumo foi de 2,4 (2016: 2,5) milhões de folhas. Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 2,5 (2016: 1,8) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Oeiras.

Os consumos de energia e água no nosso Edifício de Miraflores, situaram-se em 786.863 (2016: 720.561) KW/H de energia elétrica, 21.146 (2016: 26.460) m3 de gás natural e 3.613 (2016: 4.286) m3 de água.

O consumo médio, por utilizador do Edifício e por ano, foi de 3.834 (2016: 3.188) KW/H de energia elétrica, 103,03 (2016: 117,08) m3 de gás natural e 17,60 (2016: 18,96) m3 de água.

O consumo nas nossas Delegações e Escritórios, incluindo o situado no Edifício VICTORIA, foi de 124.520 (2016: 158.193) KW/H de energia elétrica e de 584,69 (2016: 799,00) m3 de água.

2.12 Gestão de Riscos e Controlo Interno

Em 2017, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito às áreas de Gestão de Riscos e Organização e Controlo, enquadrando enquadrando-se na segunda linha de defesa, ambas integram a Direção de Gestão de Riscos e Planeamento, tendo em conjunto como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Gestão de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional.

Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato, com exceção do de Risco Operacional, criado em 2017, tendo incorporado o Comité Anti-Fraude e assumindo as competências de análise do Risco Operacional nas suas diversas vertentes. Dando continuidade à implementação do novo regime de Solvência II, destacam-se neste âmbito atividades que marcaram o ano em análise:

• Desenho e formalização do processo de reporte do pilar III, com identificação da informação, donos da mesma, dependências, prazos;

• Reporte quantitativo anual integral (relembra-se que em 2016 a aplicabilidade de mapas a reportar era parcial);

• Reporte quantitativo trimestral;

• Elaboração do Relatório Periódico de Supervisão integral;

• Primeiro ano de elaboração e disponibilização ao público do Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira;

• Cerificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como do relatório mencionado no ponto anterior;

• Revisão da matriz de grandes riscos, alinhando a mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II;

• Elaboração do reporte Avaliação Interna do Risco e da Solvência, permitindo analisar e dando suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 3 anos;

• Criação a nível do grupo de um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, garantindo a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio;

• Início do processo de formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor. Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam -se em 2017 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

• Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;

• Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;

• Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na ferramenta *eFront*;

• Análise das anomalias reportadas relativas aos sistemas centrais;

• Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

• Monitorização do Risco de Conformidade. Para 2018 as ações estratégicas delineadas pelas áreas de Gestão de Riscos e de Organização e Controlo são:

• Continuação da implementação integral do regime de Solvência II, nomeadamente a nível de reporte quantitativo e qualitativo, aumentando a cada ano o nível de maturidade deste sistema;

• Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permita efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;

• Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;

• Conclusão da implementação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das matrizes de risco operacional para os vários processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;

• Continuação da identificação e implementação de novos procedimentos para a melhoria contínua dos controlos na deteção e prevenção de fraude, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;

• Implementação do processo e respetivos controlos de forma a responder ao novo Regulamento Geral de Proteção de Dados;

• Dinamização da cultura de risco por toda a organização

2.13 Outras Informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

2.14 Resultado do Exercício

O resultado da consolidação contabilística efetuada é de EUR 736.070 (2016: 979.109).

O resultado do exercício líquido de impostos da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., é de EUR -18.095 (2016: EUR 10.608).

O resultado do exercício líquido de impostos da SELICOMI Portugal, Lda, é de EUR 279.422 (2016: EUR 254.087).

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 468.079 (2016: EUR 111.165). O resultado líquido de impostos é de EUR 583.757 (2016: EUR 330.738).

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR 578.519 (2016: EUR 641.811). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR 125.901 (2016: EUR 518.597).

2.15 Consolidação dos Resultados

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

2.16 Previsões para o Ano 2018

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento atingiu em Janeiro de 2018 o valor de EUR 17.615.996 (2017: EUR 15.955.186), o que representa um crescimento de 10,40% (2017: quebra de 4,33%).

A sustentabilidade do negócio e da VICTORIA, num enquadramento económico de crescimento com moderada aceleração e de retoma do investimento, inflação reduzida e descida do desemprego, mas, ao mesmo tempo, de incertezas, rápidos ajustamentos e volatilidade, continua a constituir um objetivo ambicioso. Não obstante, o Plano do ano 2018 foi desenhado no intuito de encarar o desafio, a partir das seguintes ações:

• Adaptação do modelo de distribuição

• Reforço da presença institucional e da marca VICTORIA

• Automatização do acompanhamento do processo comercial

• Implementação de novas funcionalidades no portal de agentes e clientes

• Lançamento de novas soluções de produto

• Desenvolvimento do Campus VICTORIA

Em 2018, continuar-se-á, portanto, com a execução da estratégia que vem diferenciando a VICTORIA, nos últimos anos, baseada na proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, a oferta diferenciada de produto, o serviço de excelência e o posicionamento de especialização, no intuito de fornecer uma proposta de valor distinta.

Finalmente, em 2018, reforçar-se-á o acompanhamento do modelo de governação e de gestão de riscos, fundamentado numa melhor qualidade de dados, e continuar-se-á, igualmente, à procura de maior eficiência na gestão dos vários processos da empresa.

À semelhança dos últimos anos, mas ainda com maior incidência neste exercício, a formação irá fortalecer o seu peso específico como eixo estratégico de desenvolvimento da VICTORIA, através do investimento no CAMPUS VICTORIA e da aposta sistemática e o investimento efetivo em ações que aumentem o potencial dos recursos da empresa. Da mesma forma, prosseguir-se-á o reforço da organização das ações de Responsabilidade Social.

2.17 Considerações finais

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA e a todos os Parceiros pela sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

27 de março de 2018

O Conselho de Administração

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Balanço Consolidado em 31 de dezembro 2017 e 2016

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamen-tos	Valor Líquido	
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.303.933		3.303.933	7.149.028
3	Investimentos em filiais, associadas e em-preendimentos conjuntos	3.012.552		3.012.552	3.131.093
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
4	Ativos financeiros classificados no reco-nhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	26.255.101		26.255.101	28.452.488
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de parti-cipação	5.723.286		5.723.286	8.057.260
	Títulos de dívida	20.531.815		20.531.815	20.395.228
	Outros				
	Derivados de cobertura				
5	Ativos disponíveis para venda	252.243.145	147.470	252.095.675	248.937.246
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de parti-cipação	29.799.998	147.470	29.652.528	36.171.540
	Títulos de dívida	222.443.147		222.443.147	212.765.706
	Outros				
6	Empréstimos e contas a receber	788.493	-	788.493	794.523
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos	282.574		282.574	282.574
	Empréstimos concedidos	324.016		324.016	511.949
	Contas a receber	181.903		181.903	
	Outros				
7	Investimentos a deter até à maturidade	8.977.033		8.977.033	8.958.561
2	Terrenos e edifícios	47.265.245	-	47.265.245	45.928.385
	Terrenos e edifícios de uso próprio	2.213.660	-	2.213.660	2.154.900
	Terrenos e edifícios de rendimento	45.051.585		45.051.585	43.773.485
9	Outros ativos tangíveis	8.787.350	8.554.348	233.002	310.943
9	Inventários	51.714		51.714	48.743
	Goodwill				

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
10	Outros ativos intangíveis	30.506.813	21.958.086	8.548.727	6.637.547
14	Provisões técnicas de resseguro cedido	15.565.342	-	15.565.342	14.841.542
	Provisão para prémios não adquiridos	5.822.583		5.822.583	5.789.058
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	9.742.759		9.742.759	9.052.484
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.869.718		1.869.718	1.852.985
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	14.870.882	4.780.482	10.090.400	11.694.758
	Contas a receber por operações de seguro direto	11.921.951	4.606.264	7.315.687	9.649.480
	Contas a receber por outras operações de resseguro	1.019.394	19.965	999.429	571.152
	Contas a receber por outras operações	1.929.537	154.253	1.775.284	1.474.126
13	Ativos por impostos	3.041.469	-	3.041.469	2.586.013
	Ativos por impostos correntes	1.150.490		1.150.490	1.096.087
	Ativos por impostos diferidos	1.890.979		1.890.979	1.489.926
17	Acréscimos e diferimentos	431.170		431.170	466.033
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	416.969.960	35.440.386	381.529.574	381.789.888

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
14	Provisões técnicas	251.631.832	255.354.189
	Provisão para prémios não adquiridos	17.699.023	17.742.282
	Provisão matemática do ramo vida	158.115.697	163.027.317
	Provisão para sinistros	60.451.843	58.536.345
	De vida	7.442.677	7.729.091
	De acidentes de trabalho	26.191.639	26.078.545
	De outros ramos	26.817.527	24.728.709
	Provisão para participação nos resultados	3.590.259	4.427.351
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	390.957	431.182
	Provisão para participação nos resultados atribuída	3.199.302	3.996.169
	Provisão para compromissos de taxa	5.175.848	5.175.848
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	5.263.011	5.093.173
	Provisão para riscos em curso	1.336.151	1.351.873
	Outras provisões técnicas		
15	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	27.376.119	29.467.221
	Outros passivos financeiros	2.822.565	2.779.368
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	165.326	122.129
	Outros	2.657.239	2.657.239
12	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	423.498	438.224
16	Outros credores por operações de seguros e outras operações	15.540.768	10.935.613
	Contas a pagar por operações de seguro direto	8.933.225	6.866.830
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	3.757.058	1.875.563
	Contas a pagar por outras operações	2.850.485	2.193.220

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
13	Passivos por impostos	4.458.119	4.140.474
	Passivos por impostos correntes	3.083.869	3.267.778
	Passivos por impostos diferidos	1.374.250	872.696
17	Acréscimos e diferimentos	6.149.823	5.432.157
	Outras Provisões	452.068	490.777
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	308.854.792	309.038.023
18	**CAPITAL PRÓPRIO**		
	Capital	54.500.000	54.500.000
	(Ações Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	8.524.652	8.982.225
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	8.146.812	8.647.920
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	377.840	334.305
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	(2.228.864)	(2.322.517)
	Outras Reservas	45.965.194	45.925.254
	Resultados Transitados	(35.361.139)	(35.815.527)
	Resultado do exercício	736.070	979.109
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	72.135.913	72.248.544
	Interesses Minoritários	538.869	503.321
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁTIOS	72.674.782	72.751.865
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO	381.529.574	381.789.888

Demonstração de resultados Consolidada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	29.413.423	37.876.767		67.290.190	67.066.504
21	Prémios brutos emitidos	33.262.434	80.658.303		113.920.737	112.289.853
	Prémios de resseguro cedido	(3.706.623)	(43.011.893)		(46.718.516)	(44.669.603)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(142.388)	196.832		54.444	(952.837)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	33.525		33.525	399.091
22	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	381.475	-		381.475	422.868
23	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(32.107.497)	(28.563.524)		(60.671.021)	(59.025.667)
	Montantes pagos	(32.324.819)	(26.991.781)		(59.316.600)	(60.788.879)
	Montantes brutos	(32.567.731)	(47.545.371)		(80.113.102)	(82.139.651)
	Parte dos resseguradores	242.912	20.553.590		20.796.502	21.350.772
	Provisão para sinistros (variação)	217.322	(1.571.743)		(1.354.421)	1.763.212
	Montantes brutos	286.414	(2.331.110)		(2.044.696)	1.741.087
	Parte dos resseguradores	(69.092)	759.367		690.275	22.125
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(154.116)		(154.116)	182.269
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	5.217.288			5.217.288	5.119.171
	Montantes brutos	5.217.288			5.217.288	5.119.171
	Parte dos resseguradores				-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.130.889)	(27.452)		(1.158.341)	(1.262.161)
	Custos e gastos de exploração líquidos	(6.474.805)	(9.081.383)		(15.556.188)	(15.701.393)
	Custos de aquisição	(4.450.858)	(16.131.799)		(20.582.657)	(19.961.454)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(215.357)	(18.163)		(233.520)	(49.158)
	Gastos administrativos	(3.912.298)	(6.048.575)		(9.960.873)	(9.613.197)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	2.103.708	13.117.154		15.220.862	13.922.416

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
24	Rendimentos	5.695.267	719.841	(469.764)	5.945.344	5.978.553
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5.467.100	719.841	(469.764)	5.717.177	5.754.091
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	228.167	-	-	228.167	224.462
25	Gastos financeiros	(895.961)	(239.840)	(20.229)	(1.156.030)	(1.070.392)
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-	-
	Outros	(895.961)	(239.840)	(20.229)	(1.156.030)	(1.070.392)
26	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	1.291.337	41.574	11.056	1.343.967	318.590
	De ativos disponíveis para venda	19.787	16.601	-	36.388	378.016
	De empréstimos e contas a receber					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
	De outros	1.271.550	24.973	11.056	1.307.579	(59.426)
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(1.097.097)	-	-	(1.097.097)	(1.313.715)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.097.097)	-	-	(1.097.097)	(1.313.715)
	Diferenças de câmbio					
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
28	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-
	De ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De outros					
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	175.538	6.652	-	182.190	48.940
30	Outras provisões (variação)			19.572	19.572	213.653
31	Outros rendimentos/gastos			700.968	700.968	666.805
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas			-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial			(118.541)	(118.541)	(148.494)
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	468.079	578.519	123.062	1.169.660	1.495.531
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes				(216.310)	(494.031)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos				(136.250)	72.113
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS				817.100	1.073.613
	Interesses minoritários				81.030	94.504
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCICIO	468.079	578.519	123.062	736.070	979.109

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	736.070	979.109
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	(945.265)	646.716
Por via de alienações	360.262	(472.459)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	48.615	40.399
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	78.815	40.677
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	93.653	(57.450)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	39.410	20.231
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	(524.191)	490.083
Total do rendimento integral	**(112.631)**	**1.687.306**

Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos:	219.844.056	270.414.830
Clientes (prémios recebidos)	118.542.230	109.043.221
venda/amortização de ativos financeiros (Inv)	100.836.480	160.507.503
Juros e dividendos (Inv)	439.122	638.212
Recebimentos de taxas e impostos	26.224	225.893
Regularização c/c Seguradoras		
Pagamentos:	220.522.467	267.197.734
Clientes (sinistros & estornos)	73.436.110	71.481.890
Comissões	10.830.284	4.453.792
Resseguradores	8.236.966	7.575.779
Outros prestadores	(545.531)	(249.695)
Fornecedores diversos	9.017.275	13.308.442
Pagamentos a colaboradores	5.882.802	5.690.759
Compra de ativos financeiros (Inv)	98.056.667	149.372.841
Pagamento de taxas e impostos	15.364.830	15.342.234
Despesas de Viagem	239.995	219.231
Fundo Fixo Caixa	3.067	2.462
Regularização c/c Seguradoras	-	-
Fluxo das atividades operacionais	**(678.411)**	**3.217.095**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos:		
Investimentos Financeiros (reembolso de Empréstimos Concedidos)		
Imobilizações corpóreas (alienação)		
Imobilizações incorpóreas (alienação)		
Juros de Empréstimos Concedidos		
Dividendos de participações		

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO	2017	2016
Pagamentos:	3.166.684	1.873.290
Propriedades Investimento		
Investimentos Financeiros (Constituição empréstimos. concedidos)		
Imobilizações corpóreas (aquisição)	1.556.047	144.223
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	1.610.637	1.729.067
Fluxo das atividades de Investimentos	**(3.166.684)**	**(1.873.290)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos:		
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)		
Aumentos de Capital		
Doações		
Pagamentos:		
Empréstimos Obtidos (Juros $ reembolsos)		
Amortização de contratos de locação financeira		
Dividendos		
Fluxo das atividades de financiamento		
4 = 1 + 2 + 3 + 4 Total do Fluxo de Caixa	**(3.845.095)**	**1.343.805**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**7.149.028**	**5.805.223**
Caixa e seus equivalentes no final do período	**3.303.933**	**7.149.028**

Demonstração Consolidada das alterações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração de variações do Capital Próprio Consolidado	Capital Social	Por ajust. no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalor. de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado do Exercício	Interesses Minoritários	TOTAL
Balanço a 31 de Dezembro 2015	54.500.000	8.432.377	294.512	(2.265.067)	1.121.630	44.992.014	(208.794)	(39.056.721)	2.714.892	447.494	70.972.337
Aumentos/reduções de capital											-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	174.260	-	-	-		-	-	-		174.260
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	40.399	-	-		-				40.399
Participação Resultados a atribuir ("shadow")		41.283	(606)	-	-		-				40.677
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(57.450)	-		-	-	-		(57.450)
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	173		-	2.751.111	(2.714.892)		36.392
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-		-			(36.392)	(36.392)
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-		20.231		-		20.231
Transfª entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-		-	490.083		(2.285)	487.798
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	979.109		979.109
Interesses Minoritários										94.504	94.504
Balanço a 31 de Dezembro 2016	54.500.000	8.647.920	334.305	(2.322.517)	1.121.803	44.992.014	(188.563)	(35.815.527)	979.109	503.321	72.751.865
Aumentos/reduções de capital											-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(585.003)	-	-	-		-	-	-		(585.003)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	48.615	-	-		-				48.615
Participação Resultados a atribuir ("shadow")		83.895	(5.080)	-	-		-				78.815
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	93.653	-		-	-	-		93.653
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	530		-	978.579	(979.109)		-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-		-			(45.482)	(45.482)
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-		39.410	(524.191)	-		(484.781)
Transfª entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-		-				-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	736.070		736.070
Interesses Minoritários										81.030	81.030
Balanço a 31 de Dezembro 2017	54.500.000	8.146.812	377.840	(2.228.864)	1.122.333	44.992.014	(149.153)	(35.361.139)	736.070	538.869	72.674.782

VICTORIA Uma empresa do Grupo Segurador SMA

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidada em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ÍNDICE

1. **Introdução**
2. **Informação por Segmentos**
3. **Políticas Contabilísticas**
4. **Gestão de Riscos**
5. **Notas ao Balanço**
   - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
   - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
   - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
   - NOTA 4 - Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
   - NOTA 5 - Ativos disponíveis para venda
   - NOTA 6 - Empréstimos e contas a receber
   - NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade
   - NOTA 8 - Afetação dos investimentos
   - NOTA 9 - Outros ativos tangíveis e inventários
   - NOTA 10 - Outros ativos intangíveis
   - NOTA 11 - Outros devedores por operações de seguros e outras operações
   - NOTA 12 - Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
   - NOTA 13 - Ativos e Passivos por impostos
   - NOTA 14 - Provisões Técnicas
   - NOTA 15 - Passivos Financeiros de contratos de investimento
   - NOTA 16 - Outros credores por operações de seguros e outras operações
   - NOTA 17 - Acréscimos e Diferimentos
   - NOTA 18 - Capital Próprio
   - NOTA 19 - Transações entre partes relacionadas
   - NOTA 20 - Elementos extra patrimoniais
6. **Notas à Conta de Ganhos e Perdas**
   - NOTA 21 - Prémios de contratos de seguro
   - NOTA 22 - Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento e contratos de prestação de serviços
   - NOTA 23 - Custos com sinistros
   - NOTA 24 - Rendimentos / réditos de investimentos
   - NOTA 25 - Gastos Financeiros

- NOTA 26 - Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 27 - Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas
- NOTA 28 - Perdas de Imparidades
- NOTA 29 - Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 30 - Outras Provisões (Variação)
- NOTA 31 - Outros rendimentos/gastos
- NOTA 32 - Gastos diversos por função
- NOTA 33 - Gastos com o pessoal

7. Eventos subsequentes à data de encerramento

8. Justo valor de ativos e passivos financeiros

9. Alterações de Politicas Contabilísticas

10. Inventário de Títulos e Participações Financeiras

1. Introdução

Por escritura pública de 29 de outubro de 2002, a VICTORIA – Seguros, S.A., constituída em 1994, alterou a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. ("VICTORIA" ou "Grupo" e o seu objeto social para o de uma sociedade gestora de participações sociais. Nessa mesma data, constituiu uma nova empresa de seguros, que adota a sua anterior firma VICTORIA - Seguros, S.A., pela transferência dos ativos e passivos relacionados com a atividade de seguros dos ramos não vida que exerceu até essa data.

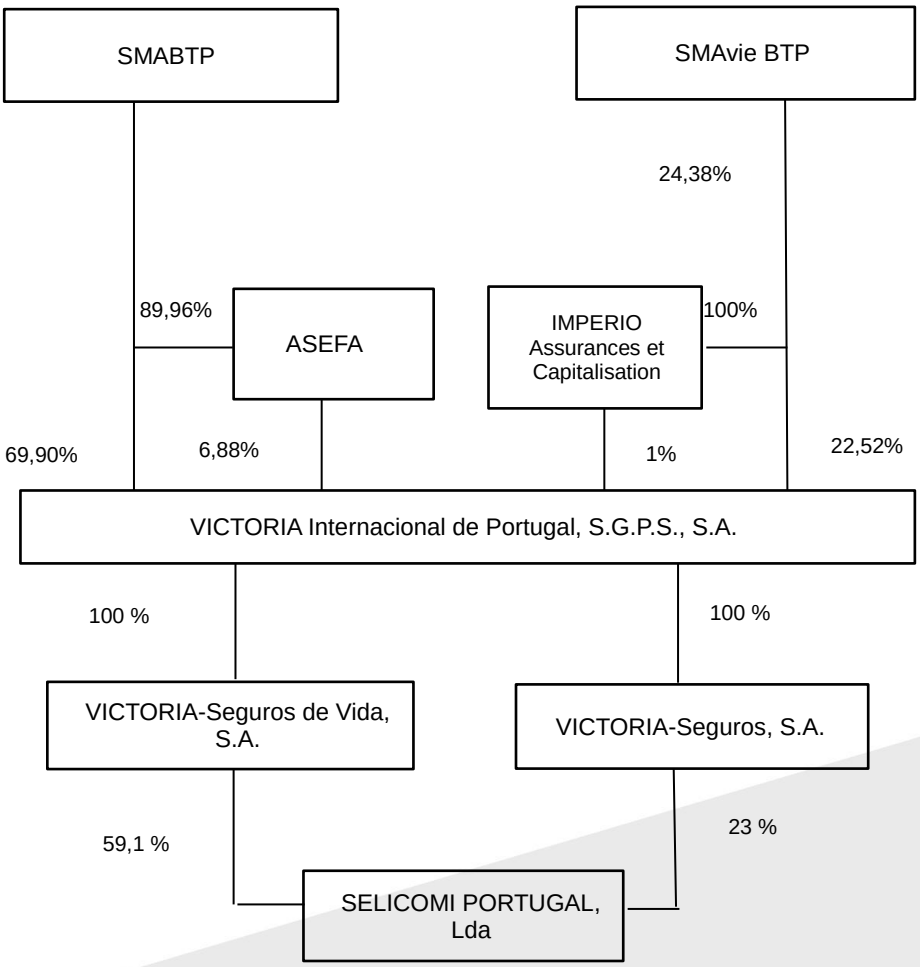
No dia 29 de dezembro de 2011, o Grupo SMA formalizou a compra ao Grupo ERGO da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., proprietária da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.. Esta operação tinha sido anunciada a 21 de setembro de 2011 e foi aprovada no início de dezembro pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Presente em Portugal desde 2007, através da sua afiliada Asefa, o Grupo SMA concentra a sua atividade no setor da construção e imobiliário, distribuindo os seus produtos através de uma rede de mediadores profissionais. O Grupo SMA, fundado em 1859, conta com 3.267 colaboradores. Em 2016, detinha 25 mil milhões de euros de ativos sob gestão e o volume de negócios 2,4 mil milhões de euros. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no setor de seguros de construção em França. O Grupo SMABTP está presente em Espanha através da sua afiliada Asefa desde 1972, operando nos ramos Vida e Não Vida, e onde é também líder no mercado de seguros de construção.

A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do grupo francês SMABTP e da sua afiliada Asefa.

Estrutura do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 incluem as contas da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e das suas subsidiárias, de acordo com a estrutura que abaixo se apresenta:


SMABTP
SMAvie BTP
24,38%
89,96%
ASEFA
IMPERIO Assurances et Capitalisation
100%
69,90%
6,88%
1%
22,52%
VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.
100 %
100 %
VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.
VICTORIA-Seguros, S.A.
59,1 %
23 %
SELICOMI PORTUGAL, Lda

2. Informação por Segmentos

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

(Un: Euros)

2017	Vida	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	33 262 434	80 658 303	30 479 633	14 875 739	14 876 039	12 003 486	8 423 406
Prémios de resseguro cedido	(3 706 623)	(43 011 893)	(21 801 602)	(9 982 645)	(1 476 562)	(3 754 606)	(5 996 478)
Prémios brutos adquiridos	33 120 046	80 855 135	30.690.537	14 976 443	14 523 531	12.135.277	8 529 347
Resultados dos investimentos	4 993 546	521 575	25 548	44 837	47 440	385 384	18 365
Custos com sinistros brutos	(32 281 317)	(49 876 481)	(22 141 122)	(8 239 690)	(10 458 940)	(5 629 540)	(3 407 190)
Custos de exploração brutos	(8 578 514)	(22 198 537)	(7 796 217)	(4 090 970)	(3 587 887)	(3 649 270)	(3 074 192)
Resultado técnico	468 079	578 520	508 724	(240 780)	(1 018 818)	358 559	970 835
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	200 456 089	103 760 983	10 612 397	18 587 996	19 550 248	47 534 013	7 476 329
Provisões técnicas	175 387 014	76 244 818	9 140 269	16 009 510	16 838 281	27 817 530	6 439 229

(Un: Euros)

2016	Vida	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	34.713.111	77.576.742	29.882.062	15.163.017	13.522.755	10.964.827	8.044.081
Prémios de resseguro cedido	(3.092.684)	(41.576.919)	(21.144.028)	(10.198.621)	(1.336.230)	(3.248.549)	(5.649.491)
Prémios brutos adquiridos	34.624.602	76.712.414	29.705.876	15.279.317	13.114.108	10.793.063	7.820.050
Resultados dos investimentos	3.795.764	434.042	14.642	25.006	25.186	360.058	9.149
Custos com sinistros brutos	(32.538.370)	(47.860.195)	(21.689.997)	(6.514.363)	(8.993.964)	(6.726.983)	(3.934.888)
Custos de exploração brutos	(8.373.404)	(21.250.405)	(7.588.883)	(3.963.981)	(3.398.815)	(3.376.491)	(2.922.235)
Resultado técnico	219.444	860.893	343.008	529.095	(304.062)	(243.906)	536.758
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	205.564.710	98.853.691	10.370.278	17.977.224	19.472.376	43.121.233	7.911.580
Provisões técnicas	181.294.829	74.059.360	8.568.421	14.853.643	16.089.836	28.010.534	6.536.926

3. Políticas Contabilísticas

Bases de apresentação

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de Setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º4/2007-R de 27 de Abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF, nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas.
As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação.

A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos, pelo que para efeitos de reconhecimento e mensuração são aplicáveis as regras e princípios estabelecidos no PCES.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2017 a VICTORIA adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2017. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor, dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado, ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento classificados ao justo valor através de resultados. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 27 de março de 2018.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2017 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

- Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da VICTORIA ("Grupo"), é composta pelas demonstrações financeiras separadas estatutárias, das suas subsidiárias e associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo. Para as empresas que não seguem o PCES e/ou as IAS, e cujos critérios de mensuração são divergentes, são feitos ajustes prévios para efeitos de consolidação.
O perímetro de consolidação do grupo, é como segue:

(em milhares Euros)

Nome Empresa	Classificação	Método Consolidação	% Participação		DADOS FINANCEIROS							
					ATIVO		PASSIVO		CAPITAL PRÓPRIO		RESULTADO LIQUIDO	
			Direta	Indireta	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA	Empresa Mãe				90.574	90.687	4.536	4.631	86.038	86.056	(18)	11
VICTORIA - Seguros de Vida, S.A	Subsidiária	Integral	100%		240.758	247.407	212.469	218.573	28.289	28.834	584	331
VICTORIA - Seguros, S.A	Subsidiária	Integral	100%		134.062	127.976	92.378	87.223	41.684	40.753	126	518
Future Healthcare International-SGPS, S.A	Associada	Equivalência Patrimonial	40%		8.487	8.782	956	954	7.531	7.828	(296)	(371)
SELICOMI PORTUGAL, Lda	Subsidiária	Integral		82%	14.663	15.665	14.371	15.398	292	267	279	254

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente, desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades, até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses controlados excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos

registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses não controláveis anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas. Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controlados nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses não controlados negativos.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Em 31 de dezembro de 2017 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação são apresentadas na Nota I.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica de Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguro enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, o Grupo realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atuarial das responsabilidades futuras do Grupo, após dedução do valor atuarial dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos *cashflows* futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

(i) ***Provisão para prémios não adquiridos***

Para o Ramo Vida, e de acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. Para estes seguros e para os restantes seguros do Ramo Não Vida, a provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respetivas. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método *pro rata temporis* por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

(ii) ***Provisão para sinistros***

A provisão para sinistros, para o Ramo não Vida, corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros orridos e ainda não reportados (IBNR), bem como os custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

(iii) ***Provisão para participação nos Resultados***

Para o Ramo não Vida, esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respetivos.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

(iv) ***Provisão para riscos em curso***

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

(iv) ***Provisão para desvios de sinistralidade***

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

(v) ***Comissões de mediação***

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Ativos financeiros

A VICTORIA classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.
Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
Ativos financeiros detidos até à maturidade. São ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou de negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas. A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos ativos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável; A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
f) Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro.

Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.
Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

Ativos tangíveis

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5% a 25%
- Equipamento informático 25% e 33%
- Instalações interiores 10% a 16,66%

A avaliação efetuada para determinação da existência de **imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis** é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro

ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos

de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a

uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos nas Companhias do Grupo. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para

todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.
As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.
As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações

operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.
I - Ações e Fundos de Ações cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
II - Ações e Fundos de Ações, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal.

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
f) Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da VICTORIA.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para

participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

4. Gestão de Riscos

1. Risco Estratégico

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados. Neste âmbito a VICTORIA realiza um conjunto de ações de forma a mitigar este risco.

A este nível a VICTORIA mantém um planeamento estratégico a médio prazo com a construção de um orçamento a três anos, bem como a curto prazo, na elaboração anual do plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano. A estratégia é definida tendo em conta a realidade da Companhia, do mercado segurador e financeiro envolvente e na capacidade de aceitar os riscos delineados.

Por outro lado, dada a importância que tem que toda a organização conheça a estratégia delineada, para que a mesma seja seguida por todos, é realizada uma reunião anual transversal à companhia, onde a mesma é apresentada.

Cabe à Direção de Risco e Planeamento efetuar o acompanhamento do plano e orçamento e alertar para desvios significativos.

Com uma periodicidade mensal, existe um acompanhamento da evolução das ações e orçamento anual, que é analisado na reunião de Direção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e em caso de necessidade implementar planos de atuação de mitigação.

Dando continuidade à implementação do novo regime de Solvência II, destacam-se neste âmbito, atividades que marcaram o ano em análise:

- Desenho e formalização do processo de reporte do pilar III, com identificação da informação, donos da mesma, dependências, prazos;
- Reporte quantitativo anual integral (relembra-se que em 2016 a aplicabilidade de mapas a reportar era parcial);
- Reporte quantitativo trimestral;
- Elaboração do Relatório Periódico de Supervisão integral;

- Primeiro ano de elaboração e disponibilização ao público do Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira, do exercício de 2016;
- Cerificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como do relatório mencionado no ponto anterior;
- Revisão da matriz de grandes riscos, alinhando a mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II;
- Elaboração do reporte Avaliação Interna do Risco e da Solvência, permitindo analisar e dando suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 3 anos;
- Criação a nível do grupo de um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo SMA e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, garantindo a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio;
- Processo de formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao registo de perdas originadas por eventos que possam afetar negativamente a imagem da companhia. De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores como são o relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta e indicadores do mercado.

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos fatores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.
- Nos Ramos Não Vida o risco de prémios, o risco de provisões e o risco de catástrofe.

Políticas de subscrição

As políticas de subscrição seguem critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Pessoais com base no Manual de Subscrição.

As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros.

A VICTORIA, para o Ramo Vida, dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a

aceitação clinica e correspondente tarifação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica. Para o Ramo Não Vida, a prática destas políticas está definida no manual de subscrição de riscos e de gestão de carteiras, revisto em 2012. Este documento estabelece as regras gerais e específicas que devem ser respeitadas na subscrição de novos segmentos e na gestão das carteiras existentes, tanto no negócio de seguro direto, como no negócio de resseguro aceite.

Tarifação

A VICTORIA tem como objetivo a prática de tarifas sustentáveis ou seja, garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos, de forma a obter uma rentabilidade positiva e de encontro com a expectável.

A construção de tarifas é efetuada pelo departamento técnico, com uma elevada colaboração da área do Atuariado, particularmente para o Ramo Vida. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

Provisionamento no Ramo Vida

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (*Loss Adequacy Test* - LAT). Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. A implementação de ações corretivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

Provisionamento nos Ramos Não Vida

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um adequado nível de prudência. Trimestralmente são efetuados processos de revisão, com base nos quais se detetam possíveis desvios da sinistralidade face ao provisionado e se procede ao respetivo ajustamento.

Numa ótica de monitorização contínua das provisões são produzidos relatórios trimestrais, pela área atuarial e pelo atuário responsável, que visam analisar a adequação das provisões constituídas.

Resseguro

Numa ótica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras, através de tratados de resseguro que gerem valor e na escolha criteriosa da pool de resseguradoras, efetuando uma análise da sua capacidade financeira.

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

	Ramo Vida		
	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Vida Individual	Surplus	100.000	1.100.000
Vida Grupo	Surplus	150.000	1.500.000
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Excess of Loss	300.000	8.100.000

	Ramos Não Vida		
	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Incêndio e outros danos	Quota Share	250.000	500.000
	First Surplus	500.000	20.000.000
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais)	Excess of Loss	5.000.000	125.000.000
		120.000.000 xs 5.000.000	
Automóvel	Excess of Loss per risk/ per event	500.000	3.000.000
		2.500.000 xs 500.000	
	Excess of Loss per risk/ per event		
	RC	unlimited xs 3.000.000	
	Outro Danos	6.000.000 xs 3.000.000	
Marítimo, aéreo e transportes	Quota Share	180.000	600.000
	Excess of Loss per risk/por event	600.000	14.000.000
		13.400.000 xs 600.000	

VICTORIA Uma empresa do Grupo Segurador SMA

	Ramos Não Vida		
Acidentes Pessoais	Quota Share	150.000	500.000
	Excess of Loss per risk	500.000	1.500.000
		1.000.000 xs 500.000	
	Excess of Loss per event	500.000	4.000.000
		3.500.000 xs 500.000	
	Excess of Loss per risk/per event	4.000.000	20.000.000
		16.000.000 xs 4.000.000	
Acidentes de Trabalho	Excess of Loss	400.000	7.000.000
		6.600.000 xs 400.000	
Responsabilidade Civil	Quota Share	120.000	400.000
	Excess of Loss per risk	400.000	20.000.000
		19.600.000 xs 400.000	
	Excess of Loss per event	400.000	38.000.000
		37.600.000 xs 400.000	
Engenharia	Quota Share	150.000	500.000
	Quota Share	500.000	4.500.000
	Quota Share	25.000.000	50.000.000
	Excess of loss	5.000.000	25.000.000
		20.000.000 xs 5.000.000	
Construção (apenas para situações especiais) LOB= Inherent Defect Insurance	Excess of loss	2.700.000	60.000.000
		57.300.000 xs 2.700.000	
Saúde	Quota Share	75.000	250.000
Saúde CMI	Quota Share	100.000	1.000.000
Perda de Rendas	Quota Share	50%	unlimited

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

	Prémios 2017			Prémios 2016		
Ramos	**Seguro Direto**	**Resseguro Cedido**	**Total líquido**	**Seguro Direto**	**Resseguro Cedido**	**Total líquido**
Ramo Vida						
Vida Individual	18.907	475	18.432	20.617	465	20.152
Vida Grupo	14.355	3.231	11.124	14.096	2.628	11.468
Total Ramo Vida	33.262	3.706	29.556	**34.713**	**3.093**	**31.620**
Ramos Não Vida						
Doença	30.480	21.802	8.678	29.882	21.144	8.738
Incêndio e outros danos	14.876	9.983	4.893	15.198	10.199	4.999
Automóvel	14.876	1.476	13.400	13.523	1.336	12.187
Acidentes de Trabalho	7.041	278	6.763	6.595	261	6.334
Acidentes Pessoais	4.962	3.476	1.486	4.370	2.987	1.383
Marítimo, aéreo e transportes	5.956	4.239	1.717	5.625	3.942	1.683
Diversos	2.380	1.690	690	2.287	1.659	628
Responsabilidade Civil	87	68	19	98	49	49
Total Ramo Não Vida	**80.658**	**43.012**	**37.646**	**77.577**	**41.577**	**36.000**

(valores em milhares de euros)

Obs.: Estes valores não incluem os contratos de Investimento no ramo Vida, nem os contratos de prestação de serviços para o ramo Doença, classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

Risco de prémios

O risco de prémios para os ramos Não Vida está associado ao facto da companhia de seguros não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado e de despesas, por linha de negócio:

Ramos	2017	2016
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS		
Saúde	30.480	29.882
Incêndio e outros danos	14.876	15.198
Automóvel	14.876	13.523
Acidentes de Trabalho	7.042	6.595
Acidentes Pessoais	4.962	4.370
Maritimo, Aéreo e Transportes	5.956	5.625
Responsabilidade Civil	2.381	2.287
Diversos	87	98
Total	80.658	77.577
PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS		
Saúde	30.691	29.706
Incêndio e outros danos	14.976	15.279
Automóvel	14.524	13.114
Acidentes de Trabalho	7.080	6.547
Acidentes Pessoais	5.055	4.246
Maritimo, Aéreo e Transportes	5.977	5.383
Responsabilidade Civil	2.457	2.322
Diversos	95	115
Total	80.855	76.712
RÁCIO DE SINISTRALIDADE BRUTO		
Saúde	72,2%	73,0%
Incêndio e outros danos	55,1%	42,7%
Automóvel	72,1%	68,7%
Acidentes de Trabalho	70,5%	91,8%
Acidentes Pessoais	12,6%	17,0%
Maritimo, Aéreo e Transportes	48,0%	59,1%
Responsabilidade Civil	22,8%	27,8%
Diversos	-17,4%	101,9%
TOTAL	61,7%	62,6%
RÁCIO DE DESPESAS GERAIS		
Saúde	12,4%	13,6%
Incêndio e outros danos	19,1%	17,3%
Automóvel	21,2%	20,6%
Acidentes de Trabalho	18,5%	23,1%
Acidentes Pessoais	18,2%	19,0%
Maritimo, Aéreo e Transportes	23,0%	24,9%
Responsabilidade Civil	25,2%	25,8%
Diversos	17,3%	31,5%
TOTAL	17,3%	17,8%
RÁCIO COMBINADO BRUTO		
Saúde	97,7%	98,8%
Incêndio e outros danos	82,6%	68,8%
Automóvel	97,0%	94,8%
Acidentes de Trabalho	94,3%	117,4%
Acidentes Pessoais	52,0%	57,7%
Maritimo, Aéreo e Transportes	83,1%	95,4%
Responsabilidade Civil	62,5%	69,3%
Diversos	8,0%	122,0%
TOTAL	89,4%	90,4%
RÁCIO COMBINADO LÍQUIDO		
Saúde	96,3%	96,4%
Incêndio e outros danos	98,7%	86,4%
Automóvel	109,7%	101,6%
Acidentes de Trabalho	98,2%	117,9%
Acidentes Pessoais	111,0%	105,0%
Maritimo, Aéreo e Transportes	68,9%	92,9%
Responsabilidade Civil	55,8%	67,2%
Diversos	-210,4%	40,7%
TOTAL	99,9%	99,9%

(valores em milhares de euros)

VICTORIA Uma empresa do Grupo Segurador SMA

Relativamente ao rácio combinado líquido, para a globalidade da carteira de Não Vida, o mesmo mantém-se idêntico ao do ano transato.

Risco de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida segue princípios de grande prudência e rigor de forma a evitar situações de insuficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas, efetuando-se análises determinísticas e estocásticas.

A adequação global das provisões para sinistros é efetuada trimestralmente, procedendo-se sempre que necessário a eventuais ajustamentos, que são refletidos nos resultados da Companhia.
Da análise efetuada quer internamente, como pelo Atuário Responsável com referência a 31 de dezembro de 2017, conclui-se a suficiência global de provisionamento.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com exceção de Doença:

(valores em milhares de euros)

TOTAL REAIS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Estimativa acumulada dos sinistros:													
No final do ano de constituição	24.941	31.218	27.549	31.614	34.565	52.240	47.208	32.869	26.689	25.919	19.840	20.859	21.868
Um ano depois	24.419	29.937	27.859	30.966	36.034	54.265	46.584	32.419	27.524	26.109	18.829	20.100	
Dois anos depois	23.836	29.319	26.697	30.358	35.809	54.807	47.178	32.971	27.857	25.666	18.620		
Três anos depois	23.902	29.070	26.199	30.594	35.756	54.508	47.597	33.048	27.916	26.247			
Quatro anos depois	23.600	28.465	26.350	30.723	36.113	54.617	47.807	33.006	27.895				
Cinco anos depois	23.193	28.427	26.223	30.750	36.165	54.730	48.379	33.243					
Seis anos depois	23.196	27.761	26.227	30.889	36.523	54.620	48.110						
Sete anos depois	23.213	27.708	26.224	30.884	36.484	54.545							
Oito anos depois	22.747	27.297	26.270	30.969	36.478								
Nove anos depois	22.757	27.407	26.287	30.990									
Dez anos depois	22.767	27.477	26.288										
Onze anos depois	22.791	27.517											
Doze anos depois	22.795												
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	22.795	27.517	26.288	30.990	36.478	54.545	48.110	33.243	27.895	26.247	18.620	20.100	21.868
Pagamentos acumulados até 31-12-2017	22.690	27.304	25.993	30.823	36.107	54.096	47.357	32.601	26.565	24.419	17.651	17.457	13.213
Provisão para sinistros	105	213	295	166	371	449	753	642	1.330	1.828	970	2.643	8.655

Provisão para Sinistros a 31-12-2017 na matriz	18.420
Provisão para Sinistros a 31-12-2017 de anos anteriores a 2004	1.477
Total Provisão para sinistros a 31-12-2017	19.897

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR, Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho

Riscos biométricos

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez.

O risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte.

O risco de invalidez está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira da VICTORIA - Seguros de Vida, S.A..

Produtos	Características	Riscos
Seguros de Risco	Beneficio em caso de morte Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Beneficio em caso de morte Beneficio em caso de vida Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Rendas	Beneficio em caso de vida	Aumento da longevidade Aumento da duração dos pagamentos
Invalidez	Beneficio em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez Crescimento dos custos com sinistros

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado.

O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite aferir a existência ou não da necessidade de uma revisão das tábuas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos ativos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos ativos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.

Para monitorizar este risco, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. efetua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (*Loss Adequacy Test* – LAT). Para além desta provisão é também constituída uma provisão para garantia de resgate.

O quadro seguinte apresenta o valor da provisão para

garantia de resgate e compromisso de taxa:

(valores em milhares de euros)

Produtos	Provisão Adicional 2017	Provisão Adicional 2016
Mistos Individual & Grupo	750	750
Rendas	538	538
Financeiros (contratos investimento)	6.355	6.654
Financeiros (contratos seguro)	860	860
Total	**8.503**	**8.802**

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate no montante de Euros 3.327.034 (2016: Euros 3.626.651) e em provisão para compromisso de taxa no montante de Euros 5.175.848 (2016: Euros 5.175.848).

O valor apurado em 2017, para a provisão para compromisso resultou num excedente de provisionamento de 650.556€ relativamente ao ano transato, no entanto, face à sensibilidade da carteira à evolução das taxas de juro, decidiu-se manter inalterado o valor registado.

Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente, pela Direção Técnica Pessoais e pela área de Gestão de Riscos, de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, com um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos das Companhias.

As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora, pelo que existe uma monitorização mensal da evolução das despesas e do seu peso relativamente aos prémios brutos emitidos. Desta forma a VICTORIA possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no *pricing* e provisionamento dos produtos.

Risco catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade.

Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do Ramo Vida, a principal fonte de exposição a este risco advêm de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro, a VICTORIA-

Seguros de Vida, S.A. limita a sua exposição a este risco.
Em 2017, das análises de sensibilidade efetuadas (taxa de juro, despesas, mortalidade, longevidade e descontinuidade) à carteira em vigor, mantém-se como expetável, sendo o risco de taxa de juro como o mais sensível.

Nos Ramos Não Vida os sinistros catastróficos caracterizam-se pela sua baixa frequência e grande severidade.
Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A VICTORIA tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando-o através da transferência de parte do mesmo para resseguro.

Medidas para mitigação do Risco Especifico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos no Ramo Vida é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.
A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através realização, para todos os produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adqueacy Test* - LAT), com pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras (nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global. A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões nos Ramos Não Vida é efetuada através da aplicação de critérios de seleção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros. A VICTORIA-Seguros, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco.

4. Risco de Investimento

O Grupo VICTORIA em Portugal está completamente integrado no grupo SMA, sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA. Em 2017, a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também

definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

(Un: Euros)

2017	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO NÃO INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas do grupo					
Obrigações de empresas do grupo					
Outros títulos de empresas do grupo					
Partes de capital em empresas associadas	600.000		3.000.000	3.012.552	
Obrigações de empresas associadas					
Outros títulos de empresas associadas					
sub-total	**600.000**	**-**	**3.000.000**	**3.012.552**	**-**
Estrangeiras					
Partes de capital em empresas do grupo					
Obrigações de empresas do grupo					
Outros títulos de empresas do grupo					
Partes de capital em empresas associadas					
Obrigações de empresas associadas					
Outros títulos de empresas associadas					
sub-total					
total	**600.000**	**-**	**3.000.000**	**3.012.552**	**-**
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		14.968.701	14.869.999	15.561.066	162.062
De outros emissores		1.001.222	1.000.490	1.089.140	39.356
sub-total		**15.969.923**	**15.870.489**	**16.650.206**	**201.418**
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.485.953	2.582.439	-
Outros					
sub-total	**683.800**		**2.485.953**	**2.582.439**	**-**

2017	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
total	**683.800**	**15.969.923**	**18.356.442**	**19.232.645**	**201.418**
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		41.520.000	42.752.209	46.209.188	844.882
De outros emissores públicos		44.510.000	44.886.748	46.075.087	168.660
De outros emissores		137.010.000	137.189.888	140.940.289	862.265
sub-total		**223.040.000**	**224.828.845**	**233.224.564**	**1.875.807**
Títulos de rendimento variável					
Ações	408		46.765	45.620	
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	37.884		32.662.758	32.747.755	
Outros					
sub-total	**38.292**	**-**	**32.709.523**	**32.793.375**	**-**
total	**38.292**	**223.040.000**	**257.538.368**	**266.017.939**	**1.875.807**
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				324.016	-
Depósitos a Prazo				282.574	-
Contas a Receber				181.903	-
total				**788.493**	**-**
3 - TOTAL GERAL	**1.322.092**	**239.009.923**	**278.894.810**	**289.051.629**	**2.077.225**

(Un: Euros)

2016	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO NÃO INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas do grupo					
Obrigações de empresas do grupo					
Outros títulos de empresas do grupo					
Partes de capital em empresas associadas	600.000		3.000.000	3.131.093	
Obrigações de empresas associadas					
Outros títulos de empresas associadas					
Subtotal	**600.000**	**-**	**3.000.000**	**3.131.093**	**-**
Estrangeiras					
Partes de capital em empresas do grupo					
Obrigações de empresas do grupo					

2016	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
Outros títulos de empresas do grupo					
Partes de capital em empresas associadas					
Obrigações de empresas associadas					
Outros títulos de empresas associadas					
Subtotal					
Total	**600.000**	**-**	**3.000.000**	**3.131.093**	**-**
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		13.275.701	12.979.526	12.851.144	144.455
De outros emissores		1.001.222	1.000.731	1.121.170	39.365
Subtotal		**14.276.923**	**13.980.257**	**13.972.314**	**183.820**
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.485.953	2.583.602	-
Outros					
Subtotal	**683.800**		**2.485.953**	**2.583.602**	**-**
Total	**683.800**	**14.276.923**	**16.466.210**	**16.555.916**	**183.820**
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		43.120.000	44.796.098	49.360.174	908.486
De outros emissores públicos		45.310.000	45.812.202	47.196.280	170.447
De outros emissores		125.870.000	126.199.628	129.484.180	843.794
Subtotal		**214.300.000**	**216.807.928**	**226.040.634**	**1.922.727**
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	52.394		41.480.769	41.645.198	
Outros					
Subtotal	**52.394**	**-**	**41.480.769**	**41.645.198**	**-**
Total	**52.394**	**214.300.000**	**258.288.697**	**267.685.832**	**1.922.727**
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				511.949	-
Depósitos a Prazo				282.574	-
Total				**794.523**	**-**
TOTAL GERAL	**1.336.194**	**228.576.923**	**277.754.907**	**288.167.364**	**2.106.547**

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por

variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de *mismatching* assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos à representação das responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

(Un.: milhares Euros)

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
Produtos Vida	204.358	175.388	116,5%
Uls	27.376	27.376	100,1%
Livres	1.819	n.a	
TOTAL	**233.553**	**202.764**	**115,1%**

Em dezembro de 2017, a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 115,1% (2016: 113,4%).

Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de curto e médio prazo, o risco de *mismatching* assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA procura uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor. Em dezembro de 2017 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 127,0% (2016: 128,0%).

Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

(Un: Euros)

Rating Médio	2017	%	2016	%
AAA	30 143 804	10,4%	40 569 210	14,0%
AA	69 859 313	24,0%	64 282 999	22,1%
A	76 150 668	26,2%	77 437 219	26,7%
BBB	42 996 802	14,8%	31 777 578	10,9%
BB	18 676 951	6,4%	15 560 701	5,4%
B	2 873	0,0%	1 443	0,0%
CC	0	0,0%	0	0,0%
NR	32.393.236	11,1%	37 375 049	12,9%
Instrumentos Representativos de Capital	20.905.207	7,2%	23 269 712	8,0%
Total	**291 128 854**	**100%**	**290 273 911**	**100%**

Durante o corrente ano a evolução positiva da economia europeia levou à quebra do ciclo de descida nos yields de Dívida Soberana. Apesar das taxas em termos históricos estarem em níveis muito baixos, é expectável a médio prazo a recuperação dos yields médio no mercado de obrigações. No segmento de obrigações de empresas, a boa situação económica permitiu que a compressão dos prémios de risco contrabalançasse a subida nas taxas de juro subjacentes fossem gerados retornos positivos. Assim e de forma global o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador, traduzindo se numa elevada qualidade de crédito: No final do exercício 60,6% da carteira possui notação de crédito igual ou superior a A (2016: 62,8%). A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 26,4 milhões de euros (2016: 20,9) o que corresponde a 8,8% da carteira de investimentos, com a seguinte distribuição geográfica: Itália: 2,5%; Espanha: 1,0% e Portugal: 5,2%.

Para apuramento do justo valor dos ativos mobiliários, adotaram-se os seguintes critérios:

- Os ativos cotados, são valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte:

i) Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações, sendo o critério adotado o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no

momento da valorização;

ii) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de ativos não cotados, os mesmos são valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra (*bid offer*) difundidos através do sistema de informação Bloomberg.

- Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os ativos são valorizados pelo valor atualizado dos *cash flows* futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflita uma maturidade aproximada à do ativo a valorizar e o risco do emitente (justo valor);
- As Unidades de Participação em Fundos de Investimento são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização;
- Os depósitos e instrumentos representativos de divida de curto prazo são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;

Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado mensalmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2017, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes. No ano de 2017, em linha com o que já se tinha registado nos anos anteriores, manteve-se a tendência de decréscimo do número de mediadores com poderes de cobrança.

Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 90% do valor planos em incumprimento, mas que ainda não estão numa via litigiosa;
- 45% dos planos de pagamento em vigor e que estão a ser cumpridos
- 30% para o montante dos restantes saldos em dívida;

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

Tomadores de Seguro

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores

de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente.

Risco de *spread* e Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

(Un: Euros)

Maturidades	2017	%	2016	%
< 1 ano	52 783 534	18,1%	13 878 417	4,8%
1 a 2 anos	52 734 383	18,1%	54 347 833	18,7%
3 a 5 anos	84 532 163	29,0%	106 915 342	36,8%
6 a 10 anos	63 370 167	21,8%	68 091 591	23,5%
> 10 anos	10 226 483	3,5%	11 820 145	4,1%
Instrumentos Representativos de Capital	27 482 124	9,4%	35 220 583	12,1%
Total Geral	**291 128 854**	**100%**	**290 273 911**	**100%**

Para a carteira de Vida, a gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (*Asset Liability Management*) e definição da política de investimentos. De acordo com os *cash-flows* operacionais estimados para 2018, a companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 25 milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2017, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa superior a 32 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 7,2 milhões de euros.

Análise ALM para Cash-Flows em 2018	
Cash-flows do Ativo	**32.713.257**
Amortizações	29.600.000
Juros	3.113.257
Cash-flows do Passivo	**(25.447.382)**
Prémios (negócio existente)	17.126.357
Reembolsos	(36.581.766)
Outros CF negativos	(5.991.973)
Mismatch Cash-flow Ativo/Passivo	**7.265.875**

Em 2017 e tal como no ano transato, a gestão de tesouraria foi efetuada com a preocupação de minimizar os saldos em instituições bancárias sem afetar o bom funcionamento das atividades operacionais. Desta forma o montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo subiu de 1,6 para 3,2 milhões de euros (cerca de 1,1% do total dos ativos). O mercado de dívida pública registou em 2017 uma tendência de subida das taxas de juro de longo prazo no denominado segmento de ativos sem risco (i.e. dívida soberana de países de muito baixo risco de incumprimento), ainda assim o peso desta classe de ativos manteve-se estável dado o seu valor intrínseco com ativo de elevada liquidez: a exposição em valor de mercado subiu para 62,8 milhões de euros (2016: 52,4), representado 20,8% do total dos investimentos (2016: 17,3%). Destaca-se ainda que cerca de 56% destes títulos correspondem a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia e França). Refira-se adicionalmente e como instrumento privilegiado de gestão de liquidez, a VICTORIA detém aplicações em fundos de investimento no montante de 35,3 milhões de euros (11,7% da carteira), sendo que aproximadamente 50% são fundos de mercado monetário. Simultaneamente e atendendo a que a entidade gestora assume como filosofia de investimento, uma estratégia ALM não dinâmica, e que se consubstancia como referido anteriormente na seleção de ativos individuais numa lógica de agregação de valor, é fundamental a análise do desvio tático entre ativos e responsabilidades assumido. Relativamente às carteiras de contratos de Seguro, concluiu-se que as responsabilidades se encontram cobertas num horizonte temporal de 10 anos.

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhias.
Estão implementados os seguintes indicadores:

- *Net loss limit*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.
- *Risk-based capital*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

Margem de Solvência

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I (requisitos quantitativos)

O regime de Solvência II definiu critérios para a avaliação económica do ativo e do passivo da empresa de seguros, para assim determinar os fundos próprios elegíveis para efeitos de requisitos de capital.

O novo regime define agora dois níveis de solvência: o Requisito de Capital Mínimo (MCR) e o Requisito de Capital de Solvência (SCR). O MCR estabelece o primeiro nível de alerta, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora. O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta, designadamente os riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta.

Nos termos do previsto no RJASR, caso a empresa de seguros verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporariamente, informa de imediato a ASF. No caso de incumprimento do SCR, deve submeter a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomar as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do seu perfil de risco. No caso de incumprimento do MCR ou da verificação do risco de incumprimentos, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou com vista à redução do seu perfil de risco.

Pilar II (requisitos qualitativos e supervisão)

O regime de Solvência II definiu requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção sistemas de governação eficazes e de sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, incluindo sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem a empresa, a fiscalizam e são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e função atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, a empresa deve efetuar uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os seus objetivos de negócio tendo em conta o seu perfil de risco, bem como sobre a adequação do capital regulatório e efetuar a análise de solvência perante

cenários de stresse. No âmbito do regime de solvência II é elaborado e remetido um relatório do ORSA para o Supervisor, pelo menos, anualmente.

Pilar III (reporte prudencial e divulgações públicas)

O pilar III estabelece os novos requisitos de divulgação de informação pública e de envio ao supervisor. Assim, a empresa de seguros reportou à ASF de forma extraordinária a informação de abertura de Solvência II (1/1/2016) e, subsequentemente efetuou e passou a realizar reportes trimestrais e um especifico anual durante o exercício. Neste âmbito, no segundo trimestre de 2018, irá ser publicado o "Relatório sobre a solvência e a situação financeira" da empresa de seguros, o qual será certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável da empresa de seguros.

Durante o atual contexto regulamentar, com o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no "Relatório sobre a solvência e situação financeira" (a reportar e certificar no 2º trimestre de 2018), importa referir que:

- para o negócio de Vida, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. evidencia o cumprimento do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo considerando os dados preliminares reportados à ASF relativos ao reporte específico anual de 2017, tendo em consideração a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas nos termos da aprovação concedida por aquela autoridade. Neste âmbito, e em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar os valores do último exercício certificado, sendo o mesmo referente a 31.12.2016:

	31-12-2016
SCR	18.755.981
Rácio de Cobertura SCR	**170,3%**
MCR	7.927.987
Rácio de Cobertura MCR	**402,8%**
Fundos Próprios	31.934.477

(Valores em euros)

- para o negócio de Não Vida, a VICTORIA – Seguros, S.A. evidencia o cumprimento do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo considerando os dados preliminares reportados à ASF relativos ao reporte específico anual de 2017, tendo em consideração a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas nos termos da aprovação

concedida por aquela autoridade.

Neste âmbito, e em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar os valores do último exercício certificado, sendo o mesmo referente a 31.12.2016:

	31-12-2016
SCR	15.530.738
Rácio de Cobertura SCR	**280,0%**
MCR	5.060.607
Rácio de Cobertura MCR	**858,6%**
Fundos Próprios Elegíveis SCR	43.490.625
Fundos Próprios Elegíveis MCR	43.449.667

(Valores em euros)

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2017 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na ferramenta *eFront*;
- Análise das anomalias reportadas relativas aos sistemas centrais;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias.

Risco de Conformidade

No âmbito da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada no Departamento de Gestão de Riscos e Planeamento – área Jurídico e Verificação do Cumprimento, visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em

2017 consubstanciaram-se nos seguintes procedimentos:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos departamentos de matérias legais diretamente às áreas ou através de "Comunicação VICTORIA";
- Análise do clausulado de novos produtos no âmbito da conformidade legal e regras da companhia;
- Controlo mensal das atividades da entidade de supervisão relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e qualquer ação implementada, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
-
- Controlo diário das respostas a reportes legalmente exigidos por entidades externas, com o objetivo de mitigar possíveis incumprimentos de prazos de resposta e respetivas consequências;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Elaboração do relatório anual das atividades desenvolvidas, bem como do plano do próximo ano.

5 – Notas ao Balanço

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

(Un: Euros)

	2017	2016
Caixa e equivalentes	12.102	35.415
Depósitos à ordem	3.291.831	7.113.613
Total	**3.303.933**	**7.149.028**

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de 324.853 Euros (2016: 636.630 Euros). A existência destes saldos deve-se ao facto do Grupo utilizar como meio de pagamento o cheque e à consequente existência de desfasamento do desconto.

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de amortização são

determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

(Un: Euros)

Edifício	Exercício da última avaliação	Valor aquisição	Valor de balanço	Variação do justo valor	Vida útil
De uso próprio					
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2017	269.410	215.000	(36.200)	81
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2017	288.999	360.000	76.814	71
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2017	389.122	296.000	10.313	81
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2017	331.976	336.630	42.644	81
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2017	362.297	327.000	(42.948)	91
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2017	357.333	271.150	(42.932)	76
Av. Bons Amigos,67 A – Cacém	2017	268.008	213.840	(23.512)	73
Av. Brasil 6 – Oeiras	2017	166.737	194.040	25.852	75
		2.433.882	**2.213.660**	**(68.065)**	
De rendimento					
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2017	25.769.867	26.456.900	2.454.518	98
R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2017	152.931	137.140	(80.723)	63
Rua Camilo Castelo Branco, 46 - Lisboa	2016	14.904.239	17.457.545	2.553.306	50
		40.827.037	**45.051.585**	**4.927.101**	
Total		**43.260.919**	**47.265.245**	**4.937.132**	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un: Euros)

Terrenos e edifícios	Saldo inicial		Aquisições transferências	Reavaliações	Alienações transferências	Depreciações	Saldo final
	Valor bruto	Depreciações acumuladas					(valor líquido)
Uso próprio							
Terrenos	630.562	-		17.282	-		**647.844**
Edifícios	1.524.338	-		60.812	-	19.334	**1.565.816**
subtotal	**2.154.900**	**-**	**-**	**78.094**	**-**	**19.334**	**2.213.660**
Rendimento							
Terrenos	11.561.742	-		3.119.553			**14.681.295**
Edifícios	32.211.743	-		(1.841.453)			**30.370.290**
subtotal	**43.773.485**			**1.278.100**			**45.051.585**
Total	**45.928.385**			**1.356.194**		**19.334**	**47.265.245**

VICTORIA Uma empresa do Grupo Segurador SMA

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram consideradas as avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito, com as seguintes ressalvas:

- Relativamente ao imóvel sito na Av. da Liberdade, as avaliações realizadas nos últimos dois anos têm registado sucessivas valorizações (Euros 30.000.000 em 2017; Euros 28.850.000 em 2016). Em 2017, entendemos que a valorização obtida através das referidas avaliações não traduz o justo valor do imóvel, tendo em conta os seguintes fatores:
  - a previsível inversão do ciclo de yields no mercado imobiliário nomeadamente em Portugal;
  - a redução no volume de rendas geradas pelo imóvel - 2017 relativamente a 2015;
  - o clima de incerteza refletida no comportamento volátil dos mercados;
  - o contexto atual de taxas muito reduzidas que faz com que a taxa de juro, como fator chave para a determinação do justo valor de um imóvel, não seja o melhor indicador para o efeito, devendo deste modo ser questionado o resultado a que conduz e a aderência dos modelos utilizados.
  - No entanto, perante a nova valorização atribuída ao imóvel em 2017, a companhia decidiu mantendo os pressupostos e convicções anteriormente apresentados, reconhecer uma parte desse valor ficando o mesmo registado por Euros 27.456.900.
- Situação idêntica para o imóvel sito na Rua Camilo Castelo Branco, 46 – Lisboa, em que a avaliação realizada em 2017 evidenciou um aumento de 27% face ao valor de aquisição em 12/2014 e 10% superior ao de 2016. Desta forma, foi decisão manter o valor da avaliação de 2016, como o justo valor do imóvel.

Anualmente são efetuados testes de imparidade.

NOTA 3 - Investimentos em filiais, associadas e empreendimento conjuntos

A 21 de dezembro de 2013 foi efetuada a compra de 40% do capital da empresa Future Healthcare International, SGPS, S.A., no montante de Euros 3.000.000.
A aquisição desta sociedade visa dotar a VICTORIA – Seguros, S.A. de melhores condições para a gestão da carteira de Saúde, permitindo atribuir aos segurados uma melhoria na qualidade dos serviços disponíveis através da rede médica e de cuidados de saúde própria.
Por aplicação do método de equivalência patrimonial, verifica-se uma desvalorização no montante de 118.541 Euros (2016: 148.494 Euros).

Do investimento realizado em subsidiárias, resulta o reconhecimento dos interesses minoritários refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, e podem ser analisados como segue:

	% Grupo		% Minoritário	
	2017	2016	2017	2016
SELICOMI PORTUGAL, Lda	82%	82%	18%	18%
Capital Próprio	2.471	2.308	539	503
Resultado Líquido	372	433	81	95

NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas, são analisados como se segue:

(Un.: Euros)

	2017			2016		
	Custo de aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo de aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	5.754.952	(31.666)	5.723.286	8.171.240	(113.980)	8.057.260
Títulos de Dívida	21.019.447	(487.632)	20.531.815	20.483.585	(88.357)	20.395.228
Dívida Pública	3.397.573	(361.483)	3.036.090	1.621.394	106.760	1.728.154
De Outros Emissores Públicos	4.521.614	8.798	4.530.412	5.564.672	(18.497)	5.546.175
De Outros Emissores	13.008.831	(134.947)	12.873.884	13.214.666	(176.620)	13.038.046
Juros a receber	91.429	-	91.429	82.853		82.853
Total	**26.774.399**	**(519.298)**	**26.255.101**	**28.654.825**	**(202.337)**	**28.452.488**

Em 31 de dezembro de 2017 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Setores	2017					2016				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	4,6	1.212.150	1.212.150			4,3%	1.213.514	1.213.514		
Bens Consumo, Não Cíclicas	7,6	2.008.498	2.008.498			8,1%	2.293.622	2.293.622		
Industrial e Matérias Primas	3,8	1.004.335	1.004.335			2,1%	601.006	601.006		
Comunicações e Tecnologia	4,7	1.242.059	1.242.059			3,8%	1.095.080	1.095.080		
Utilities	4,3	1.133.479	1.133.479			4,1%	1.160.389	1.160.389		
Energia	8,5	2.241.111	2.241.111			7,6%	2.165.129	2.165.129		
Serviços	0,4	107.035	107.035			0,4%	106.633	106.633		
Financeiro	17,3	4.541.597	4.541.597			15,7%	4.469.398	4.469.398		
Dívida Soberana	27,0	7.087.171	7.087.171			25,6%	7.290.458	7.290.458		

Setores	2017					2016				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Fundo Acções	2,2	589.349		589.349		2,2%	636.527		636.527	
Fundo Imobiliário	7,0	1.836.561		1.836.561		6,5%	1.837.387		1.837.387	
Fundo Commodities	0,5	133.783		133.783		0,1%	34.325		34.325	
Fundo Obrigações	11,9	3.117.973		3.117.973		19,5%	5.549.020		5.549.020	
Total Geral	**100**	**26.255.201**	**20.577.435**	**5.677.666**		**100%**	**28.452.488**	**20.395.229**	**8.057.259**	**-**

NOTA 5 – Ativos disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(Un: Euros)

	2017				2016			
	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de Balanço	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de Balanço
Instrumentos de capital e Unid Participação	29.723.716	(147.470)	76.283	29.652.528	36.351.611	(313.563)	133.492	36.171.540
Títulos de Dívida	214.046.445	-	8.396.702	222.443.147	203.841.211	-	8.924.495	212.765.706
Dívida Pública	46.019.208		3.832.907	49.852.115	47.137.095		4.481.996	51.619.091
De Outros Emissores Públicos	40.395.078		1.149.597	41.544.675	40.323.969		1.326.136	41.650.105
De Outros Emissores	125.741.347		3.414.198	129.155.545	114.450.941		3.116.363	117.567.304
Juros a receber	1.890.812		-	1.890.812	1.929.206		-	1.929.206
Total	**243.770.161**	**(147.470)**	**8.472.985**	**252.095.675**	**240.192.822**	**(313.563)**	**9.057.987**	**248.937.246**

Dos quais:

Setores	2017					2016				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	**6,1%**	**15 438 211**	15 438 211	-	-	**4,8%**	**11 944 176**	11 944 176	-	-
Bens Consumo, Não Cíclicas	**10,3%**	**26 075 684**	26 075 684	-	-	**5,6%**	**13 944 019**	13 944 019	-	-
Industrial e Matérias Primas	**4,1%**	**10 327 759**	10 327 759	-	-	**4,9%**	**12 137 718**	12 137 718	-	-
Comunicações e Tecnologia	**3,1%**	**7 801 995**	7 801 995	-	-	**3,7%**	**9 199 720**	9 199 720	-	-
Utilities	**2,4%**	**6 044 676**	6 044 676	-	-	**1,9%**	**4 676 678**	4 676 678	-	-
Energia	**3,8%**	**9 678 461**	9 678 461	-	-	**3,2%**	**7 973 981**	7 973 981	-	-
Financeiro	**23,0%**	**58 102 213**	58 102 213	-	-	**22,4%**	**55 768 432**	55 768 432	-	-
Serviços	**0,5%**	**1 177 383**	1 177 383	-	-	**0,5%**	**1 172 961**	1 172 961	-	-
Dívida Soberana	**34,8%**	**87 796 765**	87 796 765	-	-	**38,5%**	**95 948 021**	95 948 021	-	-
Fundo Imobiliário	**0,3%**	**860 841**	-	860 841	-	**0,5%**	**1 263 456**	-	1 263 456	-
Fundo Obrigações	**11,4%**	**28 791 688**	-	28 791 688	-	**14,0%**	**34 908 084**	-	34 908 084	-
Total Geral	**100%**	**252 095 675**	**222 443 147**	**29 652 528**		**100%**	**248 937 246**	**212 765 706**	**36 171 540**	

VICTORIA Uma empresa do Grupo Segurador SMA

NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber

O saldo desta conta é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2017	2016
Outros Depósitos – Depósitos a Prazo	282.574	282.574
Juros a receber	-	-
Empréstimos concedidos	324.016	511.949
Empréstimos sobre apólices	311.542	497.138
Outros empréstimos	12.474	14.811
Juros a receber	-	-
Contas a receber	181.903	-
Total	**788.493**	**794.523**

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

	2017		2016	
	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	9.992.701	8.977.033	8.577.125	8.958.561
Dívida Pública	9.897.717	8.882.049	8.482.637	8.864.073
De Outros Emissores **Públicos**	-	-	-	-
De Outros Emissores	-	-	-	-
Acréscimos de Juros	94.984	94.984	94.488	94.488
Total	**9.992.701**	**8.977.033**	**8.577.125**	**8.958.561**

No decurso de 2017 não houve alterações nos ativos classificados nesta categoria. A variação positiva no justo valor deveu-se à evolução positiva registada pelas obrigações de Dívida Pública Nacionais que representam a totalidade deste investimento. Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta categoria de investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao

final de 2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

NOTA 8 – Afetação dos Investimentos

A 31 de dezembro de 2017 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(Un: Euros)

2017	Seguros Acidentes Trabalho	Outros Seguros	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	3.103	1.367.865	170.247	300.209	924.154	538.355	3.303.933
Terrenos e Edifícios		679.030	15.133.436	12.660.094		18.792.685	47.265.245
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos						3.012.552	3.012.552
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados					26.255.101	-	26.255.101
Instrumentos de Capital e Unid Participação					5.723.286	-	5.723.286

2017	Seguros Acidentes Trabalho	Outros Seguros	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afetos	Total
Títulos de Dívida					20.531.815	-	20.531.815
Ativos disponíveis para venda	40.067.787	51.841.758	117.083.738	42.902.080	-	200.312	252.095.675
Instrumentos de Capital e Unid Participação	5.423.297	1.153.390	19.648.267	3.427.574	-	-	29.652.528
Títulos de Dívida	34.644.490	50.688.368	97.435.471	39.474.506		200.312	222.443.147
Investimentos a deter até à maturidade	3.316.452		3.723.371	1.937.210	-	-	8.977.033
Títulos de Dívida	3.316.452		3.723.371	1.937.210	-	-	8.977.033
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	309.055	-	196.864	282.574	788.493
Depósitos a Prazo				-		282.574	282.574
Empréstimos concedidos			309.055		14.961		324.016
Contas a receber					181.903		181.903
TOTAL	**43.387.342**	**53.888.653**	**136.419.847**	**57.799.593**	**27.376.119**	**22.826.478**	**341.698.032**

Para o ano transato, a afetação dos investimentos é a seguinte

(Un: Euros)

2016	Seguros Acidentes Trabalho	Outros Seguros	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	10.128	2.497.398	194.775	1.995.884	969.272	1.481.571	7.149.028
Terrenos e Edificios		644.660	26.497.590			18.786.135	45.928.385
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos						3.131.093	3.131.093
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados			-	-	28.452.488	-	28.452.488
Instrumentos de Capital e Unid Participação					8.057.260	-	8.057.260
Títulos de Dívida					20.395.228	-	20.395.228
Activos disponiveis para venda	34.899.289	49.770.223	109.576.156	54.490.570	-	201.008	248.937.246
Instrumentos de Capital e Unid Participação	5.829.837	6.120.804	8.447.761	15.773.138		-	36.171.540
Títulos de Dívida	29.069.452	43.649.419	101.128.395	38.717.432		201.008	212.765.706
Investimentos a deter até à maturidade	3.308.075		3.716.624	1.933.862			8.958.561
Títulos de Dívida	3.308.075		3.716.624	1.933.862			8.958.561
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	451.677	-	45.461	297.385	794.523
Depósitos a Prazo						282.574	282.574
Empréstimos concedidos	-		451.677		45.461	14.811	511.949
TOTAL	**38.217.492**	**52.912.281**	**140.436.822**	**58.420.316**	**29.467.221**	**23.897.192**	**343.351.324**

NOTA 9 – Outros ativos tangíveis e inventários

Os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

(Un: Euros)

	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações	e abates		Reforço	Regularizações	(valor líquido)
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	2 657 532	(2 643 408)	7 270	-	-	(16 884)	(10 775)	16 884	10 619

VICTORIA Uma empresa do Grupo Segurador SMA

	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
Máquinas e ferramentas	339 852	(338 191)	762	-	-	(950)	(1 711)	950	712
Equipamento informático	2 738 375	(2 603 557)	42 557	-	-	(31 245)	(79 428)	31 245	97 947
Instalações interiores	812 038	(706 551)	-	-	-	(2 574)	(36 616)	2 574	68 871
Outro Equipamento	2 185 764	(2 185 764)	-	-	-	-	-	-	-
Sub-Total	8 733 561	(8 477 471)	50 589	-	-	(51 653)	(128 530)	51 653	178 149
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	54 853	-	-	-	-	-	-	-	54 853
TOTAL	**8 788 414**	**(8 477 471)**	**50 589**	**-**	**-**	**(51 653)**	**(128 530)**	**51 653**	**233 002**

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.
.

NOTA 10 – Outros ativos intangíveis

As variações ocorridas nos outros ativos intangíveis é analisada como segue:

(Un: Euros)

	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações	e abates		Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Despesas de Desenvolvimento	169 388	(169 388)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Aplicações Informáticas	24 319 489	(19 499 387)	1 000 939	-	1 350 718	-	(1 220 915)	-	5 950 844
Ativos intangíveis em curso	1 817 445	-	2 131 156	-	(1 350 718)	-	-	-	2 597 883
Outros	1 068 396	(1 068 396)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**27 374 718**	**(20 737 171)**	**3 132 095**	**-**	**-**	**-**	**(1 220 915)**	**-**	**8 548 727**

NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

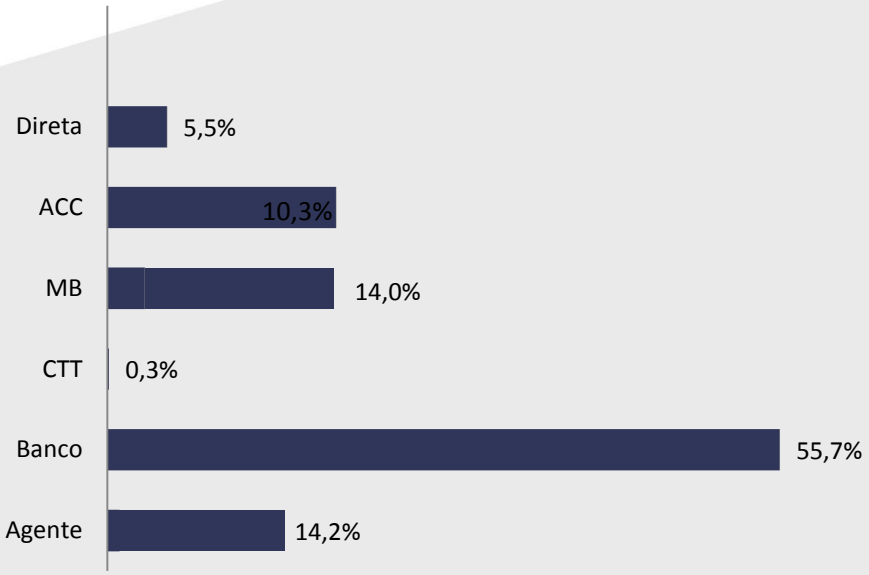
O saldo desta conta é analisado como se segue:

(Un: Euros)

	2017	2016
Operações de seguro direto	7.315.687	9.649.480
Tomadores de Seguros	4.662.057	7.230.395
Mediadores de Seguros	4.255.608	3.919.371
Co-Seguradores	95.660	30.739
Outros Devedores	2.908.626	3.037.823
Imparidade	(4.606.264)	(4.568.848)
Operações de resseguro	999.429	571.152
Resseguradores e Ressegurados	1.019.394	580.251
Imparidade	(19.965)	(9.099)
Outras operações	1.775.284	1.474.126
Outros Devedores	1.929.537	1.628.379
Imparidade	(154.253)	(154.253)
TOTAL	**10.090.400**	**11.694.758**

A Companhia tem vindo a efetuar um esforço no desenvolvimento ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e o mediador, bem como ao nível dos processos por forma a alcançar uma maior eficácia na cobrança de prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de DD e SEPA.

A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:



Na rubrica Tomadores de Seguros o risco de não cobrança está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de Euros 1.361.701 (2016: Euros 1.395.168). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2017, uma vez que não se verificou nos testes efetuados, diferenças significativas em relação aos anos anteriores. Relativamente à rubrica de Mediadores, para além dos saldos de conta corrente, encontram-se também reconhecidos os montantes relativos a acordos de pagamento, anteriormente reconhecido em Outras Operações, sobre os quais foi registado um ajustamento no montante de 2.953.769 Euros (2016: 2.858.704).
Os montantes de Outros Devedores respeita a processos de sinistros de concomitantes no montante de Euros 2.908.626 (2016: Euros 3.037.823) que ainda se encontram pendentes de regularização

NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades do Grupo em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.
A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2017 e 2016 são como segue:

(Un: Euros)

	2017	2016
Benefícios de pós emprego	1.869.718	1.852.985
Outros benefícios de longo prazo	(423 498)	(438.224)
	1 446 220	1.414.761

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 32.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.
Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:
- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.
O plano de contribuição definida abrange 332, entre participantes e ex-participantes.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2017 e 2016, são como segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016
Responsabilidade por benefícios	1.190.702	1.101.726
Justo valor dos ativos do fundo	1.190.702	1.096.260
Ativos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	-	5.466

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafectação.
A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de € 147.881.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- Pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- Atualização de pensões atribuídas a colaboradores

que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

	Número	Pensão Anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	10	11.668€	1.092€	72

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2017 e 2016, são como segue:

Un.: Euros

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	239 271	1 485 255	1 724 526	256.061	1.528.593	1.784.684
Justo valor dos ativos do fundo	2 155 774	1 014 972	3 170 746	2.128.707	1.006.726	3.135.433
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	**1 916 503**	**(470 283)**	**1 446 220**	**1.872.616**	**(521.867)**	**1.350.749**

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

Un.: Euros

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor atual da responsabilidade em 01 de janeiro	256 091	1 528 593	1 784 684	259.061	1.503.266	1.762.327
Custo do serviço corrente	-	13 855	13 855	-	13.197	13.197
Custo de juros	4 056	25 936	29 992	5.785	33.568	39.353
(Ganhos) e perdas atuariais	(9 208)	(15 499)	(24 707)	2.913	32.980	35.893
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(11 668)	(67 630)	(79 298)	(11.668)	(54.418)	(66.086)
Redução por alteração CCT				-	-	-
Valor atual da responsabilidade em 31 de dezembro	**239 271**	**1 485 255**	**1 724 526**	**256.091**	**1.528.593**	**1.784.684**

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da

aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, MetLife (anteriormente ALICO) e GNB Seguros de Vida (anteriormente BES-Vida).

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisada como se segue:

(Un.: Euros)

	2017			2016		
	Fundo	Outros	Total	Fundo	Outros	Total
Ativos do plano em 01 de Janeiro	2 128 707	1 006 726	3 135 433	2 111 609	995 349	3 106 958
Retorno esperado dos Ativos	8 508	(6 040)	2 468	(9 291)	(11 426)	(20 717)
Ganhos e (perdas) atuariais	30 226	17 903	48 129	38 057	19 988	58 045
Contribuições do empregador	-	64 013	64 013	-	57 233	57 233
Benefícios pagos	(11 667)	(67 630)	(79 297)	(11 668)	(54 418)	(66 086)
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Ativos do plano em 31 de Dezembro	**2 155 774**	**1 014 972**	**3 170 746**	**2 128 707**	**1 006 726**	**3 135 433**

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

(Un: Euros)

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente	-	13.855.	13.855	-	13.196	13.196
Custo de juros	4.056	25.936	29.992	5.785	33.568	39.353
Retorno esperado dos ativos	(8.508)	6.040	(2.468)	9.291	11.427	20.718
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	(33.427)	(33.427)	-	(1.921)	(1.921)
Total do custo do ano	**(4.452)**	**12.404**	**7.952**	**15.076**	**56.270**	**71.346**

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

(Un: Euros)

	2017		2016	
Fundos de Investimento Imobiliários	1,36%	45.319	1,41%	45.340
Fundos de Investimento em Ações	11,14%	372.462	10,37%	334.208
Fundos de Investimento em Obrigações	52,21%	1.745.307	36,36%	1.171.986
Obrigações de Taxa Variável	9,74%	325.714	18,59%	599.305
Obrigações de Taxa Fixa	23,93%	800.022	31,71%	1.022.147
Mercado Monetário	1,62%	54.246	1,56%	50.382
TOTAL	**100,00%**	**3.343.071**	**100,00%**	**3.223.368**

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da Victoria foi de Euros 38.735.

Os ganhos e perdas atuariais em 2017 e 2016 reconhecidos em reservas, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 1 de janeiro	31.555	(223.416)	(191.861)	(3.589)	(208.504)	(212.093)
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	9.208	(17.926)	(8.718)	(2.913)	(34.900)	(37.813)
Ganhos e (perdas) atuariais do fundo	30.226	17.903	48.129	38.057	19.988	58.045
Redução por Alteração Plano - CCT	-	-	-	-	-	-
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	**70.989**	**(223.439)**	**(152.450)**	**31.555**	**(223.416)**	**(191.861)**

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2017	2016
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	1,62%	1,58%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2017	2016	2015	2014	2013
Responsabilidades por benefícios	1.724.526	1.784.684	1.762.327	1.809.702	1.612.785
Justo valor dos ativos do fundo	3.170.746	3.135.433	3.106.958	2.988.323	2.964.600
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	**1.446.220**	**1.350.749**	**1.344.631**	**1.178.621**	**1.351.815**

NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Investimentos Financeiros	238	238	(653.405)	(378.221)	(653.167)	(377.983)
Benefícios a empregados	95.287	98.600		-	95.287	98.600
Provisões	837.853	813.890		-	837.853	813.890
Imóveis	159.924	48.799	(720.845)	(494.475)	(560.921)	(445.676)
Outros Passivos	127.615	163.054		-	127.615	163.054
Prejuízos Fiscais	670.062	365.343		-	670.062	365.343
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	**1.890.979**	**1.489.926**	**(1.374.250)**	**(872.696)**	**516.729**	**617.229**

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(Un: Euros)

	2017			2016		
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	-	(275.184)	(275.184)	-	(207.283)	(207.283)
Benefícios a empregados	(3.313)	-	(3.313)	4.635	-	4.635
Provisões	23.963	-	23.963	(89.031)	-	(89.031)

	2017			2016		
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Imóveis	(110.410)	(4.835)	(64.944)	27.249	(7.385)	19.864
Outros Passivos	(35.439)	-	(35.439)	(17.575)	-	(17.575)
Prejuízos Fiscais	304.719	-	304.719	88.794	-	88.794
Impostos Diferidos Ativos / (passivos)	**179.520**	**(280.019)**	**(50.198)**	**14.072**	**(214.667)**	**(200.596)**

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMABTP, foi apresentado em 2011 um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento, razão pela qual se entendeu, por prudência, proceder à anulação do IDA da VICTORIA – Seguros, S.A.

O montante dos prejuízos fiscais existentes e suscetíveis de dedução é de 7.581.089 Euros (em 2015: 18.443.363 Euros), e tem a seguinte validade:

(Un: Euros)

Exercício	Data limite	Resultado Fiscal
2013	2018	(4.389.946)
2015	2027	(1.263.092)
Total		(5.653.038)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2017 e 2016 é analisado como segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016
Imposto corrente	(216.310)	(494.031)
Imposto diferido	(136.250)	72.113
Total do imposto reconhecido em reservas	**(352.560)**	**(421.918)**

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016	Variação
Imposto Corrente	**(1.550.039)**	**(1.923.710)**	**373.671**
Investimentos Financeiro	(1.477.406)	(1.865.338)	387.933
Imóveis	(72.633)	(58.372)	(14.261)

	2017	2016	Variação
Imposto Diferido	**(678.825)**	**(398.806)**	**(280.019)**
Investimentos Financeiro	(653.404)	(378.221)	(275.183)
Terrenos e edifícios	(25.421)	(20.585)	(4.836)
Total imposto reconhecido reservas	**(2.228.864)**	**(2.322.517)**	**93.653**

A reconciliação da taxa efetiva de impostos é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2017	2016
RESULTADO ANTES IMPOSTO	1.169.660	1.495.531
Taxa Imposto	22,50%	22,50%
Imposto Calculado com base taxa imp	**(263.174)**	**(336.494)**
Imposto Diferido Ativo - utilização/recuperação	(45.440)	-
Imposto Diferido não reconhecido anteriormente	55.492	58.041
Outros proveitos e custos excluídos tributação	25.004	2.720
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46		-
Imposto Autonomo (Trib. Autonoma+Derrama)	**(124.443)**	**(146.184)**
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	**(352.560)**	**(421.918)**

NOTA 14 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor do balanço 2017	Valor do balanço 2016
Provisões técnicas de seguro direto	**255.230.293**	**3.598.461**	**251.631.832**	**255.354.189**
Provisão matemática	159.436.315	1.320.618	158.115.697	163.027.317
Provisão para prémios não adquiridos	19.976.866	2.277.843	17.699.023	17.742.282
Provisão para sinistros	60.451.843	-	60.451.843	58.536.345
Provisão participação resultados	3.590.259	-	3.590.259	4.427.351
Provisão para compromissos taxa	5.175.848	-	5.175.848	5.175.848
Provisão para desvios de sinistralidade	5.263.011	-	5.263.011	5.093.173
Outras provisões técnicas	1.336.151	-	1.336.151	1.351.873
Provisões técnicas de resseguro cedido	**15.565.342**	**-**	**15.565.342**	**14.841.542**
Provisão para prémios não adquiridos	5.822.583		5.822.583	5.789.058
Provisão matemática	-		-	-
Provisão para sinistros	9.742.759	-	9742.759	9.052.484
Provisão participação resultados	-	-	-	-

VICTORIA Uma empresa do Grupo Segurador SMA

O montante de custos de aquisição diferidos respeita a comissões de mediação.

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

(Un.: Euros)

Provisão Matemática	2017	2016
Seguros de Vida		
Contratos c/ Part Resultados		
Carteira Antiga	7.621	8.535
Carteira Nova		
Individual	67.944.116	75.573.165
Produtos financeiros Individuais	15.573.755	15.938.539
Rendas Individual	251.123	255.053
Rendas Grupo	4.760.456	5.043.969
Grupo Tradicionais	3.656.018	3.785.516
Produtos financeiros Grupo	42.068.648	38.002.121
Contratos s/ Part Resultados		
Carteira Antiga	105	146
Rendas Individual	2.548.096	2.379.653
Rendas Grupo	18.176.725	18.413.969
Risco		
Seguro ligados a Fundos de Investimento	3.327.034	3.626.651
TOTAL	**158.115.697**	**163.027.317**

De acordo com a política contabilística da Companhia, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 3.327.034 (2016: Euros 3.626.651) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

	2017	2016
Seguros de Vida	2.147.714	2.147.714
Seguro ligados a Fundos de Investimento	3.028.134	3.028.134
TOTAL	**5.175.848**	**5.175.484**

Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. Em resultado dos testes efetuados a 2017 e 2016, verificou-se que os níveis de provisionamento são superiores aos necessários, no entanto, e face à sensibilidade desta provisão à evolução das taxas de juro, prudentemente, optou-se pela manutenção dos valores anteriormente registados.

Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
Seguros de Renda			
Rendas Certas-Amortizações	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%	Provisão Matemática
	GRF 80	2,5%	Provisão Matemática
	DAV94 MR	2%	Provisão Matemática
		1%	Provisão Matemática
		0,25%	Provisão Matemática
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens)	2%	Provisão Matemática
	M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres)	2%	Provisão Matemática
	HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%	Provisão Matemática
Seguros de Capital			
Prazo Fixo	n.a.	4%	Provisão Matemática
Mistos	AF	3,5%	Provisão Matemática
	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
	GKM 80	2,75%	Provisão Matemática
	GKM 80	2%	Provisão Matemática

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
Temporários	PM 46/49	3,5%	Provisão Matemática
	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
Temporário Anual Renovável			Provisão para Prémios não adquiridos
Investimento Seguro		Min. 0%; Máx. 0,5%	Provisão Matemática
Investimento Programado		0,25%	Provisão Matemática
Confiança PPR		0,25%	Provisão Matemática
PPR Novo Valor		3,5%	Provisão Matemática
Valor Mais PPR		3,5%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
Garantia Valor PPR/E		0,00%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
Garantia Rendimento		0,00%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
Invest		4%	Passivo Financeiro
PPR Valorização		4%	Passivo Financeiro
PPR/E Ações Maximização	n.a.	n.a	Passivo Financeiro
BlueCrow Capital	n.a.	n.a	Passivo Financeiro

Seguro Grupo

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
Seguros de Renda			
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%	Provisão Matemática
	GRF 80	2,5%	Provisão Matemática
	DAV94 MR	2%	Provisão Matemática
		1%	Provisão Matemática
		0,25%	Provisão Matemática
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens)	2%	Provisão Matemática
	M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para	2%	Provisão Matemática

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
	Portugal 2010-2012 (Mulheres)		
	HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%	Provisão Matemática
Seguros de Capital			
Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%	Provisão Matemática
Misto	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
Temporário Anual Renovável			Provisão para Prémios não adquiridos
Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%	Passivo Financeiro
	GKF 80	Min. 0%; Máx. 2%	Provisão Matemática
Lifeplan Investment	n.a.	n.a	Passivo Financeiro

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 2.395.671 Euros (2016: 2.547.328 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR). Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de 1.144.195 Euros (2016: 1.654.890 Euros), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

(Un: Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31-12-2016 (1)	Custos com sinistros[1] Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros[1] em 31-12-2017 (3)	Reajustamentos a provisões de exercícios anteriores (3)+(2)-(1)
Vida	7.729.091	1.954.482	4.929.240	(845.369)
Acidentes e doença	30.822.631	6.432.692	24.187.480	(202.459)
Incêndio e outros danos	4.083.084	2.193.225	1.622.807	(267.052)
Automóvel	-	-	-	-

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31-12-2016 (1)	Custos com sinistros[1] Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros[1] em 31-12-2017 (3)	Reajustamentos a provisões de exercícios anteriores (3)+(2)-(1)
- Responsabilidade civil	9.932.819	3.448.531	6.519.343	35.055
- Outras coberturas	1.080.418	444.551	245.346	(390.521)
Marítimo, aéreo e transportes	3.242.323	1.397.359	1.174.640	(670.324)
Responsabilidade civil geral	1.422.759	172.487	1.112.878	(137.394)
Crédito e caução	223.220	39.172	167.446	(16.602)
Proteção jurídica				-
Assistência				-
Diversos	-	-	-	-
Total	**50.807.254**	**14.128.017**	**35.029.940**	**(1.649.297)**

(1) Sinistros ocorridos em 2015 e anos anteriores

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2017, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 19.011.917 (Euros 2016: 18.873.404) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados, como segue:

Pensões remíveis:

- Tábua de mortalidade TD 88/90
- Taxa de desconto 5,25%
- Encargos de gestão -

Pensões em pagamento:

- Tábua de mortalidade TV 88/90
- Taxa de desconto 3%
- Encargos de gestão 2%

Provisão para Participação nos Resultados do Ramo Vida

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;
- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

O montante da Participação nos Resultados a Atribuir decorrente dos ajustamentos de justo valor dos

investimentos ascende a 390.957 Euros (2016: 431.182 Euros). A percentagem a atribuir por modalidade é determinada com base nos valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2015 a 2017).

Para o exercício de 2017, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

(Un.: Euros)

Participação nos Resultados a Atribuir	Alteração do Justo Valor por Reservas	Alteração do Justo Valor por Resultados	% a Atribuir	Saldo final
Carteira Antiga	344		0%	-
Carteira Nova				
Individual	3.891.340	428.772	9%	388.810
Rendas Individual	20.952		0%	
Rendas Individual (novas bases técnicas)	3.465		0%	
PPR Confiança	-		0%	
Rendas Grupo	225.750		0%	
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	222.665		0%	
Grupo Tradicionais	165.185		1%	2.147
VICTORIA Vantagem Investimento	1.288.226	117.774	0%	-
Total	**5.817.927**	**546.546**		**390.957**

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2017, é a seguinte:

(Un.: Euros)

Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída		Saldo final
			Pagamentos	Aumento Benefícios	
Carteira Antiga	41.593	88	409	-	41.272
Carteira Nova					
Individual	754.523	61.373	320.908	12.769	482.219
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	2.857.267	1.962.514	2.475.590	-	2.344.191
VICTORIA Vantagem Investimento	78.546	52.839	1.541	70.562	59.282
Total	**3.992.767**	**2.076.814**	**2.798.448**	**83.331**	**3.187.802**

Provisão para Participação nos Resultados do Ramo não Vida

O Grupo possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, preveem a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

Outras Provisões Técnicas

- Provisões para riscos em Curso

No apuramento dos prémios tipo 'II' não foram deduzidos os prémios que estatisticamente correspondem a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prémio.

NOTA 15 – Passivos Financeiros de Contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos contratuais existir uma taxa mínima garantida, assumem para as Companhias um risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

(Un.: Euros)

	Com risco investimento	Sem risco investimento	Total
Valor inicial	29.073.236	393.985	29.467.221
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	1.590.107	9.921	1.599.398
	Com risco investimento	**Sem risco investimento**	**Total**
Montantes pagos	4.861.487	29.691	4.891.178
Rendimento (gastos)	1.620.348	21.921	1.642.269
Encargos de Gestão	362.388	9.387	371.775
Passivos adquiridos (deduzidos) para outras empresas	(69.816)	-	(69.816)
Valor final	**29.990.000**	**386.119**	**27.376.119**

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos financeiros que os compõem, conforme Nota 13.

NOTA 16 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2017	2016
Operações de seguro direto	8.933.225	6.866.830
Tomadores de Seguros	7.122.535	5.407.928
Mediadores de Seguros	1.309.491	1.153.449
Co-Seguradores	501.199	305.453
Operações de resseguro		
Resseguradores	3.757.058	1.875.563
Outras Operações	2.850.485	2.193.220
TOTAL	**15.540.768**	**10.935.613**

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 3.494.006 (2016: Euros 3.121.928) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes. A rubrica de Outros Credores, engloba entre outros, os montantes de saldos credores das contas de Depósitos à Ordem, conforme mencionado na Nota 1.

NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

(Un: Euros)

	2017	2016
Rendas e Alugueres	79.077	78.235
Outros acréscimos e diferimentos	352.093	387.798
Total	**431.170**	**466.033**

Acréscimos e diferimentos no Passivo

(Un: Euros)

	2017	2016
Férias e subsídio de férias	1.320.646	1.263.783
Outros encargos com pessoal	186.728	182.736
Incentivos Comerciais	1.846.594	1.433.133
Rendas e alugueres	268.470	260.533
Outros acréscimos e diferimentos	2.527.385	2.291.972
Total	**6.149.823**	**5.432.157**

NOTA 18 – Capital Próprio

A VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 34.500.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

Este aumento de capital foi subscrito e realizado integralmente pelas Sociedades Société Mutuelle d'Assurance du Bâtiment et des Travaux Publics, e a Société Mutuelle d'Assurance sur la Vie du Bâtiment et des Travaux Publics, bem como pela Sociedade IMPERIO Assurances et Capitalisation, S.A..

Na sequência desta operação a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.. passou a ter um capital social de Euros 54.500.000, representado por 10.900.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do Capital social.

Reservas de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota III. A sua movimentação é analisada como segue:

(Un: Euros)

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Ativos Financeiros	9.057.987	(945.265)	360.263	8.472.985
Instrumentos de capital e Unid Participação	133.492	(91.934)	34.725	76.283
Títulos de Dívida	8.924.495	(853.331)	325.538	8.396.702
Dívida Pública	4.481.996	(662.214)	13.125	3.832.907
De Outros Emissores Públicos	1.326.136	(181.128)	4.589	1.149.597
De Outros Emissores	3.116.363	(9.989)	307.824	3.414.198
Terrenos e Edifícios	355.420	48.615	-	404.035
Total	9.413.407	(896.650)	360.263	8.877.020
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(431.182)	78.815	-	(352.368)
Total	**8.982.225**	**(817.835)**	**360.263**	**8.524.652**

NOTA 19 – Transações entre partes relacionadas

A VICTORIA tem como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMABTP entidade à qual pertence desde 29 de dezembro de 2011.

A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

(Un: Euros)

GANHOS E PERDAS	SMABTP	ASEFA	Imperio Assurances	SMA Vie	Investimo
Prémios Adquiridos de Seguro Direto		194.758			
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite					
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido	(28.404.756)	(28.730)	(14.170)		
Rendimentos Empréstimos Concedidos	-	-	-		
Total dos Proveitos	(28.404.756)	166.028	(14.170)	-	-
Custos e gastos de exploração - comissões Resseguro	(10.184.496)	(8.392)	(1.963)		
Custos com sinistros	(15.543.286)	116.983	(12.875)		
Outros Gastos Gerais e Administrativos		7.572		199.353	40.000
Total dos Custos	(25.727.782)	116.163	(14.838)	199.353	40.000
Líquido Proveitos/ (Custos) 2017	(2.676.974)	49.865	668	(199.353)	(40.000)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2016	1.098.631	(128.973)	4.386	(203.134)	-
BALANÇO	SMABTP	ASEFA	Imperio Assurances	SMA Vie	Investimo
Ativo					
Empréstimos e contas a receber			-	-	-
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		-	-	-	-
Outros Devedores por operações de seguro	-	-	-	-	-
Outros Devedores por outras operações	-	-	-	-	-
Total do Ativo	-	-	-	-	-
Passivo					
Depósitos recebidos de resseguradores	74.154	-	-	-	-
Outros Credores por operações de seguro	2.846.783	18.864	-	-	-
Outros Credores por outras operações	-	-	3.829	-	-
Total do Passivo	2.920.937	18.864	3.829	-	-
Liquido Ativo / (Passivo) 2017	(2.920.937)	(18.864)	(3.829)	-	-
Liquido Ativo / (Passivo) 2016	(620.549)	127.510	(4.498)	-	-

As transações efetuadas com a SMABTP, ASEFA e Imperio Assurance, respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere às entidades SMAVie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front office* da atividade de

investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 20 – Elementos extra patrimoniais

Compromissos com locação operacional

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo com contratos de manutenção e aluguer operacional, encontram-se refletidos do seguinte modo:

(Un: Euros)

Compromissos financeiros	Valor
2018	275.403
2019	183.404
2020	44.266
2021	1.906
Total	**504.979**

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Natureza da Garantia	2017	2016
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
Hospital S. José	1.903	1.903
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	18.820	14.245
Direção Geral Contribuições e Impostos	282.574	282.574
TOTAL	**303.297**	**298.722**

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela companhia era de Euros 31.654.153 (2016: Euros 29.740.814), dos quais Euros 2.164.394 (2016: Euros 2.108.853) têm taxa garantida.

6– Notas à Conta de Ganhos e Perdas

NOTA 21 – Prémios de Contratos de seguro

A VICTORIA, desde 2016, encontra-se a explorar em Espanha, em regime de livre prestação de serviços, todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência.

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Vida, os prémios brutos emitidos são como segue:

(Un.: Euros)

Prémios brutos emitidos de seguro direto	2017	2016
Relativos a contratos individuais	18.906.982	20.616.620
Relativos a contratos de grupo	14.086.559	13.463.208
Relativos a contratos de grupo - em LPS	268.893	633.283
	33.262.434	**34.713.111**
Periódicos	17.807.907	18.977.541
Periódicos - em LPS	268.893	633.283
Não Periódicos	15.185.634	15.102.287
	33.262.434	**34.713.111**
De contratos sem participação nos resultados	4.149.887	4.539.309
De contratos com participação nos resultados	28.843.654	29.540.519
De contratos com participação nos resultados - em LPS	268.893	633.283
	33.262.434	**34.713.111**
Saldo de resseguro	**(444.580)**	**(700.557)**

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2017 e 2016 pode ser analisada do seguinte modo:

(Un: Euros)

2017	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	42.404.636	42.747.330	27.767.571	11.434.076	(3.163.573)
Incêndio e outros danos	14.827.935	14.956.709	8.237.592	4.078.657	(2.530.355)
Automóvel	-	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	10.436.258	10.220.030	7.807.902	2.395.662	(1.599.808)

2017	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
- Outras coberturas	4.439.781	4.303.501	2.651.038	1.192.225	(98.853)
Marítimo, aéreo e transportes	5.955.946	5.975.996	2.865.412	2.083.547	(471.589)
Responsabilidade civil geral	2.348.610	2.411.139	559.061	959.340	(659.606)
Crédito e caução	74.165	82.500	(16.637)	20.331	(7.364)
Proteção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	12.719	12.768	-	3.664	(9.308)
Sub-total	80.500.050	80.709.973	49.871.939	22.167.503	(8.450.456)
Resseguro aceite	158.253	145.162	4.542	31.034	(97.801)
Total	**80.658.303**	**80.855.135**	**49.876.481**	**22.198.537**	**(8.548.257)**

(Un: Euros)

2016	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	40.846.889	40.498.939	28.416.980	10.965.374	(1.902.781)
Incêndio e outros danos	15.163.017	15.260.319	6.511.906	3.950.845	(4.066.224)
Automóvel	-	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	9.518.714	9.224.644	6.384.025	2.286.601	(780.924)
- Outras coberturas	4.004.041	3.889.464	2.609.939	1.112.214	(86.992)
Marítimo, aéreo e transportes	5.641.253	5.399.217	3.176.287	1.942.276	(133.352)
Responsabilidade civil geral	2.286.678	2.276.047	644.435	951.903	(417.855)
Crédito e caução	90.661	107.163	95.461	13.815	58.470
Proteção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	7.346	7.990	21.565	9.104	(504)
Sub-total	77.558.599	76.663.783	47.860.598	21.232.132	(7.330.162)
Resseguro aceite	18.143	48.631	(403)	18.273	(28.086)
Total	**77.576.742**	**76.712.414**	**47.860.195**	**21.250.405**	**(7.358.248)**

NOTA 22 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimentos e contratos de prestação de serviços

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

(Un.: Euros)

	2017	2016
Encargos de subscrição	10.158	11.305
Comissão de gestão	371.317	411.563
	381.475	**422.868**

Desde finais de 2011, não existem contratos que cumpram com a definição de contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços.

NOTA 23 – Custos com sinistros

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2017 e 2016 são analisados como segue:

(Un: Euros)

2017	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	Prestações	Custos gestão de sinistros imputados		
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Ramo Vida	31.487.223	1.080.508	(286.414)	32.281.317
Ramos Não Vida				
Acidentes e doença	26.366.231	522.159	879.181	27.767.571
Incêndio e outros danos	6.540.002	847.939	849.651	8.237.592
Automóvel				
- Responsabilidade civil	6.423.205	1.000.282	384.415	7.807.902
- Outras coberturas	2.343.043	192.566	115.429	2.651.038
Marítimo, aéreo e transportes	2.697.711	319.362	(151.661)	2.865.412
Responsabilidade civil geral	192.002	54.794	312.265	559.061
Crédito e caução	36.869	2.268	(55.774)	(16.637)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	44.599.063	2.393.370	2.333.506	49.871.939

2017	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	Prestações	Custos gestão de sinistros imputados		
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Resseguro aceite	955	5.983	(2.396)	4.542
Total geral	**76.087.241**	**4.025.861**	**2.044.696**	**82.157.798**

(Un: Euros)

2016	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	Prestações	Custos gestão de sinistros imputados		
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Ramo Vida	31.195.757	1.084.076	258.536	32.538.369
Ramos Não Vida				
Acidentes e doença	28.315.056	780.519	(678.595)	28.416.980
Incêndio e outros danos	6.064.710	851.460	(404.264)	6.511.906
Automóvel				
- Responsabilidade civil	5.918.200	902.442	(436.617)	6.384.025
- Outras coberturas	2.264.409	132.635	212.895	2.609.939
Marítimo, aéreo e transportes	3.580.456	362.278	(766.447)	3.176.287
Responsabilidade civil geral	209.463	50.650	384.321	644.434
Crédito e caução	401.636	1.883	(308.057)	95.462
Proteção jurídica	-	-	-	
Assistência	-	-	-	
Diversos	-	21.565	-	21.565
Total	46.753.930	3.103.432	(1.996.764)	47.860.598
Resseguro aceite	-	2.456	(2.859)	(403)
Total geral	**77.949.687**	**4.189.964**	**(1.741.087)**	**80.398.564**

NOTA 24 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2017	2016
Terrenos e edifícios	1.989.678	1.979.972
Ativos financeiros detidos para negociação		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	227.643	222.686
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	5.754	13.033
Títulos de Dívida	221.889	209.653
Ativos disponíveis para venda	3.441.448	3.565.637
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	18.576	18.406
Títulos de Dívida	3.422.872	3.547.231
Empréstimos concedidos e contas a receber	7.628	14.581
Depósitos	236	374
Empréstimos concedidos	7.392	14.207
Investimentos a deter até à maturidade	278.947	195.677
Títulos de Dívida	278.947	195.677
Total	**5.945.344**	**5.978.553**

Não existem rendimentos de investimentos, proveniente de dividendos.

NOTA 25 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 32.

NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2017	2016
Ativos disponíveis para venda	36.388	378.016
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	27.370	12.008
Títulos de Dívida	9.018	366.008
Sub-total	36.388	378.016
Terrenos e edifícios	1.307.579	(59.426)
Total	**1.343.967**	**318.590**

VICTORIA Uma empresa do Grupo Segurador SMA

NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas

O saldo registado nesta conta é como segue:

(Un.: Euros)

	2017		2016	
	Valias realizadas	Ajustamento justo valor	Valias realizadas	Ajustamento justo valor
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	25.875	519.298	(29.847)	202.337
Instrumentos de Capital e Unid Participação	28.743	31.666	(15.971)	113.980
Títulos de Dívida	(2.868)	487.632	(13.876)	88.357
TOTAL	**25.875**	**519.298**	**(29.847)**	**202.337**

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

(Un: Euros)

	2017	2016
Gastos em passivos	(1.761.484)	(2.812.782)
Ganhos em passivos	119.214	1.326.577
TOTAL Ganho / (Gasto)	**(1.642.270)**	**(1.486.205)**

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

A imparidade reconhecida respeita a ativos classificados como Instrumentos de capital e unidades de participação, maioritariamente em Fundos Imobiliários. O decréscimo verificado é resultado da venda dos referidos ativos.

NOTA 28 – Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 5.

NOTA 29 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2017	2016		2017	2016
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	247	-	Por gestão Co-Seguro	-	738
Por gestão Fundos de Pensões	58.251	153.269	Por gestão Fundos de Pensões	206.943	181.821
Por outros	-	19	Por outros	33.745	19.669
Sub-total	58.498	153.288	Sub-total	240.688	202.228
Total	**182.190**	**48.940**			

VICTORIA Uma empresa do Grupo Segurador SMA

NOTA 30 – Outras Provisões (variação)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para fazer face a responsabilidades assumidas enquanto entidade gestora de Fundos de Pensões.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

(Un: Euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo final
Outras Provisões	490.777	10.124	29.696	19.137	452.068

NOTA 31 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2017	2016		2017	2016
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	2.000	1.345	Restituição impostos	-	-
Multas e penalidades	1.918	3.996	Outros rendimentos e ganhos	112.383	147.897
Quotizações diversas	2.044	2.718		-	-
Outros gastos e perdas	78.681	62.164		-	-
Gastos e perdas financeiras	-	-	Rendimentos e ganhos financeiros	-	-
Juros suportados	1.269	136	Juros obtidos	20.2014	44.687
Outros gastos e perdas	44.049	43.049	Outros rendimentos e ganhos	59.065	99.480
Ajustamentos	-	-	Ajustamentos	-	-
De recibos por cobrar	117.877	208.237	De recibos por cobrar	151.344	-
De créditos de cobrança duvidosa	95.590	24.429	De créditos de cobrança duvidosa	19.026	37.959
Perdas em ativos tangíveis	-	-	Outros	682.364	682.856
Sub-total	343.428	346.074	**Sub-total**		1.012.879
TOTAL	**700.968**	**666.805**			

NOTA 32 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

(Un: Euros)

	2017	2016
Despesas com Pessoal	13.033.498	12.546.227
Fornecimento e Serviços Externos	7.572.223	7.847.817
Impostos e Taxas	435.887	661.528
Amortizações do Exercício	1.352.901	1.010.815
Juros Suportados	-	18
Comissões	303.017	306.441
Total	**22.697.526**	**22.372.846**

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários dos Revisores Oficiais de Contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 116.850 Euros

Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de solvência II, no montante de 68.880 Euros

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

(Un: Euros)

	2017			2016		
	Ramo Vida		Ramos Não Vida	Ramo Vida		Ramos Não Vida
	Contratos Seguro	Contratos Investimento	Contratos Seguro	Contratos Seguro	Contratos Investimento	Contratos Seguro
Custos com sinistros	1.080.508	-	2.945.353	1.070.589	-	3.105.887
Custos de exploração	6.488.154	165.647	10.581.412	6.220.244	158.466	10.142.005
Custos de aquisição	3.017.327	20.237	4.769.178	2.904.398	19.487	4.548.935
Custos administrativos	3.470.827	145.410	5.812.234	3.315.846	138.979	5.593.070
Custos com investimentos	744.609	171.561	239.860	697.053	160.689	212.650
Custos Gestão Fundos de Pensões	280.423	-	-	287.902	-	-
Sub-total	8.593.693	337.208	13.766.624	8.275.788	319.155	13.460.542
Total imputado			**22.697.526**			**22.055.485**

VICTORIA Uma empresa do Grupo Segurador SMA

NOTA 33 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício o Grupo teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 274 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

(Un: Euros)

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados 2017	Nº Médio de Empregados 2016
Quadros superiores	36	36
Quadros médios	23	25
Profissionais altamente qualificados	70	70
Profissionais qualificados	144	144
Profissionais semi – qualificados	1	1
Estagiários e aprendizes	-	-
Total	**274**	**276**

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são analisados como segue:

(Un: Euros)

Rubricas	2017	2016
Remunerações		
dos órgãos sociais	132.238	130.249
do pessoal	9.883.663	9.633.115
Encargos sobre remunerações	2.353.922	2.130.467
Benefícios pós-emprego		-
Planos de contribuição definida	139.124	123.719
Planos de benefício definido	22.249	15.076
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	2.819	56.270
Benefícios de cessação de emprego	-	26.247
Seguros obrigatórios	218.728	205.527
Gastos de ação social	77.940	79.440
Outros gastos com pessoal	202.815	146.117
Total de custos com pessoal	**13.033.498**	**12.546.227**

Os órgãos das Companhias responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

e sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VICTORIA Vida	VICTORIA Seguros
Conselho Executivo	3	236.403	277.039
Diretores	9	502.035	418.995
Responsáveis	20	337.659	841.410
Total	**32**	**1.076.097**	**1.537.444**

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

7 - Eventos subsequentes à data de encerramento

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida.

Adicionalmente, também não se perspetivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

8. Justo valor de ativos e passivos financeiros

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito
Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda, ativos

financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos de negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

9. Alterações de Políticas Contabilísticas

9.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

9.2 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2017.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia:

IAS 7 Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 são parte do projeto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade. As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com atividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados).

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. As entidades não necessitam de divulgar a informação comparativa.

b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia:

IAS 12 Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas – alterações à IAS 12

O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao

justo valor.

As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos ativos por um valor superior ao seu valor contabilístico.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. No entanto, na aplicação inicial destas alterações, a alteração no capital próprio inicial do período comparativo mais antigo apresentado pode ser reconhecida nos resultados transitados iniciais do período comparativo mais recente apresentado (ou em outra componente do capital próprio, conforme apropriado), sem alocar essa alteração entre os resultados transitados iniciais e outras componentes de capital próprio. As entidades que apliquem esta opção devem divulgar esse facto.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014- 2016, o IASB introduziu a seguinte melhoria, efetiva a partir de 1 de janeiro de 2017:

IFRS 12 Divulgações de interesses em outras entidades

Esta melhoria veio clarificar que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, *joint ventures* ou associadas (ou parte do seu interesse em *joint ventures* ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que esta classificado) como detidas para venda.

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 e deve ser aplicada retrospetivamente

9.3 Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2017 ou posteriores e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

a) Já endossadas pela UE:

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no

âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requere que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *modified retrospective approach*.

É permitida a aplicação antecipada.

Clarificações à IFRS 15

Em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma. São as seguintes as emendas introduzidas:

- Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato
- Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal versus agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transação de um serviço e como restruturar os indicadores
- Clarificar quando é que as atividades de uma entidade afetam significativamente a propriedade intelectual (*IP*) à qual o cliente tem direito, e que é um dos fatores na determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo
- Clarificar o âmbito das exceções para royalties baseados nas vendas (*sales-based*) e baseados na utilização (*usage-based*) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no royalty) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato
- Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na *full retrospective approach*; e (b) modificações de contratos na transição

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para

exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *modified retrospective approach*.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da

alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.

- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações
- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.
-

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% - 125%.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento *forward* de um contrato *forward* e qualquer *spread* base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospetiva e parcialmente prospetiva.

É permitida a aplicação antecipada.

Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4

As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.

Isenção temporária da IFRS 9

- A opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja atividade esteja predominantemente relacionada com seguros.
- Esta isenção temporária permite que essas entidades continuem a aplicar a IAS 39 enquanto diferem a aplicação da IFRS 9 para no máximo até 1 de janeiro de 2021.
- Esta predominância deve ser avaliada no inicio do período do reporte anual que precede a data de 1 de abril de 2016 e antes da IFRS 9 ser implementada.

  Adicionalmente, esta avaliação da predominância só pode ser revista em situações raras.

As empresas que apliquem esta isenção temporária terão de efetuar divulgações adicionais.

A abordagem da sobreposição

- Esta abordagem é uma opção para as entidades que adotem a IFRS 9 e emitam contratos de seguro, de ajustar os seus ganhos ou perdas para ativos financeiros elegíveis; efetivamente tal resulta na aplicação da IAS 39 a estes ativos financeiros elegíveis.
- Os ajustamentos eliminam a volatilidade contabilística que possa surgir na aplicação a IFRS 9 sem a nova norma dos contratos de seguros.
- De acordo com esta abordagem, uma entidade pode reclassificar montantes de ganhos ou perdas para outros itens de resultado integral (OCI) para ativos financeiros designados.
- Uma entidade tem de apresentar uma linha separada para os impactos deste ajustamento de sobreposição na demonstração dos resultados, assim como na demonstração do resultado integral.

A isenção temporária é aplicável pela primeira vez para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Uma entidade pode optar pela abordagem de sobreposição quando aplica pela primeira vez a IFRS 9 e aplicar essa abordagem retrospetivamente para ativos financeiros designados na data de transição para a IFRS 9. A entidade deve alterar os comparativos por forma a refletir a abordagem da sobreposição se, e apenas se, alterar os comparativos quando aplica a IFRS 9.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014- 2016, o IASB introduziu as seguintes melhorias que devem ser aplicadas retrospetivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018 (é permitida a adoção antecipada desde que devidamente divulgada).

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS

Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento

A melhoria veio clarificar que:

- Uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou *joint ventures* ao justo valor através de resultados.
- Se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou *joint venture* que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.

IFRS 16 Locações

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requere que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – *right-of-use* ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante

da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *modified retrospective approach*.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquiza sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida e tem de ser divulgada. As alterações devem ser apicadas prospectivamente.

IFRS Practice Statement 2: Efetuar julgamentos sobre a materialidade

Às empresas é permitido aplicarem as orientações do *Practice Statement* (PS) na preparação das demonstrações financeiras que sejam preparadas em qualquer altura após 14 de setembro de 2017.

O PS contém orientações não obrigatórias para as empresas efetuarem julgamentos sobre a materialidade quando preparam as demonstrações financeiras. O PS também ajuda os leitores das demonstrações financeiras a entender como a entidade efetua os seus julgamentos sobre a materialidade quando prepara essas demonstrações financeiras.

O PS contém orientações sobre três áreas principais:

- Caraterísticas gerais da materialidade.
- Um processo de quatro passos que pode ser usado quando se efetua um julgamento sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. Este processo descreve como a entidade avalia se determinada informação é material para o objetivo de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.
- Como efetuar julgamentos sobre a materialidade em circunstâncias específicas, nomeadamente sore informação de períodos anteriores, erros e rácios e no contexto de reporte intercalar.
- Adicionalmente o PS discute a interação entre os julgamentos sobre a materialidade que uma empresa tem de fazer e as leis e regulamentos locais.

O PS inclui exemplos ilustrativos de como as empresas podem aplicar as orientações nele previstas

b) Ainda não endossadas pela UE:

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015- 2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta

- As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
- Ao faze-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
- Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.

IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta

- Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
- Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.

IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital

- Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a empresa reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração

dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.

- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.

IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização

- A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo par ao seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
- As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a empresa adota estas alterações.
- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida adoção antecipada.

IFRS 17 Contratos de seguro

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas.

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes.

Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes. O núcleo da IFRS 17 é o modelo geral que é suplementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem da taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação do prémio), principalmente para contratos de curta duração.

As principais características do novo modelo contabilístico dos contratos de seguro são as que se seguem:

- A mensuração do valor presente dos fluxos de caixa futuros, incorporando um ajustamento de risco, mensurado em cada período de reporte (valor realizável dos fluxos de caixa);
- Uma *Contractual Service Margin* (CSM), margem contratual de serviço, que é igual e oposta a qualquer ganho inicial da realização dos fluxos de caixa de um grupo de contratos, representando

os ganhos não apropriados dos contratos de seguro os quais serão reconhecidos em ganhos ou perdas durante o período de vigência do serviço (i.e. período de cobertura);

- Algumas alterações no valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros são ajustadas contra a CSM e, desta forma, reconhecidas em ganhos ou perdas durante o período remanescente do serviço contratual;
- Os efeitos das alterações na taxa de desconto serão reportadas como ganhos ou perdas ou como outro rendimento integral, dependendo da política contabilística da empresa;
- A apresentação dos ganhos e dos gastos de seguros na Demonstração dos Resultados do Outro Rendimento Integral são baseados no conceito de serviços prestados durante o período;
- Os valores que o segurado irá receber, independentemente de ocorrer ou não um evento segurado (componentes de investimento não distintas), não são apresentados na demonstração de resultados, sendo reconhecidos diretamente no balanço;
- Os resultados dos serviços de seguro (receita obtida deduzida dos créditos emitidos) são apresentados separadamente dos ganhos ou perdas de seguros; e
- Divulgações extensas que forneçam informação sobre os valores reconhecidos de contratos de seguro e sobre a natureza e a extensão dos riscos decorrentes dos mesmos.

A IFRS 17 é efetiva para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021, sendo necessário apresentar os comparativos nesse ano. A aplicação antecipada é permitida desde que a empresa aplique também a IFRS 9 e a IFRS 15 na data ou na data anterior a que a empresa aplique a IFRS 17. O IASB decidiu por uma aplicação retrospetiva para a estimativa da CSM na data da transição.

No entanto, se uma aplicação retrospetiva total, como definida na IAS 8 para um grupo de contratos de seguro, não for praticável a empresa tem de escolher uma das duas alternativas:

- Abordagem retrospetiva modificada – baseada em informação razoável e devidamente sustentada que esteja disponível sem que a empresa incorra em custos ou esforços excessivos, considerando algumas modificações à aplicação retrospetiva na sua total extensão, mantendo-se, no entanto, o objetivo de alcançar o melhor resultado possível na aplicação retrospetiva;

- Abordagem do justo valor – a CSM é determinada como a diferença positiva entre o justo valor determinado em conformidade com a IFRS 13 Mensuração pelo justo valor e valor realizável dos fluxos de caixa (qualquer diferença negativa será reconhecida em resultados transitados na data de transição).

Se uma empresa não conseguir obter informação razoável e sustentada para aplicar a abordagem retrospetiva modificada, é obrigada a aplicar a abordagem do justo valor.

IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não

monetários relacionados com um adiantamento da consideração, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da consideração.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da consideração, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

Uma empresa pode aplicar esta interpretação numa base de aplicação retrospetiva total. Alternativamente pode aplicar esta interpretação prospectivamente a todos os ativos, gastos e rendimentos que estejam no seu âmbito que são inicialmente reconhecidos em ou após:

I) O início do período de reporte no qual a entidade aplica pela primeira vez a interpretação;
ou
II) O início do período de reporte apresentado como período comparativo nas demonstrações financeiras do exercício em que a entidade aplica pela primeira vez a interpretação.

A adoção antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos. A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma empresa considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma empresa utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma empresa determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma empresa considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma empresa tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

A Interpretação é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:

Vesting conditions

- Os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro. As alterações clarificam que a metodologia usada para contabilizar *vesting conditions* quando se mensuram transações de pagamento com base em ações liquidadas com instrumentos de capital também se aplica às transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte

- Esta alteração adiciona uma exceção para tratar a situação estrita em que um acordo de liquidação pelo valor líquido está desenhado para cumprir com uma obrigação fiscal da empresa, ou outro tipo de regulamentação, no que respeita a retenções na fonte ao empregado para cumprir com uma obrigação fiscal deste, relacionada com o pagamento com base em ações.
- Este valor é depois transferido, normalmente em dinheiro, para as autoridades fiscais por conta do empregado. Para cumprir com esta obrigação, os termos do acordo de pagamento com base em ações podem permitir ou requerer que a entidade retenha um determinado número de instrumentos de capital equivalente ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado, do total de instrumentos de capital que de outra forma seriam emitidos para o empregado aquando do exercício (*vesting*) do pagamento com base em ações (conhecida como opção de *net share settlement*).
- Quando uma transação cumpre com este critério, ela não é dividida em duas componentes, mas sim classificada como um todo como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, caso assim tivessem sido classificada se não existisse a opção de net share *settlement.*

Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio

- A alteração clarifica que se os termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações liquidada em dinheiro são modificados, tendo como resultado que ela passa a ser uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, a transação passa a ser contabilizada como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital desde a data dessa modificação.
- Qualquer diferença (seja um débito ou um crédito) entre o valor contabilístico do passivo desreconhecido e o valor reconhecido em capital na data da modificação é reconhecido imediatamente em resultados do ano.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Na data de adoção, as empresas devem de aplicar as alterações sem alterar os comparativos. Mas a aplicação retrospetiva é permitida se for aplicada às três alterações e outro critério for cumprido. É

permitida a aplicação antecipada.

Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de cumprir, a definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Uma entidade deve aplicar as alterações prospectivamente às alterações de uso que ocorram em ou após o início do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações. As entidades devem reavaliar a classificação das propriedades detidas nessa data e, se aplicável, reclassificar a propriedade para refletir as condições que existiam a essa data.

A aplicação retrospetiva só é permitida se possível aplicá-la sem que a mesma seja afetada por acontecimentos que ocorreram posteriormente à data da sua aplicação.

A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada

Pagamentos antecipados com compensações negativas – Alterações à IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os *cash flows* implícitos sejam "apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida" (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causaram o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resultam no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu dereconhecimento, calculado descontando a

alteração aos *cash flows* associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa à esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as empresas contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Devem ser aplicados retrospetivamente. Esta alteração traz requisitos específicos para adotar na transição mas apenas se as empresas a adotarem em 2019 e não em 2018 em conjunto com a IFRS 9. É permitida a adoção antecipada

Interesses de longo prazo em Associadas ou *Joint Ventures* – Alterações à IAS 28

As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou *joint ventures* às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou *joint venture* (interesses de longo prazo). Esta clarificação é relevante pois implica que o modelo da perda esperada da IFRS 9 deve ser aplicado a esses investimentos.

O IASB também clarificou que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não tem em conta quaisquer perdas dessa associada ou *joint venture*, ou perdas por imparidade no investimento líquido, que estejam reconhecidas como um

ajustamento ao investimento líquido decorrente da aplicação da IAS 28.

Para ilustrar como as entidades devem aplicar os requisitos da IAS 28 e da IFRS 9 no que respeita a interesses de longo prazo, o IASB publicou exemplos ilustrativos quando emitiu esta alteração.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A alteração tem de ser aplicada retrospetivamente, com algumas exceções. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

10 - Inventário de Títulos e Participações Financeiras

(Un: Euros)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	Future Healthcare International, SGPS, SA	600.000,00				3.000.000		3.131.093		
	sub-total	600.000,00				3.000.000		3.131.093		
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									
	total									
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTENOE0018	O. T. JUNHO TF 08/18		100.000	99,40		99.397	102,10	102.095	2.426	4,450%
PTOTEYOE0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,64		199.287	112,42	224.846	5.485	3,850%

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
PTOTECOE0029	O.T. FEV TF 10/20 - AFS		90.000	108,84		97.955	111,73	100.553	2.355	4,800%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		110.000	98,89		108.783	109,94	120.937	667	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		180.000	98,11		176.595	108,88	195.975	2.311	2,875%
PTOTEAOE0021	O.T. JUN TF 08/23 - AFS		750.000	109,60		822.025	123,12	923.385	6.815	4,950%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		2.650.000	98,89		2.620.669	98,89	2.620.669	16.072	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		3.050.000	97,86		2.984.680	97,86	2.984.680	39.159	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		1.090.000	98,59		1.074.631	109,94	1.198.379	6.611	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		570.000	96,25		548.625	108,88	620.587	7.318	2,875%
PTOTEAOE0021	O.T. JUN TF 08/23 - AFS		880.000	110,73		974.424	123,12	1.083.438	7.996	4,950%
PTCON4OE0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	56,69		16.271	102,12	29.309	571	4,000%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		1.910.000	97,90		1.869.958	108,88	2.079.513	24.523	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		500.000	98,89		494.466	98,89	494.466	3.033	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		2.860.000	97,28		2.782.233	97,28	2.782.234	36.720	2,875%
	sub-total		14.968.701			14.869.999		15.561.066	162.062	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	0,00		-	0,00	-	0	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	0,00		-	0,00	-	0	
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,05		1.000.490	108,91	1.089.140	39.356	4,250%
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	0,00		-	0,00	-	0	

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	0,00		-	0,00	-	0	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	0,00		-	0,00	-	0	
913012886001	SOMEC 92/97		150	0,00		-	0,00	-	0	
913012886002	SOMEC 94/99		349	0,00		-	0,00	-	0	
	sub-total		1.001.222			1.000.490		1.089.140	39.356	
	sub-total		15.969.923			15.870.489		16.650.206	201.418	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total	0,00				-		-		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total	0,00				-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	683.800,00			4	2.485.953	3,78	2.582.439		
	sub-total	683.800,00				2.485.953		2.582.439		
	2.1.2.4 - Outros									
	sub-total	0,00	-			-		-	0	
	sub-total	683.800,00	-			2.485.953		2.582.439	0	
	total	683.800,00	15.969.923			18.356.442		19.232.645	201.418	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	2.2.1.1 - De dívida pública									
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	100,16		3.004.693	102,58	3.077.520	51.896	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	101,36		304.068	109,43	328.290	5.622	4,500%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	99,23		992.346	107,56	1.075.580	7.274	2,250%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	100,69		302.065	109,10	327.291	7.418	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	119,61		956.875	137,75	1.101.960	49.452	6,250%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	98,46		196.911	111,98	223.966	3.123	4,000%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	100,08		5.004.021	100,37	5.018.350	93.699	3,750%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	100,48		200.966	102,90	205.792	3.748	4,500%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	100,38		1.505.753	110,34	1.655.145	19.890	4,500%
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	103,23		929.028	112,64	1.013.787	22.438	3,500%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		1.000.000	95,33		953.293	97,46	974.590	247	0,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	100,63		2.314.489	113,62	2.613.329	59.075	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	100,24		1.002.420	101,30	1.012.950	27.397	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	100,46		602.764	109,23	655.380	14.384	3,500%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	124,99		624.926	145,37	726.835	29.110	8,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	112,59		2.364.450	124,58	2.616.264	16.383	4,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		370.000	105,04		388.639	118,10	436.970	5.575	2,500%
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,00		12	0,46	2.873	0	
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	105,43		527.149	119,03	595.150	14.743	4,375%
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		5.100.000	104,98		5.354.017	119,62	6.100.721	183.390	3,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	101,35		304.056	110,29	330.864	4.862	3,500%
NL0009712470	NETHERLANDS GOVT TF 11/21		300.000	101,58		304.740	112,98	338.946	4.514	3,250%

VICTORIA SMA
Uma empresa do Grupo Segurador

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,64		996.399	118,07	1.180.670	42.781	4,500%
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,01		400.024	111,11	444.420	7.223	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.300.000	99,68		2.292.675	114,22	2.627.106	23.599	3,500%
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	109,43		4.924.170	116,52	5.243.220	114.750	3,650%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		20.000	95,60		19.120	97,46	19.492	5	0,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		50.000	106,18		53.090	118,10	59.050	753	2,500%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		50.000	102,12		51.060	110,29	55.144	810	3,500%
DE0001135408	BUNDESREP DEUTSCHLAND TF 10/20		400.000	106,37		425.483	108,99	435.972	5.918	3,000%
FI4000010848	FINNISH GOVT TF 10/20		200.000	106,34		212.674	108,80	217.602	4.808	3,375%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		1.000.000	95,33		953.294	97,46	974.590	247	0,250%
FR0011427848	FRANCE O.A.T. I/L TF 07/24		1.700.000	107,51		1.827.670	113,97	1.937.429	1.917	0,250%
FR0010850032	FRANCE O.A.T. I/L TF 09/19		600.000	110,28		661.684	113,47	680.804	3.674	1,300%
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	130,46		1.696.001	138,45	1.799.841	11.417	1,850%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		100.000	101,18		101.184	101,30	101.295	2.740	4,000%
	sub-total		41.520.000			42.752.209		46.209.188	844.882	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	101,30		2.532.623	111,49	2.787.250	17.209	3,750%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		900.000	101,48		913.305	110,74	996.615	26.199	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		300.000	103,57		310.699	117,57	352.695	2.409	4,375%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		1.110.000	99,40		1.103.315	113,51	1.259.928	24.557	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		400.000	99,66		398.621	109,39	437.568	2.082	2,500%

VICTORIA SMA
Uma empresa do Grupo Segurador

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,97		499.852	100,68	503.380	0	
XS1107266782	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/22		600.000	99,96		599.765	101,14	606.810	0	
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.400.000	99,99		1.399.912	100,16	1.402.184	0	
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		1.200.000	99,74		1.196.854	101,59	1.219.128	0	
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	100,14		200.271	100,71	201.426	7.149	4,250%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		2.400.000	99,88		2.397.170	100,41	2.409.888	0	
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		1.600.000	99,98		1.599.600	100,56	1.608.960	78	0,103%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	107,94		2.698.554	119,18	2.979.500	63.527	4,375%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		600.000	99,60		597.599	105,37	632.202	5.712	1,250%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000	99,98		1.399.698	103,63	1.450.778	185	0,396%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		700.000	99,40		695.800	100,01	700.070	0	
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,52		99.520	109,39	109.392	521	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	100,00		500.000	100,68	503.380	0	
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.000.000	99,89		998.910	100,16	1.001.560	0	
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		500.000	99,94		499.680	101,59	507.970	0	
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		1.000.000	99,86		998.600	100,41	1.004.120	0	
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		700.000	99,88		699.160	100,56	703.920	34	0,103%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		3.000.000	100,00		3.000.010	100,01	3.000.300	0	
XS0767839185	B.E.I. 12/19		5.000.000	100,53		5.026.299	100,63	5.031.650	545	0,051%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		700.000	109,53		766.685	113,51	794.549	15.486	2,375%

VICTORIA SMA
Uma empresa do Grupo Segurador

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,66		99.655	109,39	109.392	521	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,97		499.852	100,68	503.380	0	
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		3.000.000	99,99		2.999.812	100,16	3.004.680	0	
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		3.900.000	100,05		3.901.851	100,41	3.916.068	0	
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		3.000.000	99,98		2.999.251	100,56	3.016.800	146	0,103%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		200.000	99,60		199.200	105,37	210.734	1.904	1,250%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		3.000.000	101,82		3.054.625	103,63	3.108.810	396	0,396%
	sub-total		44.510.000			44.886.748		46.075.087	168.660	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		600.000	99,98		599.875	100,22	601.308	0	
XS1520897163	ABBVIE INC TF 16/19		300.000	99,83		299.494	100,64	301.926	133	0,375%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,74		99.744	103,82	103.822	723	1,250%
FR0013182821	AIR LIQUIDE FINANCE TF 16/22		1.000.000	99,92		999.159	101,12	1.011.200	2.753	0,500%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		400.000	99,99		399.972	100,42	401.688	47	0,224%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		900.000	99,68		897.087	104,26	938.313	22.038	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		300.000	99,97		299.909	100,00	300.000	7.983	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		300.000	99,53		298.575	113,40	340.188	8.438	2,950%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,00		1.600.076	109,60	1.753.520	46.992	4,000%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,78		199.550	120,10	240.190	5.362	4,750%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,01		15.001.533	104,71	15.705.750	162.917	4,250%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		400.000	99,91		399.622	100,59	402.344	641	0,500%

VICTORIA SMA
Uma empresa do Grupo Segurador

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1363560548	BMW FINANCE NV 16/19		900.000	99,99		899.952	100,80	907.182	618	0,321%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		500.000	99,94		499.713	100,76	503.810	126	0,221%
XS1584041252	BNP PARIBAS 17/22		1.000.000	100,00		1.000.000	102,53	1.025.260	130	0,521%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		700.000	99,85		698.957	105,81	740.698	8.546	2,875%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		300.000	100,00		299.995	102,81	308.421	3.121	1,117%
FR0013106614	BPCE SA 16/18		700.000	99,99		699.960	100,02	700.161	0	
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		100.000	99,80		99.796	100,60	100.597	582	1,200%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		200.000	99,94		199.889	107,72	215.440	5.890	3,125%
FR0013201084	BUREAU VERITAS TF 16/23		200.000	99,35		198.691	101,33	202.666	788	1,250%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		400.000	99,97		399.870	100,65	402.608	23	0,188%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		300.000	99,99		299.961	111,56	334.668	7.982	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		900.000	99,93		899.390	100,60	905.400	603	0,389%
FR0013185444	CHRISTIAN DIOR SE TF 16/21		500.000	99,93		499.650	100,92	504.600	1.952	0,750%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		1.830.000	100,53		1.839.615	101,80	1.862.940	51.666	4,500%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	102,51		307.532	116,97	350.895	8.815	4,875%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		100.000	100,00		99.995	100,15	100.150	65	0,671%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		300.000	99,96		299.866	111,15	333.447	5.690	3,250%
XS1121919333	CREDIT SUISSE LONDON 14/19		300.000	99,89		299.670	100,76	302.265	77	0,121%
DE000A169GZ7	DAIMLER AG 16/19		2.400.000	100,00		2.399.924	100,39	2.409.240	1.072	0,201%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		200.000	99,99		199.979	100,32	200.646	0	0,001%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		1.100.000	100,00		1.099.990	99,98	1.099.802	1.239	0,709%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		400.000	99,78		399.131	106,83	427.320	6.115	2,250%

VICTORIA SMA
Uma empresa do Grupo Segurador

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1180451657	ENI SPA TF 15/26		100.000	99,45		99.450	102,48	102.483	1.364	1,500%
XS1571293684	ERICSSON LM TF 17/24		100.000	99,37		99.369	97,38	97.382	1.567	1,875%
XS1435295925	FCA CAPITAL IRELAND TF 16/21		450.000	99,83		449.229	102,80	462.578	5.301	1,250%
BE0002218841	FLUXYS BELGIUM TF 14/29		300.000	99,44		298.312	107,68	323.052	768	2,750%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	99,41		223.671	105,21	236.720	4.388	2,125%
XS1117297942	GEBERIT INTERNATIONAL TF 15/21		300.000	100,00		299.997	101,57	304.701	1.561	0,688%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		400.000	99,54		398.153	105,17	420.688	2.305	2,125%
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	99,91		1.398.709	100,27	1.403.710	4.219	1,000%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		700.000	99,68		697.771	100,56	703.885	5.854	1,375%
FR0013066669	HAVAS SA TF 15/20		400.000	99,83		399.322	103,80	415.188	473	1,875%
XS1366026323	HONEYWELL INTERNATIONAL 16/18		200.000	100,00		199.998	100,06	200.128	37	0,171%
FR0013062684	HSBC FRANCE 15/19		1.000.000	99,99		999.865	100,97	1.009.660	196	0,221%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		700.000	100,95		706.662	101,74	712.194	873	1,625%
FR0013065372	ILIAD SA TF 15/22		1.000.000	99,27		992.676	105,30	1.052.970	1.514	2,125%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	99,59		199.182	117,70	235.400	1.274	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		200.000	99,92		199.830	112,58	225.152	906	2,625%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	101,19		303.557	113,21	339.630	5.178	3,500%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	100,39		301.181	104,71	314.115	10.956	3,875%
XS1679515038	KIMBERLY-CLARK CORP TF 17/24		900.000	99,83		898.472	99,44	894.996	1.772	0,625%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		300.000	99,18		297.543	97,44	292.317	1.366	0,625%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		2.100.000	99,96		2.099.145	111,12	2.333.415	35.384	3,000%

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		1.950.000	99,69		1.944.029	100,96	1.968.798	0	
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUITT 14/19		800.000	99,85		798.803	100,24	801.920	0	
XS1284570626	MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22		300.000	99,75		299.261	105,02	315.066	1.367	1,375%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		300.000	99,98		299.931	103,42	310.248	2.007	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.100.000	99,71		1.096.818	102,70	1.129.678	14.390	2,500%
FI4000148671	NESTE OIL OYJ TF 15/22		200.000	99,66		199.329	104,94	209.882	3.365	2,125%
XS1707074941	NESTLE FINANCE INTL TF 17/24		1.000.000	99,27		992.749	99,75	997.470	606	0,375%
XS1307993292	NV NEDERLANDSE GASUNIE 15/18		400.000	99,99		399.954	100,21	400.840	35	0,041%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		300.000	99,40		298.197	103,93	311.778	1.393	1,500%
XS1139287350	PIRELLI INTERNATIONAL TF 14/19		300.000	100,66		301.966	102,13	306.384	618	1,750%
XS1708192684	PROCTER & GAMBLE CO TF 17/24		1.100.000	99,39		1.093.328	99,23	1.091.541	1.010	0,500%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		200.000	99,08		198.161	106,98	213.958	935	1,875%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		200.000	99,95		199.898	100,69	201.382	0	
XS1345314956	RABOBANK NEDERLAND 16/18		1.900.000	100,00		1.899.975	100,01	1.900.172	0	
FR0013136330	RCI BANQUE 03/2019		500.000	100,00		499.984	101,01	505.040	121	0,669%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		400.000	99,50		398.002	113,17	452.664	3.466	2,875%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		400.000	98,78		395.114	96,81	387.256	493	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		300.000	99,30		297.892	106,06	318.186	4.469	1,875%
FR0012146751	SANOFI 14/18		1.000.000	99,94		999.376	100,18	1.001.820	0	
FR0012969012	SANOFI 15/19		300.000	99,99		299.975	100,33	300.999	0	
XS1484109175	SANTANDER CONSUMER		900.000	100,05		900.453	100,47	904.239	250	0,455%

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	FINANCE 16/19									
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		500.000	99,98		499.884	100,21	501.050	0	
DE000A14KJE8	SAP SE 15/20		200.000	99,98		199.969	100,59	201.174	0	
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,60		597.599	105,08	630.456	2.811	1,500%
FR0013059417	SEB SA TF 15/22		200.000	99,87		199.745	106,59	213.172	469	2,375%
FR0013259116	SEB SA TF 17/24		100.000	99,89		99.893	101,23	101.234	879	1,500%
XS1292468987	SHELL INTERNATIONAL FIN 15/19		400.000	99,99		399.977	100,58	402.308	13	0,071%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	112,22		897.777	117,12	936.960	28.841	4,125%
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		1.000.000	99,99		999.898	101,09	1.010.870	907	0,371%
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		400.000	99,93		399.728	100,35	401.408	0	
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		1.500.000	99,99		1.499.790	100,58	1.508.760	0	
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	99,53		298.589	115,99	347.973	992	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		300.000	100,34		301.020	105,21	315.618	6.645	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		400.000	99,99		399.949	109,62	438.488	3.175	3,369%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		700.000	99,98		699.884	110,31	772.149	28.559	4,125%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		900.000	99,94		899.433	100,12	901.080	0	
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		500.000	99,66		498.318	100,68	503.375	1.834	0,875%
XS1145750037	URENCO FINANCE NV TF 14/24		300.000	99,62		298.861	109,22	327.657	566	2,375%
XS1372838083	VODAFONE GROUP PLC 16/19		600.000	100,00		599.974	101,02	606.120	373	0,621%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		500.000	98,98		494.918	103,21	516.070	7.089	1,875%
XS1642546078	VOLKSWAGEN LEASING GMBH 17/21		900.000	100,00		899.996	100,23	902.088	260	0,121%
XS1485660895	VOLVO TREASURY AB 16/19		300.000	100,02		300.054	100,48	301.449	30	0,144%

VICTORIA SMA
Uma empresa do Grupo Segurador

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		400.000	100,00		400.000	100,22	400.872	0	
XS1520897163	ABBVIE INC TF 16/19		100.000	99,73		99.732	100,64	100.642	44	0,375%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		500.000	100,00		500.000	100,00	500.000	13.305	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		500.000	99,26		496.295	113,40	566.980	14.063	2,950%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		700.000	99,85		698.957	100,76	705.334	176	0,221%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		100.000	99,77		99.772	105,81	105.814	1.221	2,875%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		400.000	100,00		400.000	100,65	402.608	23	0,188%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		100.000	99,85		99.850	100,60	100.600	67	0,389%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		170.000	99,95		169.915	100,15	170.255	111	0,671%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,97		199.932	111,15	222.298	3.793	3,250%
DE000A169GZ7	DAIMLER AG 16/19		700.000	100,00		700.000	100,39	702.695	313	0,201%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		100.000	100,00		100.000	100,32	100.323	0	0,001%
FR0013216884	DANONE SA 16/18		200.000	100,00		200.000	100,19	200.378	0	
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		500.000	99,56		497.805	106,83	534.150	7.644	2,250%
XS1571293171	ERICSSON LM TF 17/21		100.000	99,61		99.613	99,09	99.091	731	0,875%
XS1366026323	HONEYWELL INTERNATIONAL 16/18		100.000	100,00		100.000	100,06	100.064	19	0,171%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		100.000	103,45		103.450	101,74	101.742	125	1,625%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		500.000	99,36		496.810	117,70	588.500	3.185	3,750%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		2.000.000	99,65		1.992.920	100,96	2.019.280	0	
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUITT 14/19		200.000	99,76		199.520	100,24	200.480	0	
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		200.000	99,97		199.934	103,42	206.832	1.338	1,125%

VICTORIA SMA
Uma empresa do Grupo Segurador

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		400.000	99,46		397.848	102,70	410.792	5.233	2,500%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		200.000	99,95		199.900	100,69	201.382	0	
FR0012146751	SANOFI 14/18		700.000	100,00		700.000	100,18	701.274	0	
XS1484109175	SANTANDER CONSUMER FINANCE 16/19		100.000	100,09		100.091	100,47	100.471	28	0,455%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		300.000	100,00		300.000	100,21	300.630	0	
DE000A14KJE8	SAP SE 15/20		200.000	100,00		200.000	100,59	201.174	0	
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		100.000	100,00		100.000	101,09	101.087	91	0,371%
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		300.000	100,00		300.000	100,35	301.056	0	
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		600.000	100,00		600.000	100,58	603.504	0	
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		500.000	99,33		496.655	115,99	579.955	1.654	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		600.000	100,00		600.000	105,21	631.236	13.290	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		100.000	100,00		100.000	109,62	109.622	794	3,369%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		200.000	100,00		200.000	100,12	200.240	0	
XS1372838083	VODAFONE GROUP PLC 16/19		200.000	100,00		200.000	101,02	202.040	124	0,621%
XS1485660895	VOLVO TREASURY AB 16/19		100.000	100,03		100.033	100,48	100.483	10	0,144%
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		100.000	99,98		99.979	100,22	100.218	0	
XS1520897163	ABBVIE INC TF 16/19		350.000	99,83		349.410	100,64	352.247	155	0,375%
FR0012820835	AIR LIQUIDE FINANCE 15/18		500.000	99,99		499.972	99,90	499.500	0	
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,74		99.744	103,82	103.822	723	1,250%
FR0013182821	AIR LIQUIDE FINANCE TF 16/22		300.000	99,92		299.748	101,12	303.360	826	0,500%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		200.000	99,99		199.986	100,42	200.844	24	0,224%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		600.000	97,63		585.765	104,26	625.542	14.692	3,125%

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		200.000	99,97		199.939	100,00	200.000	5.322	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		400.000	107,76		431.060	113,40	453.584	11.250	2,950%
XS0140907626	BANK AUSTRIA 01/21		300.000	100,77		302.297	95,22	285.660	5	0,151%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		200.000	99,91		199.811	100,59	201.172	321	0,500%
XS1363560548	BMW FINANCE NV 16/19		1.000.000	99,99		999.946	100,80	1.007.980	687	0,321%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		1.500.000	100,21		1.503.188	100,76	1.511.430	378	0,221%
XS1584041252	BNP PARIBAS 17/22		1.400.000	100,00		1.400.000	102,53	1.435.364	182	0,521%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		400.000	99,85		399.404	105,81	423.256	4.884	2,875%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		700.000	100,00		699.989	102,81	719.649	7.283	1,117%
FR0013106614	BPCE SA 16/18		1.000.000	99,99		999.943	100,02	1.000.230	0	
FR0013241130	BPCE SA 17/22		2.000.000	100,93		2.018.509	103,06	2.061.120	886	0,725%
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		200.000	99,80		199.592	100,60	201.194	1.164	1,200%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		300.000	102,18		306.530	107,72	323.160	8.836	3,125%
FR0013201084	BUREAU VERITAS TF 16/23		200.000	99,35		198.691	101,33	202.666	788	1,250%
FR0012821924	CAP GEMINI SA 15/18		100.000	99,99		99.994	100,22	100.219	130	0,521%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		300.000	99,97		299.902	100,65	301.956	17	0,188%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		200.000	107,47		214.937	111,56	223.112	5.321	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		1.000.000	99,93		999.322	100,60	1.006.000	670	0,389%
FR0013185444	CHRISTIAN DIOR SE TF 16/21		400.000	99,93		399.720	100,92	403.680	1.562	0,750%
XS1598861588	CREDIT AGRICOLE LONDON 17/22		1.600.000	100,00		1.599.999	102,09	1.633.408	1.507	0,471%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		1.500.000	100,00		1.499.931	100,15	1.502.250	979	0,671%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,96		199.910	111,15	222.298	3.793	3,250%

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
DE000A169GZ7	DAIMLER AG 16/19		1.100.000	100,00		1.099.965	100,39	1.104.235	491	0,201%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		300.000	99,99		299.968	100,32	300.969	1	0,001%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		500.000	100,00		499.996	99,98	499.910	563	0,709%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		300.000	101,89		305.664	106,83	320.490	4.586	2,250%
XS1571293171	ERICSSON LM TF 17/21		100.000	99,69		99.691	99,09	99.091	731	0,875%
XS1571293684	ERICSSON LM TF 17/24		200.000	99,37		198.739	97,38	194.764	3.134	1,875%
XS1435295925	FCA CAPITAL IRELAND TF 16/21		250.000	99,83		249.572	102,80	256.987	2.945	1,250%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	99,41		223.671	105,21	236.720	4.388	2,125%
XS1117297942	GEBERIT INTERNATIONAL TF 15/21		500.000	100,00		499.995	101,57	507.835	2.601	0,688%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		200.000	99,54		199.076	105,17	210.344	1.153	2,125%
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	99,91		1.398.709	100,27	1.403.710	4.219	1,000%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		200.000	99,68		199.363	100,56	201.110	1.673	1,375%
FR0013066669	HAVAS SA TF 15/20		200.000	99,83		199.661	103,80	207.594	236	1,875%
XS1366026323	HONEYWELL INTERNATIONAL 16/18		300.000	100,00		299.997	100,06	300.192	56	0,171%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		700.000	100,95		706.662	101,74	712.194	873	1,625%
FR0013065372	ILIAD SA TF 15/22		500.000	99,27		496.338	105,30	526.485	757	2,125%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	115,71		231.411	117,70	235.400	1.274	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		100.000	99,92		99.915	112,58	112.576	453	2,625%
XS1679515038	KIMBERLY-CLARK CORP TF 17/24		1.000.000	99,83		998.302	99,44	994.440	1.969	0,625%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		500.000	99,18		495.905	97,44	487.195	2.277	0,625%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		1.000.000	99,96		999.593	111,12	1.111.150	16.849	3,000%

VICTORIA SMA
Uma empresa do Grupo Segurador

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		3.000.000	100,13		3.003.826	100,96	3.028.920	0	
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUITT 14/19		200.000	99,85		199.701	100,24	200.480	0	
XS1284570626	MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22		300.000	99,75		299.261	105,02	315.066	1.367	1,375%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		300.000	99,98		299.931	103,42	310.248	2.006	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.300.000	98,80		1.284.375	102,70	1.335.074	17.007	2,500%
FI4000148671	NESTE OIL OYJ TF 15/22		400.000	99,66		398.658	104,94	419.764	6.730	2,125%
FI4000261201	NESTE OYJ TF 07/24		200.000	99,95		199.895	101,03	202.056	1.701	1,500%
XS1707074941	NESTLE FINANCE INTL TF 17/24		500.000	99,27		496.375	99,75	498.735	303	0,375%
XS1307993292	NV NEDERLANDSE GASUNIE 15/18		500.000	99,99		499.943	100,21	501.050	43	0,041%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		400.000	99,40		397.597	103,93	415.704	1.858	1,500%
XS1139287350	PIRELLI INTERNATIONAL TF 14/19		300.000	100,66		301.966	102,13	306.384	618	1,750%
XS1708192684	PROCTER & GAMBLE CO TF 17/24		600.000	99,39		596.361	99,23	595.386	551	0,500%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		300.000	99,08		297.241	106,98	320.937	1.402	1,875%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		400.000	99,95		399.796	100,69	402.764	0	
XS1345314956	RABOBANK NEDERLAND 16/18		1.400.000	100,00		1.399.982	100,01	1.400.126	0	
FR0013136330	RCI BANQUE 03/2019		200.000	100,00		199.994	101,01	202.016	48	0,669%
FR0013260486	RCI BANQUE SA 17/22		560.000	100,00		560.000	101,21	566.793	91	0,343%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		200.000	108,91		217.824	113,17	226.332	1.733	2,875%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		200.000	98,78		197.557	96,81	193.628	247	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		200.000	99,30		198.595	106,06	212.124	2.979	1,875%
FR0012969012	SANOFI 15/19		800.000	99,99		799.933	100,33	802.664	0	

VICTORIA SMA
Uma empresa do Grupo Segurador

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1484109175	SANTANDER CONSUMER FINANCE 16/19		1.200.000	100,05		1.200.604	100,47	1.205.652	334	0,455%
DE000A14KJE8	SAP SE 15/20		700.000	99,98		699.895	100,59	704.109	0	
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,60		597.599	105,08	630.456	2.811	1,500%
FR0013201308	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 16/24		900.000	99,16		892.398	96,69	870.183	697	0,250%
FR0013059417	SEB SA TF 15/22		200.000	99,87		199.745	106,59	213.172	469	2,375%
FR0013259116	SEB SA TF 17/24		100.000	99,89		99.893	101,23	101.234	879	1,500%
XS1292468987	SHELL INTERNATIONAL FIN 15/19		500.000	99,99		499.971	100,58	502.885	16	0,071%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		1.000.000	106,88		1.068.774	110,04	1.100.370	31.068	3,375%
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		500.000	99,99		499.949	101,09	505.435	453	0,371%
XS1264495000	SOCIETE GENERALE 15/18		800.000	100,00		799.963	100,23	801.824	157	0,101%
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		400.000	99,93		399.728	100,35	401.408	0	
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		400.000	99,99		399.944	100,58	402.336	0	
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		200.000	107,33		214.667	115,99	231.982	662	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		200.000	100,34		200.680	105,21	210.412	4.430	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		600.000	99,99		599.924	109,62	657.732	4.763	3,369%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		300.000	105,49		316.468	110,31	330.921	12.239	4,125%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		1.500.000	99,94		1.499.069	100,12	1.501.800	0	
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		400.000	99,66		398.654	100,68	402.700	1.467	0,875%
XS1372838083	VODAFONE GROUP PLC 16/19		600.000	100,00		599.974	101,02	606.120	373	0,621%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		200.000	98,98		197.967	103,21	206.428	2.836	1,875%
XS1642546078	VOLKSWAGEN LEASING GMBH 17/21		1.800.000	100,00		1.799.993	100,23	1.804.176	520	0,121%

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1485660895	VOLVO TREASURY AB 16/19		600.000	100,02		600.108	100,48	602.898	60	0,144%
	sub-total		137.010.000			137.189.888		140.940.289	862.265	
	sub-total		223.040.000			224.828.845		233.224.564	1.875.807	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções									
US0378331005	APPLE INC	158,00			145	22.928	140,78	22.244	0	
US84763R1014	SPECTRUM BRANDS HOLDINGS INC	250,00			95	23.837	93,51	23.376	0	
		408,00				46.765		45.620		
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	1.094,00			9.971	10.908.291	9.965,40	10.902.148		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	100,00			57.014	5.701.421	56.951,98	5.695.198		
FR0000291239	CPR CASH - P	250,00			22.486	5.621.437	22.470,62	5.617.655		
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND	1.423,68			71	100.697	80,75	114.962		
LU0579997130	BLACKROCK EUROPEAN EQUITY INC	1.600,00			14	22.544	20,34	32.544		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	904,00			36	32.984	59,64	53.914		
DE0002635307	ISHARES STOXX EUROPE 600 DE	607,00			38	23.297	38,26	23.224		
FR0010010827	LYXOR ETF FTSE MIB	1.044,00			22	23.067	21,31	22.248		
FR0010251744	LYXOR ETF IBEX 35	232,00			99	22.905	98,77	22.914		
IE00BLNMPR11	MERCER LOW VOLATILITY EQUITY FUND	1.278,67			119	152.062	132,97	170.025		

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
IE00BGY64W57	MGI PASSIVE GB EQUITY FUND	1.481,40			123	182.009	144,91	214.670		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	1.102,00			24	26.171	45,20	49.810		
LU0646913847	ARCANO EUROPEAN INCOME I-IAA	326,13			138	45.000	140,34	45.770		
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	94,00			9.994	939.403	9.965,40	936.748		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	69,00			2.289	157.929	2.283,45	157.558		
IE00B66F4759	ISHARES EURO HY CORP BND	491,00			107	52.652	107,31	52.689		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	1,00			10.929	10.929	10.911,70	10.912		
IE00BBPLSL15	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 1	1.194,26			104	124.773	105,72	126.257		
IE00BBPLSM22	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 2	1.243,51			102	126.559	102,01	126.850		
IE00BYV6XK54	MGI - ABS RET FIX INCOME-M2	7.605,44			105	794.999	104,47	794.540		
IE00B86YYZ49	MGI FUND PLC	2.026,49			111	225.817	114,76	232.560		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	605,00			129	78.215	139,59	84.452		
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	2.924,00			109	318.300	108,69	317.809		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	8,00			10.776	86.207	10.840,01	86.720		
FR0000291239	CPR CASH - P	1,00			22.501	22.501	22.470,62	22.471		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	6,00			20.359	122.154	20.439,50	122.637		
IE00B6SSY728	MERCER LIQUID ALTERNATIVE STRATEGIES	1.034,87			115	119.000	114,84	118.845		
US74347W3381	PROSHARES VIX MID-TERM FUT	849,00			40	34.266	17,59	14.938		
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	30,00				299.082		298.962		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	454,00				1.037.467		1.036.686		

VICTORIA SMA
Uma empresa do Grupo Segurador

Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	7.524,18				1.056.806		1.050.300		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	1,00				57.014		56.952		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	191,00				2.071.529		2.070.442		
FR0000291239	CPR CASH - P	87,00				1.956.802		1.954.944		
FR0010609115	LFP TRESORERIE - I	1,00				108.469		108.401		
	sub-total	37.883,63				32.662.758		32.747.755		
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total		-			-		-		
	total	37.883,63	223.040.000			257.538.368		266.017.939	1.875.807	
	3 - TOTAL GERAL	722.091,63	239.009.923			275.894.810		285.250.584	2.077.225	

VICTORIA SMA
Uma empresa do Grupo Segurador

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. ("Sociedade"), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 381.529.574 euros e um total de capital próprio de 72.674.782 euros, incluindo um resultado líquido de 736.070 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurados estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. **Determinação das Provisões para sinistros (Não Vida)**

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado na Nota 14 às Demonstrações Financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2017 as Provisões para Sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 53.009 milhares de euros, representando 17,2% do Total do Passivo da Sociedade. Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Sociedade por ramo. Representam o valor estimado das indeminizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos de gestão de sinistros a incorrer com a sua regularização futura.	A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das Provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: ▸ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das Provisões para sinistros (Não Vida); ▸ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Nestas provisões são incluídas as estimativas de provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e estimativa de despesas a incorrer (detalhe na Nota 14). Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras e considerando que o processo para a sua determinação incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos a determinação das Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.	anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas; ▸ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelo especialista externo contratado pelo órgão de gestão e atuários da Sociedade para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades dos produtos da Sociedade, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador; ▸ Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para o ramo Acidentes de Trabalho, tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no sector segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para o referido ramo analisámos os pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no sector segurador; ▸ Verificámos a plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Determinação das Provisões matemáticas (Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Como evidenciado na Nota 14 às Demonstrações Financeiras consolidadas, as Provisões matemáticas de seguros de capitalização com e sem participação nos resultados (Vida) ascendiam, em 31 de dezembro de 2017, a 158.116 milhares de euros (51,2% do Passivo total). A provisão matemática do ramo vida corresponde ao valor atuarial estimado das responsabilidades futuras da Sociedade relativamente às apólices em vigor. O cálculo desta provisão é efetuado com base em métodos atuariais e de capitalização enquadrados no normativo da ASF, utilizando as tábuas de mortalidade e taxas de juro técnico detalhadas na referida Nota 14. A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e por ser uma área com um grau de julgamento significativo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente o momento e o valor total das responsabilidades bem como a estimativa dos	A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das Provisões matemáticas (Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: ▸ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das Provisões matemáticas (Vida); ▸ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de cash flows, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes, com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas; ▸ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Sociedade para a determinação das responsabilidades decorrentes de

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades.	contratos de seguros do ramo vida incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador. ▸ Verificámos a plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões matemáticas (Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurados estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno a Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria da Sociedade e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Sociedade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2012 para um mandato compreendido entre 2011 e 2013. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2014 para um segundo mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2017 para um terceiro mandato compreendido entre 2017 e 2019;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade nesta data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria; e
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Sociedade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor: serviços no âmbito dos procedimentos previstos no Anexo I da Norma Regulamentar N.º 5/2016-R, de 12 de maio, da ASF, para emissão do Relatório de Conclusões factuais nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Norma.

Lisboa, 28 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ana Salcedas

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)
Registada na CMVM com o n.º 20160841

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do artigo 420°, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S. S.A. ("Companhia"), relativos ao exercício de 2017, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2017, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3° da Lei n°148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Subscrição, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité Anti-Fraude;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos,
- Promoveu reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, nas quais foi apreciada a evolução dos principais indicadores financeiros e examinados temas relativos à situação económica e financeira e sistema de controlo interno da Companhia;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inteirando-se das principais conclusões e recomendações por estes formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- Analisou a confirmação de independência e o relatório adicional preparados pelo revisor oficial de contas nos termos do artigo 24° do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 148/2015 de 9 de setembro;
- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal examinou, nos termos do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, os quais mereceram o seu acordo:

- O Relatório de Gestão Consolidado do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2017;
- As Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira, dos Resultados, do Rendimento Integral, das Variações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa, assim como as Notas explicativas anexas relativas a 31 de Dezembro de 2017;
- A Certificação Legal de Contas Consolidadas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- O Relatório de Gestão Consolidado expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios e o da Companhia, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;
- As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da Companhia.

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 22 de Março de 2018

O CONSELHO FISCAL

João de Lara Everard
(Presidente)

Santiago Gil de Biedma
(Vogal)

António Vilar Ribeiro
(Vogal)

Num mundo em que nada perdura e em que até o tempo é alvo de mudança, a VICTORIA mantém a solidez e estabilidade que a caracteriza, cultivando os mesmos valores de sempre:

ENTUSIASMO E ESPIRITO DE EQUIPA.
Temos energia para enfrentar todos os desafios

Colaboramos entre nós

Promovemos o nosso desenvolvimento

Celebramos os sucessos

Temos orgulho naquilo que fazemos

Valorizamos a diversidade de ideias

CONFIANÇA E TRANSPARÊNCIA.
Somos claros na informação que damos

Agimos com seriedade e rigor

Respondemos por aquilo que fazemos

ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE.

Valorizamos o Cliente, antecipando as

suas necessidades

Surpreendemos o Cliente com evidência do nosso apoio e competência

EXCELÊNCIA NA EXECUÇÃO.

Somos eficientes na utilização dos recursos disponíveis para atingir o resultado a que nos propomos

Somos inovadores, melhorando continuamente os processos e a nossa atuação

Somos capazes de fazer acontecer

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade,

200 1250-147 Lisboa - Portugal

T 213 134 100 · F 213 134 700

Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA